

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL
INOVAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR EM SAÚDE**

Vinícius Benício de Oliveira

Ensino de Gênero e Diversidade no Currículo Médico

**São Caetano do Sul
2025**

VINÍCIUS BENÍCIO DE OLIVEIRA

Ensino de Gênero e Diversidade no Currículo Médico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional Inovação no Ensino Superior em Saúde da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito para a obtenção do título Mestre em Ensino em Saúde.

Área de Concentração: Inovações Educacionais em Saúde Orientada pela Integralidade do Cuidado.

Orientadora: Professora Doutora Sandra Regina Mota Ortiz

“O presente trabalho foi realizado com o apoio de Bolsa de Estudos disponibilizada pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul.”

**São Caetano do Sul
2025**

FICHA CATALOGRÁFICA

OLIVEIRA, Vinícius Benício.

Ensino de Gênero e Diversidade no Currículo Médico / Vinícius Benício de Oliveira. – São Caetano do Sul: USCS, 2025.

172 f.: il.

ISBN: 978-65-01-73505-4

Orientador: Profa. Dra. Sandra Regina Mota Ortiz

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional Inovação No Ensino Superior Em Saúde, Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, São Caetano do Sul, 2025.

1. currículo. 2. letramento em diversidade sexual. 3. saúde LGBTQIAPN+. 4. Ensino superior. 5. inovação em saúde. I. Ortiz, Sandra Regina Mota. II. Ensino de Gênero e Diversidade no Currículo Médico

Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Gestora do Programa de Pós-graduação

Mestrado Profissional Inovação no Ensino Superior em Saúde

Prof.^a Dra. Rosamaria Rodrigues Garcia

Dissertação defendida e aprovada em 24/06/2025 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra.: Sandra Regina Mota Ortiz (Universidade Municipal de São Caetano do Sul)

Profa. Dra. Rebeca Nunes Guedes de Oliveira – Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)

Profa. Dra. Erika Maciel – Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Dedico este trabalho
às vivências compartilhadas nos atendimentos à população LGBTQIAP+, espaços
de escuta e cuidado onde histórias de dor e resistência se entrelaçam.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, pela escuta generosa e pelo apoio contínuo que sustentaram minha trajetória acadêmica e pessoal.

Aos meus amigos e amigas, que, mesmo nos momentos mais difíceis, mantiveram a presença, o afeto e a confiança, sendo rede, refúgio e impulso.

Às minhas professoras e aos meus professores, cuja dedicação, rigor e generosidade intelectual inspiraram e enriqueceram este percurso. Em especial, à minha orientadora, Profa. Dra. Sandra Regina Mota Ortiz, às professoras Andréa Gherini e Rosamaria Rodrigues Garcia, e ao corpo docente do mestrado, por sua escuta atenta, orientação comprometida e sensibilidade diante das complexidades deste trabalho.

Aos colegas de trabalho e de estudo, pela troca constante de saberes e experiências, pelo companheirismo e pelo estímulo mútuo na construção coletiva do conhecimento.

À Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, onde a residência médica foi também espaço de escuta, aprendizado e construção de vínculos com a saúde coletiva e com os direitos humanos.

À Casa1, onde o trabalho voluntário me conectou com histórias de luta e resistência que atravessam e transformam o cuidado em saúde.

À Universidade Municipal de São Caetano do Sul, onde colegas e estudantes contribuíram com debates potentes e práticas compartilhadas.

Ao grupo SAC – Estudos em Sexualidade Humana, pelas reflexões críticas e afetuosas que tanto marcaram minha trajetória.

A todas as pessoas que contribuíram com este processo — direta ou indiretamente — e tiveram paciência com as ausências, silêncios e urgências que o acompanharam: minha profunda gratidão.

Este trabalho é fruto de muitas mãos, palavras, gestos e silêncios compartilhados. Muito obrigado.

“O currículo médico não é neutro. Aquilo que se ensina — e o que se omite — define quem será cuidado.”

— Reflexão do autor, inspirada em Freire (1996), Fanon (1968) e Mbembe (2018)

RESUMO

Introdução: A formação médica brasileira ainda carece de dispositivos pedagógicos robustos que promovam o letramento em diversidade sexual e de gênero, o que contribui para a manutenção de práticas excludentes e iniquidades no cuidado à população LGBTQIAPN+. **Objetivos:** Analisar lacunas curriculares em projetos pedagógicos de cursos de Medicina no Brasil; desenvolver, aplicar e validar uma Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero, com potencial de ser replicada em diferentes instituições de ensino superior da área da saúde. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem mista. Foram realizadas análise documental de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de Medicina e revisão de literatura sobre práticas pedagógicas inclusivas, além da elaboração e validação de uma oficina por meio do modelo de avaliação de reação de Kirkpatrick e Kirkpatrick. Aplicaram-se questionários com escala Likert antes e depois da atividade para mensurar o conhecimento prévio, a percepção sobre o currículo, o impacto da oficina e a aplicabilidade dos conteúdos. **Resultados:** A oficina foi considerada válida e eficaz pelos participantes, promovendo aumento significativo na autoconfiança e na percepção de preparo para o atendimento a pessoas LGBTQIAPN+, especialmente em temas como acolhimento, uso do nome social e enfrentamento da discriminação. Os dados indicaram lacunas formativas relevantes, particularmente no que se refere à abordagem de políticas públicas voltadas à população trans e à formação ética e comunicacional no currículo médico. **Produto:** O produto educacional consiste em uma oficina de curta duração com potencial de replicabilidade e adaptação para diferentes contextos educacionais, voltada à promoção de competências culturais e comunicacionais. **Considerações finais:** A proposta se apresenta como estratégia viável e de baixo custo para fortalecer a formação médica com base na equidade, podendo ser aplicada em outras instituições e cursos da área da saúde. **Impacto social:** Espera-se que a oficina contribua para a qualificação do cuidado prestado à população LGBTQIAPN+, com repercussões positivas na formação profissional, no acesso à saúde e na redução das desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Currículo; Letramento em diversidade sexual; Saúde LGBTQIAPN+; Ensino Superior; Inovação em saúde.

ABSTRACT

Introduction: Medical education in Brazil still lacks robust pedagogical strategies to promote literacy in sexual and gender diversity, contributing to the persistence of exclusionary practices and healthcare inequities affecting the LGBTQIAPN+ population. **Objectives:** To analyze curricular gaps in the pedagogical projects of medical schools in Brazil; to develop, implement, and validate a literacy workshop on sexual and gender diversity, with potential for replication in other health education institutions. **Methods:** This is a mixed-methods study. Document analysis of pedagogical projects (PPCs) from medical schools and a literature review on inclusive pedagogical practices were conducted. A workshop was developed and validated using Kirkpatrick and Kirkpatrick's reaction evaluation model. Likert-scale questionnaires were applied before and after the activity to assess prior knowledge, perceptions about the curriculum, workshop impact, and applicability of content. **Results:** The workshop was considered effective and valid by participants, showing significant improvement in self-confidence and perceived preparedness to provide affirmative care to LGBTQIAPN+ individuals, particularly regarding welcoming practices, correct use of social names, and addressing discrimination. The data revealed relevant curricular gaps, especially concerning public policies for trans individuals and the ethical and communicational aspects of medical training. **Product:** The product consists of a short-duration workshop that is easily replicable and adaptable to different educational contexts, aimed at promoting cultural and communicational competencies. **Final Considerations:** The proposed strategy is feasible and low-cost, with the potential to strengthen equity-based medical education, and can be implemented in other institutions and health-related programs. **Social Impact:** The workshop aims to improve the quality of care for the LGBTQIAPN+ population, with positive implications for professional training, healthcare access, and the reduction of structural inequalities.

Keywords: Curriculum; Literacy in sexual diversity; LGBTQIAPN+ health; Higher education; Innovation in health.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	-	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANTRA	-	Associação Nacional de Travestis e Transgêneros
APA	-	<i>American Psychological Association</i>
APS	-	Atenção Primária à Saúde
CAPS	-	Centros de Atenção Psicossocial
CNS	-	Conselho Nacional de Saúde
CRM	-	Conselho Regional de Medicina
DCN	-	Diretrizes Curriculares Nacionais
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMO	-	<i>The Institute of Medicine of the National Academies</i>
IPq/HCFMUSP	-	Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
GIDS	-	<i>Gender Identity Development Service</i>
LGBTQIAPN+	-	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais, não binários e outras orientações e identidades não representadas
MEC	-	Ministério da Educação
OMS	-	Organização Mundial da Saúde
PNAB	-	Política Nacional de Atenção Básica
PNDH 3	-	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNSILGBT	-	Política Nacional de Saúde Integral LGBT
PrTr	-	Processo Transexualizador
PPC	-	Projeto Pedagógico do Curso
SDH/PR	-	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SUS	-	Sistema Único de Saúde
UNISAL	-	Centro Universitário Salesiano
UBS	-	Unidades Básicas de Saúde
USCS	-	Universidade Municipal de São Caetano do Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Aspectos atribuídos à sexualidade	22
Figura 2 - Comparativo de Modelos de Atenção à Saúde da População LGBTQIAPN+	30
Figura 3 - Retrospectiva histórica no Brasil	31
Figura 4 – Comparação entre Modelos de Atenção à Saúde da População	33
Figura 5 – Barreiras e desafios no atendimento à população LGBTQIAPN+	37
Figura 6 – Comparação entre Modelos Educacionais sobre Saúde LGBTQIAPN+	49
Figura 7 - Propostas de Inclusão de Conteúdos LGBTQIAPN+ no PPC	60
Figura 8 – Comentários da expectativa dos alunos quanto a Oficina.....	70
Figura 9 - Comentários sobre as mudanças na compreensão dos alunos Pós- Oficina	77
Figura 10 - Comentários sobre como os alunos pretendem aplicar seu aprendizado	79
Figura 11 - Comentários sobre sugestões de melhorias da Oficina	80
Figura 12 - Comparação da Inclusão da Diversidade Sexual e de Gênero nos PPC dos Cursos de Medicina	81
Figura 13 - Universidades com Abordagem Parcial ou Optativa sobre Diversidade Sexual e de Gênero	82
Figura 14 - Universidades Sem Abordagem Explícita sobre Diversidade Sexual e de Gênero	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos participantes	60
Tabela 2 - Avaliação de Atitudes (Pré-Oficina)	65
Tabela 3 - Avaliação de Conhecimento (Pré-Oficina)	68
Tabela 4 - Avaliação de Conhecimento e Atitudes (Pós-Oficina).....	71
Tabela 5 - Avaliação da Oficina como Produto Educacional.....	80

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	OBJETIVOS	19
2.1	Objetivo Geral	19
2.2	Objetivos Específicos.....	19
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
3.1	Sexualidade e Identidade de Gênero	21
3.2	Identificação de Gênero	23
3.2.1	Classificação das Identidades de Gênero e a Sigla LGBTQIAPN+	23
3.2.2	Relação entre Identidade de Gênero, Saúde e Direitos Humanos	24
3.3	Estresse de Minoria (<i>Minority Stress</i>) e Violência de Gênero contra a População LGBTQIAPN+	25
3.3.1	Violência de Gênero e o Impacto na População LGBTQIAPN+	25
3.3.2	Estresse de Minoria e Exclusão Social: Reflexos na Saúde	26
3.3.3	Estratégias para Mitigar o Estresse de Minoria e a Violência de Gênero	27
3.4	Políticas Públicas e Educação Médica sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade	28
3.4.1	Desafios na Implementação das Políticas Públicas e Modelos Internacionais e Comparativos Locais	29
3.5	Linha de Cuidado para a População LGBTQIAPN+.....	32
3.5.1	Princípios da Linha de Cuidado	32
3.5.2	Estratégias para a Implementação da Linha de Cuidado	32
3.5.3	Desafios, perspectivas e recomendações na Implementação da Linha de Cuidado.....	34
3.6	Lacunas no Atendimento à Saúde da População LGBTQIAPN+	35
3.6.1	Barreiras e Desafios no Atendimento.....	36
3.6.2	Caminhos para um Atendimento mais inclusivo.....	37
3.7	Acolhimento à População LGBTQIAPN+.....	38

3.7.1	Cuidado Alinhado aos Princípios do SUS.....	39
3.7.2	Assistência à Grande Demanda de Transtornos Mentais.....	40
3.7.3	Promoção da Saúde Integral para a População Transgênero.....	40
3.8	Formação Médica Relacionada à População LGBTQIAPN+	41
3.8.1	O Ensino Médico e a Compreensão da Identidade de Gênero.....	43
3.8.2	Identificação de Lacunas e Desafios Existentes na Literatura	44
3.8.3	A Importância da Competência Cultural na Prática Médica	44
3.9	Produto Educacional	45
3.9.1	Instrumentos para Avaliação do Conhecimento e Percepção Discente .	47
3.9.2	Construção do Corpus e Análise dos Dados.....	48
3.9.3	Importância do Produto Educacional para a Formação Médica	48
3.10	Comparação com Outras Soluções Educacionais	49
3.10.1	Diferenciais do Produto Educacional Proposto	50
4	METODOLOGIA.....	52
4.1	Tipo de Estudo	52
4.2	Procedimentos Metodológicos.....	53
4.2.1	Análise Documental do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da USCS..	53
4.2.2	Análise Comparativa dos PPC de Outras Universidades	53
4.2.3	Revisão da Literatura	55
4.2.4	Desenvolvimento e Validação do Produto Educacional	55
4.4	Considerações Éticas.....	57
5	RESULTADOS	59
5.1	Análise do Currículo Médico: Estrutura e Potencialidades.....	59
5.2	Propostas de Inclusão no PPC.....	59
5.2.1	Cenários de Prática: Integração com a Rede SUS	60
5.2.2	Necessidade de Formação Docente e Materiais Didáticos Inclusivos	61
5.2.3	Conexão com as Demandas Sociais e o Contexto Locorregional.....	61
5.3	Elaboração do Produto	62

5.3.1	Resultados de Validação da Oficina	62
6	DISCUSSÃO.....	83
7	PRODUTO	91
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS	97
	ANEXO A - PARECER DO CEP	110
	APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	120
	APÊNDICE B - Instrumento de Pré-Avaliação.....	123
	APÊNDICE C - Instrumento de Pós-Avaliação	131
	APÊNDICE D - Produto Educacional.....	139

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta pesquisa está relacionada à trajetória profissional do autor, marcada pela atuação como docente no estágio de Saúde Mental do curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e pelo trabalho como médico voluntário em uma organização não governamental dedicada ao atendimento de pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social. Essa vivência, aliada à especialização em Sexualidade Humana e Terapia Sexual, possibilitou o aprofundamento de reflexões sobre as lacunas existentes na formação médica em relação à diversidade sexual e de gênero.

Nesse contexto, emergiu a necessidade de investigar estratégias pedagógicas inovadoras que favoreçam o letramento em diversidade e a promoção de competências culturais, visando à formação de profissionais de saúde mais preparados para um cuidado inclusivo, humanizado e equitativo.

A sexualidade é um aspecto central da experiência humana, influenciado por fatores biológicos, sociais e culturais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2020), envolve identidade de gênero, orientação sexual, prazer, intimidade e relações interpessoais, indo além da reprodução. Trata-se de uma construção dinâmica, moldada por influências históricas e socioculturais.

A identidade de gênero diz respeito à vivência individual do gênero, distinta da orientação sexual, que envolve atração afetiva e sexual (Santos; Silva; Ferreira, 2019). Compreender a diversidade LGBTQIAPN+ exige reconhecer expressões de gênero variadas, como *cross-dresser* e *queer*, e variações biológicas, como na população intersexual.

O Estresse de Minoria, conceito de Meyer (2003), explica as desigualdades na saúde da população LGBTQIAPN+ devido à discriminação e exclusão social. Esse estresse se divide em externo (violência, rejeição) e interno (homofobia internalizada, medo de rejeição). Como resultado, há maior incidência de transtornos mentais, como depressão e ansiedade (Goldbach; Gibbs, 2017). Além disso, o receio da discriminação dificulta o acesso à saúde, agravando o bem-estar dessa população (Freitas, 2022).

As políticas públicas são essenciais para a equidade na saúde da população LGBTQIAPN+ (Giovannella *et al.*, 2019). Contudo, desafios como preconceito, falta de capacitação profissional e ausência de dados dificultam sua implementação (Silva;

Gomes, 2021; Amorim, 2022). Estimativas apontam que 12% dos brasileiros se identificam como LGBTQIAPN+, reforçando a necessidade de políticas eficazes (Spizzirri *et al.*, 2022).

A linha de cuidado garante acesso integral e equitativo à saúde da população LGBTQIAPN+, eliminando barreiras e estigmas (Brasil, 2011). No Brasil, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSILGBT) define diretrizes para reduzir desigualdades e ampliar serviços específicos.

A população LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras no acesso à saúde (Miranda *et al.*, 2020), pois a formação médica é insuficiente e a estigmatização afasta essa população dos serviços de saúde, dificultando o acesso a cuidados essenciais, como hormonização e suporte psicológico. A invisibilização de suas demandas agrava desigualdades e impacta a saúde mental, aumentando os riscos de depressão e suicídio (Meyer, 2003). Equidade e interseccionalidade são essenciais para um atendimento adequado (Goldbach; Gibbs, 2017).

A formação médica é fundamental para capacitar profissionais aptos a atender a população com equidade e embasamento científico. Contudo, a inclusão de temas sobre diversidade de gênero e sexualidade nos currículos ainda é limitada e fragmentada, gerando lacunas que impactam a qualidade do atendimento prestado à população LGBTQIAPN+ (Pereira *et al.*, 2024).

A falta de preparo dos profissionais de saúde em relação às especificidades dessa população compromete a assistência, reforça estereótipos e perpetua desigualdades no acesso aos serviços. Um estudo de Obedin-Maliver *et al.* (2011), que analisou 150 escolas médicas nos Estados Unidos e Canadá, revelou que apenas 33% apresentavam conteúdos formais sobre saúde LGBTQIA+, enquanto cerca de 50% abordavam o tema de maneira esporádica e sem estrutura curricular definida. No Brasil, Moretti-Pires *et al.* (2020) identificaram que a maioria dos estudantes de Medicina do sul do país nunca teve contato com conteúdos específicos sobre diversidade sexual e identidade de gênero, e apenas 8% se consideravam preparados para atender essa população.

Essa lacuna educacional contribui para a reprodução de preconceitos nos serviços de saúde e dificulta a adoção de uma abordagem humanizada e inclusiva. Como consequência, muitas pessoas LGBTQIAPN+ evitam buscar atendimento por receio de discriminação. Um estudo de Costa-Val *et al.* (2022) na Atenção Primária à Saúde (APS) apontou que 43% dessa população evita procurar serviços médicos por

temer um tratamento inadequado. Ademais, dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (2025) mostram que 60% das mulheres trans e travestis nunca realizaram exames ginecológicos preventivos devido à falta de preparo dos profissionais para atendê-las adequadamente.

Diante desse cenário, torna-se essencial a adoção de estratégias educacionais voltadas para à capacitação de futuros médicos para abordagem adequada à população LGBTQIAPN+. A inclusão de temas como identidade de gênero, hormonioterapia, infecções sexualmente transmissíveis em populações LGBTQIAPN+ e estratégias de acolhimento são fundamentais para garantir que os profissionais desenvolvam competências que lhes permitam oferecer um atendimento de qualidade, livre de vieses discriminatórios.

Nesse contexto, a presente pesquisa propõe a criação de uma Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero, voltada para discentes de Medicina, com o objetivo de promover competências relacionadas à escuta ativa, ao uso correto de pronomes e identidades de gênero, bem como ao desenvolvimento de estratégias para combater a discriminação nos serviços de saúde. Ela será estruturada com base em metodologias ativas de ensino, visando à construção de um aprendizado significativo e aplicável à prática clínica.

Assim, este estudo busca responder à seguinte questão central: "Como elaborar uma oficina de capacitação sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade para acadêmicos do curso de Medicina?".

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Desenvolver e implementar uma Oficina de Letramento em Diversidade LGBTQIAPN+ na Formação Médica para discentes da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), visando sensibilizar e capacitar os estudantes para um atendimento mais inclusivo e humanizado à população LGBTQIAPN+.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a presença e o tratamento do ensino sobre diversidade sexual e de gênero no currículo do curso de Medicina da USCS e comparar com outras universidades brasileiras;

- Investigar as lacunas formativas e desafios enfrentados por discentes e docentes no atendimento à população LGBTQIAPN+, fundamentando a necessidade da inclusão transversal da diversidade sexual e de gênero na formação médica, destacando sua relevância para a formação médica humanizada;

- Desenvolver, implementar e validar uma Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero para acadêmicos de Medicina da USCS;

- Propor estratégias para a integração transversal do curso ao currículo de Medicina, visando a formação de profissionais mais capacitados para um atendimento humanizado e equitativo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente estudo tem como tema central a importância do ensino de gênero e diversidade no currículo do curso de Medicina. Para uma compreensão aprofundada, são abordados diversos aspectos relacionados ao tema, incluindo: sexualidade e identidade de gênero, classificação das identidades e siglas, e o papel da sociedade na construção da identidade de gênero. Além disso, o estudo analisa a relação entre identidade de gênero, saúde e direitos humanos, bem como o impacto do ensino médico na compreensão dessas questões.

São discutidos ainda temas como estresse de minorias e violência de gênero contra a população LGBTQIAPN+, exclusão social e seus reflexos na saúde, além de estratégias para mitigar esses impactos. A pesquisa examina políticas públicas e educação médica sobre diversidade de gênero e sexualidade, destacando desafios na implementação dessas políticas, modelos internacionais e comparativos locais, e a efetividade da formação médica na promoção da equidade em saúde.

Outro ponto central da análise é a linha de cuidado da população LGBTQIAPN+, abrangendo seus princípios, estratégias de implementação e os desafios enfrentados. O estudo investiga barreiras no atendimento à saúde, propondo caminhos para um acolhimento inclusivo e um cuidado alinhado aos princípios do SUS. Também são discutidas ações para a promoção da saúde integral, especialmente no que se refere à assistência a transtornos mentais e ao cuidado da população transgênero.

Por fim, a pesquisa explora abordagens atuais no ensino de gênero e diversidade sexual em cursos de Medicina, identificando lacunas e desafios existentes na literatura. Destaca-se a importância da competência cultural na prática médica e o desenvolvimento de um produto educacional voltado à qualificação do ensino sobre o tema. Para isso, são apresentados instrumentos para avaliação do conhecimento e percepção dos estudantes, bem como a construção do corpus e a análise dos dados. O impacto desse produto educacional na formação médica é comparado a outras soluções educacionais, com o objetivo de fortalecer a capacitação dos futuros profissionais de saúde.

A educação médica, além de um processo técnico de transmissão de conteúdos, constitui-se como um ato político e social. Segundo Freire (1996), toda prática educativa é indissociavelmente política, podendo tanto reproduzir

desigualdades quanto promover autonomia e emancipação. Nessa perspectiva, Santos (2019) propõe a ideia de uma ecologia de saberes, defendendo a valorização de epistemologias diversas e o reconhecimento de vozes historicamente silenciadas. Autores decoloniais, como Walsh (2013) e Quijano (2000), reforçam a necessidade de superar a colonialidade do saber, incorporando perspectivas plurais que rompam com os modelos biomédicos hegemônicos e possibilitem novas formas de compreender a saúde. Inserir essas contribuições na formação médica é essencial para repensar currículos, enfrentar exclusões estruturais e promover práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e os direitos humanos.

3.1 Sexualidade e Identidade de Gênero

A sexualidade é um aspecto central da experiência humana, influenciada por fatores biológicos, sociais e culturais. A OMS (2020) define a sexualidade como um conceito amplo, que abrange identidade de gênero, orientação sexual, prazer, intimidade e relações interpessoais, não se limitando apenas à reprodução. Essa visão reforça a necessidade de compreender a sexualidade como uma construção dinâmica, permeada por influências históricas e socioculturais.

A identidade de gênero refere-se à forma como um indivíduo se percebe e se identifica em relação ao masculino, feminino ou outras possibilidades de gênero, podendo ou não estar alinhada ao sexo atribuído ao nascimento. Já a orientação sexual diz respeito à atração afetiva, emocional e/ou sexual por pessoas do mesmo gênero, de gênero diferente ou múltiplos gêneros (Rocha; Lima, 2025). A distinção entre esses dois conceitos é essencial para o atendimento adequado da população LGBTQIAPN+, evitando abordagens reducionistas ou patologizantes.

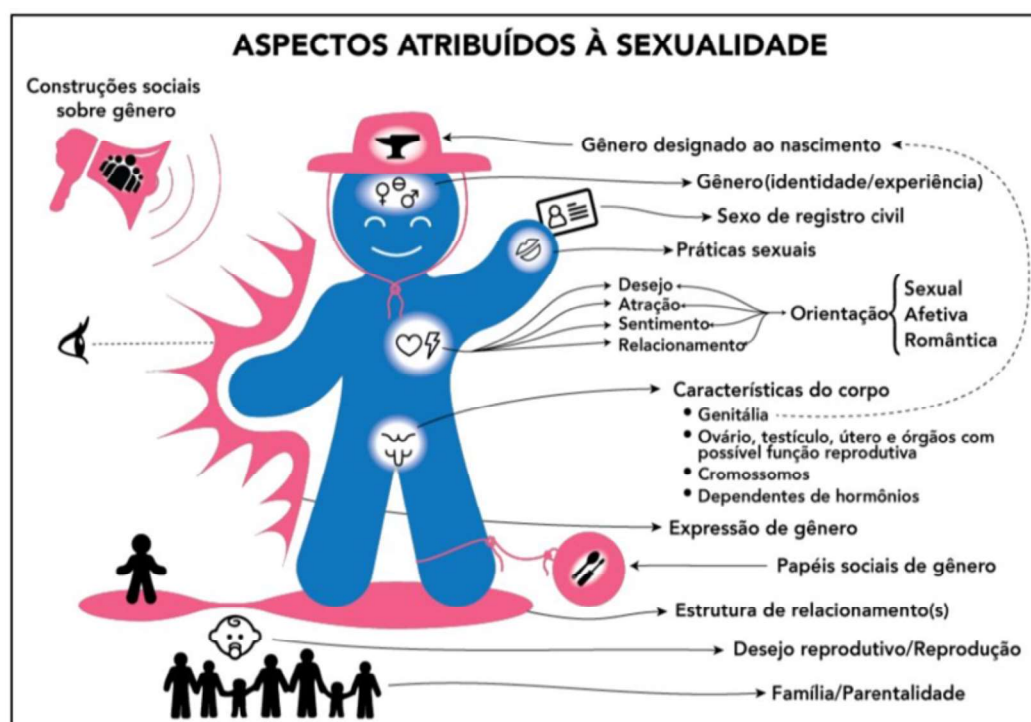
No campo da psicologia, a American Psychological Association (APA, 2020) adota uma perspectiva multidimensional da orientação sexual, compreendendo-a como um espectro, sem categorizações fixas. Em contrapartida, o Institute of Medicine of the National Academies (IMO) segue uma definição mais tradicional, segmentando a orientação sexual em heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade. Já no contexto da saúde pública, essa diferenciação conceitual leva à adoção dos termos "homens que fazem sexo com homens" e "mulheres que fazem sexo com mulheres" para descrever comportamentos sexuais, sem necessariamente vinculá-los a identidades fixas (Rocha; Lima, 2025).

A literatura científica aponta que a identidade de gênero não pode ser reduzida apenas a fatores biológicos. Zhou *et al.* (1995) sugerem que processos neurológicos e hormonais durante o desenvolvimento fetal podem influenciar a identidade de gênero, sem, contudo, determinar rigidamente como uma pessoa se identifica. Em contraste, Butler (1990) argumenta que o gênero é uma construção performativa, sendo moldado e reproduzido por meio das interações sociais e das normas culturais. Essa abordagem rompe com a concepção essencialista de gênero, destacando sua fluidez e variação ao longo do tempo e entre diferentes culturas.

A antropologia também contribui para a compreensão da diversidade de gênero ao demonstrar que diversas sociedades, historicamente, reconheceram múltiplas identidades de gênero. Povos indígenas norte-americanos, por exemplo, possuem a identidade *Two-Spirit*, que transcende a dicotomia homem-mulher e desempenha um papel cultural específico dentro de suas comunidades. Da mesma forma, na Ásia Meridional, os *Hijras* são reconhecidos como um terceiro gênero, exercendo funções sociais e religiosas distintas. Esses exemplos evidenciam que a identidade de gênero é um fenômeno complexo e não pode ser reduzida apenas a determinantes biológicos ou culturais isolados (Roscoe, 1991).

A Figura 1 apresenta os aspectos atribuídos à sexualidade.

Figura 1 – Aspectos atribuídos à sexualidade



Fonte: São Paulo (2015).

3.2 Identificação de Gênero

A identidade de gênero refere-se à experiência subjetiva de pertencimento a um gênero, podendo estar alinhada ao masculino, ao feminino ou a outras identidades não-binárias. Diferentemente da orientação sexual, que está relacionada à atração afetiva, emocional e sexual por pessoas do mesmo gênero, de gênero diferente ou múltiplos gêneros, a identidade de gênero diz respeito à forma como o indivíduo se percebe e se expressa socialmente. Para uma compreensão abrangente da diversidade que compõe a população LGBTQIAPN+, é fundamental reconhecer não apenas as diversas expressões de gênero — como as de pessoas cross-dresser e queer — quanto as variações de sexo biológico, como no caso de indivíduos intersexuais (Santos; Silva; Ferreira, 2019).

3.2.1 Classificação das Identidades de Gênero e a Sigla LGBTQIAPN+

A sigla LGBTQIAPN+ é um marco de luta, resistência e orgulho, abrangendo diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. Cada categoria representa vivências e demandas específicas dentro do espectro da diversidade humana (Moreira, 2022):

- Lésbicas (L): mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outras mulheres.
- Gays (G): homens que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outros homens.
- Bissexuais (B): indivíduos que se relacionam tanto com homens quanto com mulheres.
- Transexuais e travestis (T): pessoas cuja identidade de gênero difere do sexo designado ao nascimento, podendo ou não passar por transição de gênero, incluindo uso de hormônios ou cirurgias.
- *Queer* (Q): termo amplo que abrange indivíduos que não se identificam dentro das normas tradicionais de gênero e sexualidade, podendo incluir drag queens, gênero fluido e pessoas que rejeitam rótulos fixos.

- Intersexuais (I): indivíduos que nascem com características sexuais (genitais, cromossomos e/ou hormônios) que não se enquadram nas definições típicas de masculino ou feminino.
- Assexuais (A): pessoas que não sentem atração sexual por quaisquer indivíduos, embora possam ter relações afetivas e românticas.
- Pansexuais (P): indivíduos que se relacionam afetiva e/ou sexualmente independentemente do gênero ou identidade do parceiro.
- Não-binários (N): pessoas que não se identificam exclusivamente como masculino ou feminino, podendo flutuar entre gêneros ou rejeitar a categorização binária.
- O símbolo de adição (+): representa outras identidades e orientações que não estão incluídas nas categorias mencionadas, reconhecendo a fluidez e complexidade da diversidade sexual e de gênero.

Judith Butler (1990) argumenta que o gênero é performativo, ou seja, ele não é apenas uma característica inata, mas algo construído e reforçado continuamente por meio das interações sociais e das normas culturais. Essa perspectiva desafia a concepção tradicional de que gênero é algo fixo e imutável, defendendo que ele é moldado por práticas sociais e históricas.

3.2.2 Relação entre Identidade de Gênero, Saúde e Direitos Humanos

A identidade de gênero tem implicações diretas na saúde e nos direitos humanos. Estudos indicam que pessoas trans e não-binárias enfrentam barreiras no acesso à saúde, seja pela falta de preparo dos profissionais, seja pela resistência institucional em reconhecer suas identidades (Meyer, 2003). Essa realidade impacta negativamente a qualidade de vida dessa população, aumentando a vulnerabilidade a transtornos psicológicos, como depressão e ansiedade, além de dificultar o acesso a tratamentos adequados, incluindo terapia hormonal e cirurgias de afirmação de gênero (Francisco *et al.*, 2020).

A abordagem transdisciplinar no cuidado da população trans e não-binária enfatiza a importância de um atendimento que respeite a identidade de gênero dos pacientes e promova um ambiente seguro para seu cuidado integral (Gomes *et al.*, 2018).

3.3 Estresse de Minoria (*Minority Stress*) e Violência de Gênero contra a População LGBTQIAPN+

O conceito de Estresse de Minoria, desenvolvido por Meyer (2003), fornece um arcabouço teórico essencial para compreender as disparidades de saúde mental e física enfrentadas pela população LGBTQIAPN+. O modelo propõe que indivíduos pertencentes a grupos socialmente marginalizados vivenciam níveis elevados de estresse devido à discriminação, estigma e exclusão social, fatores que impactam diretamente sua saúde e bem-estar.

Segundo Meyer (2003), o estresse de minoria é composto por dois tipos principais:

- Estresse externo: refere-se a eventos sociais e ambientais, como discriminação, violência, rejeição familiar e exclusão do mercado de trabalho.
- Estresse interno: compreende fatores psicológicos, como homofobia e transfobia internalizadas, expectativas de rejeição e necessidade de ocultar a identidade de gênero e/ou orientação sexual.

O impacto desses estressores sobre a saúde mental é significativo. Pesquisas demonstram que a população LGBTQIAPN+ apresenta maior prevalência de depressão, ansiedade, transtornos de estresse pós-traumático e ideação suicida quando comparada à população heterocisnormativa (Goldbach; Gibbs, 2017; Miranda *et al.*, 2020). Além disso, o medo da discriminação e do julgamento por parte dos profissionais de saúde leva muitas pessoas LGBTQIAPN+ a evitarem ou postergarem atendimentos médicos, contribuindo para um quadro de saúde agravado (Freitas, 2022).

3.3.1 Violência de Gênero e o Impacto na População LGBTQIAPN+

Dentre as expressões mais severas do estresse de minoria, destaca-se a violência de gênero, que atinge principalmente pessoas trans, travestis e outras identidades dissidentes da norma cis-heteronormativa. No Brasil, o violento ciclo de exclusão social, transfobia e preconceito estrutural faz com que a população trans seja desproporcionalmente exposta à violência, resultando em altas taxas de assassinato e vulnerabilidade social (Chinazzo *et al.*, 2021).

De acordo com a ANTRA (2025), o Brasil ocupa, pelo 16º ano consecutivo, o primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos de pessoas trans. Os dados apontam que:

- 97% das vítimas são travestis e mulheres trans, evidenciando a misoginia e transfobia combinadas como fatores de risco;
- 78% das vítimas são negras, demonstrando a interseccionalidade entre racismo e transfobia;
- 68% dos crimes ocorrem em espaços públicos, indicando a falta de segurança para essa população;
- A maioria das vítimas são jovens trans em situação de vulnerabilidade social, frequentemente excluídas do mercado formal de trabalho.

Esses números demonstram que a violência de gênero contra a população trans não é apenas um fenômeno individual ou isolado, mas sim, estrutural e sistemático, resultado da marginalização social e da falta de políticas públicas eficazes para garantir direitos básicos a essa população. O conceito de Necro-Trans-Política, discutido no dossiê da ANTRA (2025), evidencia como o Estado e a sociedade mantêm a população trans em condições de extrema vulnerabilidade, negando-lhes o direito à vida digna.

Além das consequências físicas, a violência de gênero tem um impacto severo na saúde mental da população LGBTQIAPN+. A exposição constante à discriminação, ao medo da violência e à rejeição social contribui para níveis elevados de sofrimento psíquico, ideação suicida e uso abusivo de substâncias psicoativas (Ferreira *et al.*, 2025). A violência simbólica e institucional também reforça esse cenário, como pode ser observado nos serviços de saúde (Pinto; Murillo; Oliveira, 2021):

- Recusa de atendimento ou tratamento inadequado, muitas vezes por desconhecimento ou preconceito dos profissionais de saúde;
- Negação do uso do nome social, reforçando a deslegitimação da identidade de gênero;
- Diagnósticos patologizantes e abordagem inadequada no atendimento, especialmente em serviços ginecológicos, urológicos e de saúde mental.

3.3.2 Estresse de Minoria e Exclusão Social: Reflexos na Saúde

A vulnerabilidade da população LGBTQIAPN+ está diretamente relacionada a processos de exclusão social e econômica, que intensificam os efeitos do estresse de minoria e da violência de gênero. Barreiras institucionais, como dificuldades de inserção no mercado de trabalho, preconceito nos ambientes acadêmicos e discriminação em serviços públicos, reforçam a marginalização dessa população e limitam suas oportunidades de acesso à saúde de qualidade (Costa-Val *et al.*, 2022).

O modelo de Estresse de Minoria Expandido, proposto pelos autores Goldbach e Gibbs (2017), acrescenta a perspectiva da interseccionalidade, considerando que pessoas LGBTQIAPN+ pertencentes a outros grupos marginalizados (como negros, indígenas e pessoas de baixa renda) vivenciam um acúmulo de estressores sociais, intensificando os impactos negativos na saúde.

Pesquisas dos autores Meyer (2003), Gomes *et al.* (2018) e Morais *et al.*, (2020) indicam que a população LGBTQIAPN+ enfrenta:

- Maior risco de adoecimento mental devido à exposição contínua ao estresse social (Meyer, 2003);
- Dificuldade no acesso à saúde, seja por falta de políticas públicas, preconceito institucional ou receio de discriminação nos atendimentos médicos (Gomes *et al.*, 2018);
- Baixa adesão a tratamentos médicos, muitas vezes relacionada ao histórico de experiências negativas em serviços de saúde (Morais *et al.*, 2020).

Diante desse cenário, é fundamental que políticas públicas e estratégias educacionais sejam implementadas para reduzir os impactos do estresse de minoria na saúde da população LGBTQIAPN+. A inclusão de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero nos currículos médicos é uma das estratégias mais promissoras para sensibilizar futuros profissionais e promover um atendimento mais inclusivo e humanizado (Souza, 2025).

3.3.3 Estratégias para Mitigar o Estresse de Minoria e a Violência de Gênero

Para combater os impactos negativos do estresse de minoria e da violência de gênero sobre a população LGBTQIAPN+, algumas ações são essenciais:

- Educação médica inclusiva: é fundamental a reformulação dos currículos dos cursos de Medicina, com a inclusão transversal de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero. A sensibilização precoce dos futuros profissionais

contribui para a desconstrução de estigmas e a promoção da equidade no cuidado (Keuroghlian; Charlton; Katz-Wise, 2022, OMS, 2006).

- Capacitação de profissionais de saúde: programas de educação permanente são essenciais para a atualização dos saberes e práticas, com foco no respeito às identidades de gênero e orientação sexual dos pacientes, favorecendo um ambiente clínico mais acolhedor e resolutivo (Sousa; Sousa, 2021).

- Políticas públicas efetivas: o fortalecimento e a ampliação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSILGBT) são fundamentais para garantir acesso equitativo à saúde, especialmente no nível da atenção primária. É necessário também enfrentar as desigualdades regionais na oferta de serviços especializados (Gomes *et al.*, 2018, Brasil, 2011).

- Atenção à saúde mental: a ampliação do acesso a serviços de saúde mental, com abordagens culturalmente sensíveis, é imprescindível diante da alta prevalência de sofrimento psíquico nessa população, muitas vezes agravado pelo preconceito, exclusão social e violência institucional (Meyer, 2003, Francisco *et al.*, 2020).

- Enfrentamento da violência institucional: urge criar mecanismos eficazes de denúncia e responsabilização por práticas discriminatórias nos serviços de saúde, bem como implementar sistemas de vigilância de crimes de ódio e violências motivadas por identidade de gênero ou orientação sexual (ANTRA, 2025, Pinto; Murillo; Oliveira, 2021).

Compreender o estresse de minoria e suas interfaces com a violência de gênero permite orientar a formulação de políticas públicas e práticas educacionais comprometidas com os direitos humanos. Nesse contexto, a formação médica exerce um papel central, ao preparar profissionais para atuar com empatia, competência cultural e compromisso com a justiça social.

3.4 Políticas Públicas e Educação Médica sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade

A implementação de políticas públicas voltadas à diversidade de gênero e sexualidade tem sido fundamental para a promoção da equidade no acesso à saúde da população LGBTQIAPN+ (Giovanella *et al.*, 2019). O direito à saúde, assegurado constitucionalmente no Brasil, deve incluir não apenas a atenção às necessidades

biomédicas dessa população, mas também um enfoque integral e transdisciplinar que leve em consideração as desigualdades estruturais e os determinantes sociais da saúde. No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios, como a falta de capacitação dos profissionais de saúde, o preconceito estrutural e a dificuldade de acesso a serviços especializados (Silva; Gomes, 2021).

A falta de dados precisos sobre o tamanho da população LGBTQIAPN+ também dificulta a formulação de políticas eficazes. Em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) optou por não incluir questões sobre orientação sexual e identidade de gênero no censo nacional, o que compromete a elaboração de estratégias baseadas em evidências (Amorim, 2022). No entanto, estimativas indicam que aproximadamente 12% dos brasileiros se identificam como LGBTQIAPN+ (Spizzirri *et al.*, 2022), reforçando a necessidade de políticas específicas para essa população.

3.4.1 Desafios na Implementação das Políticas Públicas e Modelos Internacionais e Comparativos Locais

Apesar dos avanços proporcionados pela PNSILGBT, a implementação das diretrizes ainda enfrenta desafios significativos. A distribuição desigual de serviços especializados pelo território nacional é um dos principais entraves, fazendo com que muitas pessoas trans e travestis precisem se deslocar para grandes centros urbanos em busca de atendimento adequado (Ministério da Saúde, 2011, Gomes *et al.*, 2022).

Além da violência física, citada anteriormente, no Dossiê ANTRA (2025), há, também, a violência institucional que se manifesta na dificuldade de acesso à hormonização, na recusa ao uso do nome social e na falta de ações afirmativas para a inclusão dessa população no Sistema Único de Saúde (SUS).

Diversos países têm adotado estratégias para a inclusão da população LGBTQIAPN+ nos sistemas de saúde. No Reino Unido, o *Gender Identity Development Service* (GIDS) fornece atendimento especializado a jovens trans e suas famílias, garantindo suporte médico e psicossocial. Nos Estados Unidos, o modelo de consentimento informado tem sido implementado em diversos estados, eliminando barreiras burocráticas para a hormonização de pessoas trans adultas (WPATH, 2022).

No Brasil, uma iniciativa importante é o Centro de Referência Janaína Lima, em São Paulo, que oferece atendimento especializado para pessoas trans e travestis,

incluindo suporte psicológico, endocrinologia e assistência social. Essa abordagem integrada tem se mostrado eficaz, reduzindo a discriminação e facilitando o acesso a serviços de saúde para essa população (São Paulo, 2024). Contudo, a existência de um centro especializado em uma única cidade não supre a demanda nacional, reforçando a necessidade de expansão desse modelo.

A Figura 2 apresenta o comparativo de modelos da Atenção à Saúde da população.

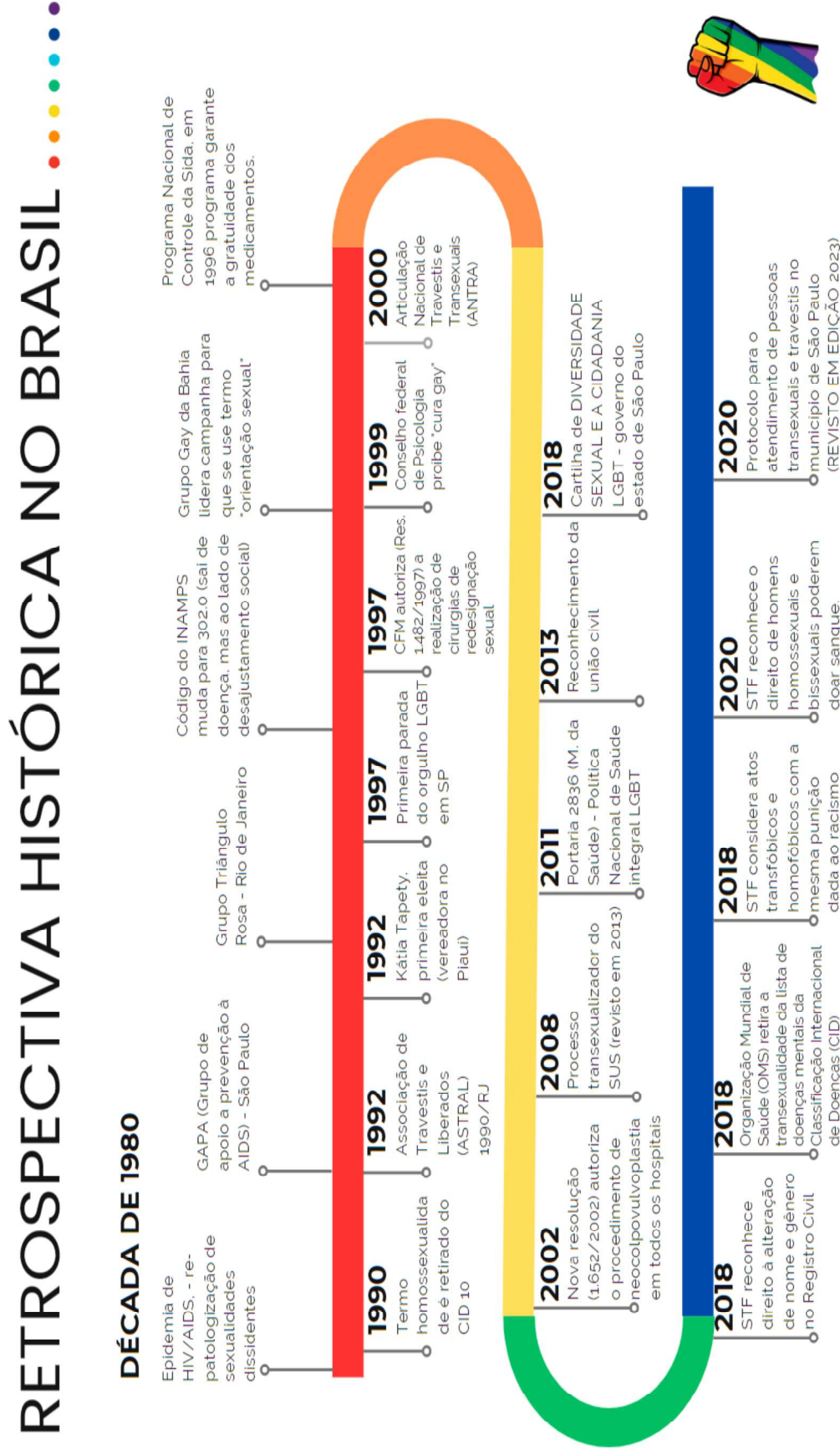
Figura 2 - Comparativo de Modelos de Atenção à Saúde da População LGBTQIAPN+

Modelo	Localização	Características	Impacto
Gender Identity Development Service (GIDS)	Reino Unido	Atendimento especializado para jovens trans e famílias	Suporte médico e psicossocial abrangente
Consentimento Informado	EUA	Redução de barreiras burocráticas para hormonização	Maior acessibilidade a tratamentos
Centro de Referência Janaína Lima	São Paulo, Brasil	Atendimento multiprofissional para pessoas trans	Redução da discriminação e maior adesão ao tratamento
PNSILGBT	Brasil	Política nacional de saúde LGBTQIAPN+	Avanço na institucionalização de serviços, mas desafios na implementação

Fonte: Elaborado pelo autor com base em WPATH (2022), Prefeitura de São Paulo (2024) e Ministério da Saúde (2023).

A Figura 3 apresenta a retrospectiva histórica da população LGBTQIAPN+ no país.

Figura 3 - Retrospectiva histórica no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

3.5 Linha de Cuidado para a População LGBTQIAPN+

A linha de cuidado é um modelo assistencial que visa garantir a continuidade, integralidade e acessibilidade dos serviços de saúde para populações vulnerabilizadas, como a LGBTQIAPN+. A estruturação dessa linha deve ser baseada nos princípios da equidade, do respeito à identidade de gênero e à orientação sexual, bem como na eliminação de barreiras institucionais e do estigma que afetam o acesso aos serviços de saúde (Brasil, 2011). No Brasil, a PNSILGBT estabeleceu diretrizes fundamentais para a implementação de serviços específicos para essa população, buscando reduzir desigualdades históricas no acesso à saúde.

3.5.1 Princípios da Linha de Cuidado

A PNSILGBT, estabelecida pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2011), orienta a implementação de serviços que contemplem as especificidades da população LGBTQIAPN+. Entre seus princípios fundamentais, destacam-se:

- **Universalidade e equidade:** Garantia de acesso integral e igualitário aos serviços de saúde, considerando as vulnerabilidades da população LGBTQIAPN+.
- **Respeito à identidade de gênero e orientação sexual:** Atendimento acolhedor e humanizado, livre de discriminação e violência institucional.
- **Capacitação profissional:** Formação contínua dos profissionais de saúde, garantindo a compreensão das demandas específicas dessa população.
- **Promoção da saúde e prevenção de doenças:** Estratégias para reduzir as vulnerabilidades e melhorar a qualidade de vida da população LGBTQIAPN+.

Apesar dessas diretrizes, a implementação da linha de cuidado LGBTQIAPN+ ainda enfrenta desafios estruturais, como a falta de padronização dos serviços de saúde e a dificuldade de acesso, principalmente para pessoas trans e não binárias (Machado; Ferraz, 2023). Isso reforça a necessidade de aprimoramento das políticas públicas e maior investimento na formação de profissionais de saúde.

3.5.2 Estratégias para a Implementação da Linha de Cuidado

A efetivação da linha de cuidado LGBTQIAPN+ exige um conjunto de medidas estruturantes, conforme estabelecido por políticas e protocolos em diferentes esferas. Algumas das principais estratégias incluem:

- Protocolos municipais e estaduais: o Protocolo Municipal da Cidade de São Paulo para o Cuidado Integral à Saúde de Pessoas Trans e Travestis (São Paulo, 2024) estabelece fluxos de atendimento que garantem o acesso à hormonização, suporte psicológico e assistência multidisciplinar, servindo como modelo replicável em outros contextos urbanos (Gomes *et al.*, 2018).
- Capacitação de profissionais de saúde: o Guia Informativo para Profissionais da Saúde para o Cuidado à População LGBTQIA+ (Brasil, 2022) destaca a formação continuada como essencial para eliminar preconceitos, promover acolhimento e garantir segurança nos atendimentos clínicos (Sousa; Sousa, 2021).
- Atenção básica como porta de entrada: a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Brasil, 2011) preconiza que as Unidades Básicas de Saúde (UBS) sejam preparadas para atender às demandas da população LGBTQIAPN+, com foco no acolhimento humanizado, acesso à hormonização, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e apoio psicossocial (Pereira *et al.*, 2024).
- Acompanhamento longitudinal: o uso de prontuários eletrônicos que respeitem o nome social e a identidade de gênero é essencial para garantir a continuidade do cuidado. A ausência de dados sobre identidade de gênero e orientação sexual nos sistemas de informação em saúde prejudica a formulação de políticas públicas eficazes e o monitoramento das necessidades dessa população (Ferreira; Costa-Val, 2022, Keuroghlian; Katz-Wise, 2018).

Para compreender como diferentes sistemas de saúde estruturam suas políticas de atenção à população LGBTQIAPN+, a Figura 4 apresenta uma comparação entre modelos internacionais, nacionais e locais. O objetivo é ilustrar estratégias variadas de atendimento, destacando seus avanços, desafios e possíveis adaptações para o contexto brasileiro (Brasil, 2011, WPATH, 2022, São Paulo, 2024).

Figura 4 – Comparação entre Modelos de Atenção à Saúde da População

Modelo	Localização	Principais Características	Avanços	Desafios

Gender Identity Development Service (GIDS)	Reino Unido	Atendimento especializado para jovens trans, com suporte médico e psicossocial.	Atendimento precoce para adolescentes; integração com serviços sociais.	Longo tempo de espera devido à alta demanda.
Consentimento Informado para Hormonização	Estados Unidos	Modelo que permite acesso direto à hormonização para adultos trans sem exigência de laudos psiquiátricos.	Redução de barreiras burocráticas; autonomia para pacientes.	Falta de regulamentação uniforme entre estados, gerando desigualdade no acesso.
Centro de Referência Janaína Lima	São Paulo, Brasil	Atendimento exclusivo para pessoas trans e travestis, incluindo suporte psicológico e endocrinológico.	Acolhimento multidisciplinar e humanizado; maior acessibilidade local.	Atendimento concentrado em São Paulo, sem expansão para outras regiões.
PNSILGBT – SUS	Brasil (nível federal)	Política que estabelece diretrizes para a atenção à saúde LGBTQIAPN+ em todo o país.	Expansão de serviços especializados e formação de profissionais.	Implementação irregular entre estados e municípios; falta de financiamento contínuo.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em WPATH (2022), São Paulo (2024) e Brasil (2011).

A análise desses modelos evidencia a necessidade de expandir estratégias bem-sucedidas, como o Centro de Referência Janaína Lima, para outros estados brasileiros. Além disso, a adoção do modelo de consentimento informado, já implementado nos EUA WPATH (2022), poderia eliminar barreiras burocráticas para a hormonização, tornando o acesso mais ágil e menos patologizante.

3.5.3 Desafios, perspectivas e recomendações na Implementação da Linha de Cuidado

Apesar dos avanços, há desafios que comprometem a efetividade da linha de cuidado, incluindo (Melo *et al.*, 2020):

- **Resistência Institucional:** algumas unidades de saúde ainda não implementaram diretrizes inclusivas, resultando em discriminação e atendimento inadequado;
- **Falta de capacitação dos profissionais:** muitos profissionais possuem conhecimento limitado sobre a saúde da população LGBTQIAPN+, o que reforça estigmas e barreiras no atendimento (Sousa; Sousa, 2021);
- **Dificuldade de acesso a serviços especializados:** a distribuição desigual de serviços, como hormonização e cirurgias afirmativas, dificulta o acesso da população trans e travesti aos cuidados necessários (Brasil, 2011);
- **Baixa adesão ao cuidado em saúde:** devido ao histórico de discriminação, muitas pessoas LGBTQIAPN+ evitam procurar serviços de saúde, impactando negativamente sua qualidade de vida (Ferreira; Costa-Val, 2022).

Para fortalecer a linha de cuidado, algumas medidas devem ser priorizadas, como propõe a ANAMATRA (2024):

- **Expansão das políticas públicas:** maior investimento em programas de saúde LGBTQIAPN+ e ampliação dos serviços especializados em todo o território nacional;
- **Maior integração intersetorial:** colaboração entre os setores de saúde, educação e assistência social para garantir um atendimento mais efetivo e inclusivo (Pereira *et al.*, 2024);
- **Monitoramento e avaliação:** Implementação de indicadores de qualidade para avaliar o impacto das políticas de saúde LGBTQIAPN+ e aperfeiçoar continuamente as estratégias (CNS, 2025).

Assim, a implementação eficaz da linha de cuidado LGBTQIAPN+ exige um compromisso contínuo das políticas públicas, da capacitação profissional e da ampliação da rede de serviços especializados, garantindo um atendimento humanizado e equitativo para essa população (CNS, 2025).

3.6 Lacunas no Atendimento à Saúde da População LGBTQIAPN+

A população LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras estruturais significativas no acesso à saúde, que impactam negativamente sua qualidade de vida e os desfechos clínicos de diversas condições médicas. A discriminação, a violência institucional e o atendimento inadequado são realidades amplamente documentadas na literatura

(Miranda *et al.*, 2020). Esses fatores não apenas resultam da falta de preparo dos profissionais de saúde, mas também da ausência de políticas eficazes que garantam um atendimento equitativo e humanizado.

Os principais desafios enfrentados pela população LGBTQIAPN+ nos serviços de saúde incluem (Silva; Gomes, 2021; Amorim, 2022):

- Falta de preparo dos profissionais, que frequentemente não possuem formação adequada sobre identidade de gênero e orientação sexual, resultando em condutas inadequadas e na perpetuação de estigmas;
- Ausência de diretrizes específicas nos currículos médicos, levando a uma formação insuficiente para atender as demandas dessa população de forma efetiva;
- Preconceitos e estigmatização no ambiente clínico, que impactam a relação profissional-paciente e afastam indivíduos LGBTQIAPN+ dos serviços de saúde;
- Dificuldade de acesso a serviços especializados, como hormonização para pessoas trans, acompanhamento psicológico humanizado e cuidados específicos para a saúde da população lésbica, bissexual e não binária;
- Invisibilização das demandas LGBTQIAPN+ no sistema de saúde, que resulta na ausência de dados epidemiológicos e de políticas baseadas em evidências para atender essa população de forma eficaz.

3.6.1 Barreiras e Desafios no Atendimento

A seguir, apresenta-se a Figura 5 que sintetiza as principais barreiras e desafios enfrentados pela população LGBTQIAPN+ nos serviços de saúde:

Figura 5 – Barreiras e desafios no atendimento à população LGBTQIAPN+

Categoria	Descrição
Capacitação Profissional Insuficiente	Profissionais não recebem formação específica sobre saúde LGBTQIAPN+, resultando em atendimentos inadequados (GOMES et al., 2022).
Falta de Protocolos Institucionais	Muitos serviços de saúde não possuem protocolos padronizados para atender as necessidades específicas dessa população (PRADO; SILVA; DEPOLE, 2022).
Preconceito e Discriminação no Atendimento	Relatos de maus-tratos, negação de atendimento e desrespeito à identidade de gênero são comuns nos serviços de saúde (MIRANDA et al., 2020).
Dificuldade de Acesso a Serviços Especializados	Longas filas de espera para atendimento especializado, especialmente para hormonização e cirurgias afirmativas (SÃO PAULO, 2023).
Invisibilização de Dados Epidemiológicos	A falta de registros específicos dificulta o planejamento de políticas públicas e intervenções eficazes (SILVA; GOMES, 2021).

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Miranda *et al.* (2020).

3.6.2 Caminhos para um Atendimento mais inclusivo

A ausência de dados epidemiológicos sobre a população LGBTQIAPN+ impacta diretamente na formulação e implementação de políticas públicas eficazes, dificultando a alocação de recursos para atendimento adequado (Callander *et al.*, 2020). Além disso, a precarização do acesso à saúde e a escassez de serviços especializados contribuem para o afastamento dessa população do sistema de saúde. Dessa forma, é fundamental a adoção de estratégias para garantir um atendimento mais inclusivo e equitativo.

Para reduzir as barreiras e promover um cuidado integral à população LGBTQIAPN+, algumas estratégias são essenciais (Brasil, 2011; Amorim, 2022; Keuroghlian, Charlton e Katz-Wise, 2022):

- Inserção obrigatória de conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero nos currículos médicos, garantindo que todos os profissionais adquiram competências para atender essa população de maneira humanizada e sem preconceitos.
- Implementação de diretrizes curriculares nacionais específicas, que exijam a inclusão transversal de temas LGBTQIAPN+ nos cursos da área da saúde.
- Capacitação contínua de profissionais de saúde, com programas de educação permanente e treinamentos sobre competência cultural.

- Fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, ampliando serviços especializados e garantindo sua implementação efetiva.
- Criação de mecanismos de monitoramento e avaliação, permitindo uma fiscalização mais efetiva das políticas de saúde e do cumprimento das diretrizes estabelecidas.

A criação de um sistema nacional de registro de dados sobre saúde LGBTQIAPN+ também se faz necessária para subsidiar políticas públicas baseadas em evidências. A falta de estatísticas detalhadas dificulta a implementação de ações direcionadas e o financiamento adequado de serviços especializados. Como solução, recomenda-se que o SUS incorpore campos específicos para identificação da identidade de gênero e orientação sexual nos prontuários eletrônicos, respeitando sempre o sigilo e a autodeterminação dos pacientes (Amorim, 2022).

Evidências recentes revelam o impacto dessa exclusão estrutural: 47% das pessoas LGBTQIAPN+ relatam constrangimento ou recusa de atendimento em unidades de saúde, índice ainda maior entre travestis e pessoas trans (IEPS, 2023). O relatório da Central Única dos Trabalhadores (CUT, 2023) destaca que a precarização do acolhimento resulta em diagnósticos tardios, fragmentação do cuidado e aumento das iniquidades. De forma convergente, pesquisa do Ministério da Saúde e da Universidade de Brasília identificou que 62% das pessoas trans evitam procurar atendimento por medo de discriminação (BRASIL; UNB, 2017). Em conjunto, esses dados demonstram que, embora políticas como a PNSI-LGBT existam, sua implementação permanece desigual e insuficiente, perpetuando barreiras de acesso e exclusão institucional.

3.7 Acolhimento à População LGBTQIAPN+

O acolhimento da população LGBTQIAPN+ nos serviços de saúde enfrenta desafios, principalmente devido à escassez de discussões sobre a saúde de grupos específicos dentro desse público. Essa lacuna evidencia a necessidade de proporcionar um atendimento qualificado e humanizado quando essas pessoas buscam ações preventivas e cuidados em saúde (Silva; Costa, 2020). A escuta ativa é essencial para que essa população se sinta acolhida e respeitada, demonstrando o compromisso com a criação de políticas voltadas para a sexualidade e o gênero (Miranda *et al.*, 2020). Para isso, é fundamental que as organizações sanitárias

promovam um ambiente livre de preconceitos e com atenção integral à saúde da população LGBTQIAPN+, reconhecendo suas particularidades e demandas (Gomes *et al.*, 2018, Pinto; Murillo; Oliveira, 2021).

A população transgênero e travesti, em especial, sofre com a falta de acolhimento adequado no SUS, enfrentando discriminação, barreiras institucionais e desconhecimento dos profissionais sobre suas demandas específicas (Francisco *et al.*, 2020). Muitos indivíduos evitam buscar atendimento médico devido a experiências anteriores de violência institucional, como o uso inadequado de pronomes, a recusa do nome social ou a patologização de suas identidades. Esses desafios reforçam a importância de um cuidado baseado na equidade, no respeito à autodeterminação e na capacitação contínua dos profissionais de saúde.

A enfermagem, como profissão voltada ao cuidado e ao alívio do sofrimento, desempenha um papel importante nesse processo. Sua atuação permite um acolhimento qualificado, promovendo conforto e qualidade de vida à população LGBTQIAPN+. Assim, os profissionais de enfermagem podem contribuir significativamente para a construção de um atendimento mais inclusivo e humanizado dentro do sistema de saúde (Sousa; Sousa, 2021).

A população LGBTQIAPN+ frequentemente enfrenta um atendimento discriminatório por parte de profissionais de saúde, reflexo de um modelo de cuidado estruturado em um sistema binário de sexualidade. Essa abordagem limitada compromete a qualidade da assistência prestada dentro do sistema de saúde. Para pessoas transgêneras, essa realidade se agrava, pois muitas vezes ocultam informações sobre sua transição de gênero por receio de julgamentos, o que pode impactar negativamente sua saúde física e mental (Francisco *et al.*, 2020).

A discriminação, o estigma social e o desrespeito são fatores que dificultam o acesso dessa população aos serviços de saúde. No Brasil, além de enfrentarem preconceito em diversos âmbitos da sociedade, as pessoas LGBTQIAPN+ também sofrem com a exclusão em espaços de cuidado, sendo uma das minorias com menor acesso a serviços de saúde no país (Pinto; Murillo; Oliveira, 2021).

3.7.1 Cuidado Alinhado aos Princípios do SUS

Uma estratégia essencial para reduzir a discriminação nos ambientes de saúde e garantir um atendimento baseado nos direitos e nos princípios do SUS — equidade,

integralidade e universalidade — é a inclusão do debate sobre orientação sexual e identidade de gênero nos currículos da graduação dos profissionais de saúde (Miranda *et al.*, 2020). De acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, todo cidadão que utiliza o SUS tem o direito de ser tratado pelo seu nome social, garantindo o respeito à identidade de travestis e transexuais (Melo *et al.*, 2020).

A PNSILGBT tem como propósito estruturar um conjunto de ações e programas que permeiam todos os níveis de gestão do SUS, promovendo um cuidado baseado nos direitos e assegurando a equidade no atendimento. No entanto, ainda há inúmeros desafios que dificultam a efetivação desses princípios para essa população dentro do sistema público de saúde (Pinto; Murillo; Oliveira, 2021). Mudanças recentes na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) podem representar um risco às conquistas já garantidas à população LGBTQIAPN+, pois não se comprometem com a adoção de estratégias que promovam um modelo progressivo e mais qualificado de atenção à saúde (Santos; Silva; Ferreira, 2019).

3.7.2 Assistência à Grande Demanda de Transtornos Mentais

A população LGBTQIAPN+ enfrenta diversos desafios relacionados à saúde mental e física, em grande parte devido ao preconceito e à escassez de atendimento adequado à sua realidade. Pesquisas indicam que esse grupo tem maior vulnerabilidade a experiências de violência, comportamentos autodestrutivos, depressão e ansiedade quando comparado à população heterossexual. O estigma em torno da orientação sexual e da identidade de gênero impacta significativamente aspectos da vida pessoal e interpessoal, além de influenciar negativamente a saúde psicológica (Miranda *et al.*, 2020, Francisco *et al.*, 2020).

A assistência à saúde mental dessa população deve abranger todos os níveis de atenção, desde a primária até a terciária, para garantir um tratamento adequado e humanizado. Entre os transtornos mais comuns que afetam pessoas LGBTQIAPN+ estão ansiedade, depressão, crises de pânico e comportamentos suicidas, evidenciando a necessidade de um sistema de saúde preparado para lidar com essas demandas de forma eficaz e inclusiva (Sousa; Sousa, 2021).

3.7.3 Promoção da Saúde Integral para a População Transgênero

Para garantir uma assistência em saúde voltada especificamente para pessoas transgênero, é essencial que suas necessidades sejam ouvidas e consideradas, tanto no âmbito da saúde quanto na integração social. Esse grupo enfrenta riscos específicos para a saúde, como o uso inadequado de hormônios, automedicação e procedimentos estéticos perigosos. Para reduzir esses riscos, é necessário um acolhimento adequado por parte dos profissionais de saúde, garantindo maior acesso aos serviços e respeitando direitos fundamentais, como o uso do nome social. Diante dessas vulnerabilidades, torna-se indispensável a implementação de políticas públicas de saúde específicas para essa população (Ferreira *et al.*, 2025).

A qualificação da informação sobre o cuidado em saúde é fundamental para garantir um atendimento adequado à população LGBTQIAPN+. Historicamente, essa população foi classificada na saúde coletiva como portadora de patologias mentais e desvios de comportamento, o que reforça a necessidade de qualificação da informação sobre seu cuidado em saúde (Pinto; Murillo; Oliveira, 2021).

A inadequação no atendimento à saúde de mulheres lésbicas e bissexuais pode resultar no diagnóstico tardio de doenças graves, como câncer de mama e de colo do útero. A falta de preparo dos profissionais de saúde gera desconforto e constrangimento durante exames ginecológicos, o que contribui para a evasão desse grupo dos serviços de saúde (Silva; Costa, 2020).

3.8 Formação Médica Relacionada à População LGBTQIAPN+

No Brasil, a graduação em Medicina possui caráter terminal, permitindo que o recém-formado, após concluir os seis anos de curso em uma instituição reconhecida, obtenha seu registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e atue como médico generalista em diversos serviços de saúde, como consultórios, clínicas e hospitais (Pereira *et al.*, 2025). Atualmente, o país conta com mais de 210 mil médicos generalistas entre os 575.930 profissionais em atividade, muitos dos quais desempenham um papel essencial na APS (CFM, 2024).

No entanto, a qualidade da assistência prestada na APS depende diretamente da formação recebida durante a graduação. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Medicina determinam que essa formação deve contemplar a diversidade biológica, subjetiva, étnico-racial, de gênero e orientação sexual (BRASIL, 2014). Contudo, estudos apontam que essas diretrizes nem sempre são plenamente

implementadas, sendo frequentemente negligenciadas ou abordadas de maneira fragmentada. Esse cenário contribui para a reprodução de padrões cis-heteronormativos na prática médica, o que pode comprometer a oferta de um atendimento equitativo e adequado à população LGBTQIAPN+ (Santana; Melo, 2021).

A inclusão de conteúdos sobre diversidade de gênero e sexualidade na formação médica é fundamental para que futuros profissionais desenvolvam uma abordagem mais empática e baseada em evidências no atendimento à população LGBTQIAPN+. A ausência desses temas nos currículos acadêmicos perpetua a exclusão dessa população dos serviços de saúde, agravando desigualdades e resultando em negligência no atendimento (Obedin-Maliver *et al.*, 2011). Para enfrentar esse problema, especialistas recomendam a adoção de uma abordagem educativa transversal e interdisciplinar, que contemple as especificidades da saúde LGBTQIAPN+ e capacite os profissionais para um atendimento mais inclusivo e humanizado (Keuroghlian; Charlton; Katz-Wise, 2022).

A formação médica no Brasil tem avançado na incorporação de temas relacionados à diversidade de gênero e sexualidade, mas ainda apresenta lacunas significativas. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006) destaca a importância de integrar discussões sobre esses temas nos currículos da área da saúde, reconhecendo que gênero e sexualidade são determinantes sociais que impactam diretamente as desigualdades em saúde. Apesar disso, o ensino médico brasileiro ainda trata essas questões de forma limitada, geralmente restrita a conteúdos optativos ou a menções breves em disciplinas como saúde coletiva e ética médica (Moretti-Pires *et al.*, 2020).

Além da carência de ensino formal sobre saúde LGBTQIAPN+, a formação dos profissionais é fortemente influenciada pelo conhecimento tácito – aquele adquirido por meio da experiência prática e da interação social, sem ser formalizado explicitamente (Polanyi, 1966). No ambiente clínico, esse conhecimento se manifesta na forma como os médicos observam, interpretam e reproduzem práticas, o que pode reforçar estereótipos e vieses inconscientes na ausência de diretrizes formais sobre o tema (Costa-Val *et al.*, 2022).

A inadequação da formação médica é um dos principais entraves para a efetividade das políticas públicas. O modelo educacional vigente ainda apresenta abordagens patologizantes e estereotipadas sobre a saúde LGBTQIAPN+, limitando a implementação de diretrizes como as estabelecidas pela Política Nacional de Saúde

Integral LGBT (Brasil, 2011, Obedin-Maliver *et al.*, 2011). Para que essas diretrizes sejam aplicadas de forma eficaz, é essencial uma reformulação curricular que contemple a diversidade de gênero e sexualidade de maneira transversal (Gomes *et al.*, 2018).

3.8.1 O Ensino Médico e a Compreensão da Identidade de Gênero

A forma como a identidade de gênero é abordada no ensino médico tem impacto direto na assistência prestada à população LGBTQIAPN+. Estudos mostram que a formação médica, muitas vezes, não contempla adequadamente questões relacionadas à diversidade de gênero e orientação sexual (Obedin-Maliver *et al.*, 2011).

A identidade de gênero é um aspecto fundamental da experiência humana, influenciado por fatores biológicos, sociais e culturais (OMS, 2006). A adoção de um ensino médico mais inclusivo, aliado a uma abordagem transdisciplinar no atendimento clínico, é essencial para garantir um cuidado equitativo e humanizado à população LGBTQIAPN+ (Keuroghlian; Charlton; Katz-Wise, 2022, Costa-Val *et al.*, 2022).

A literatura aponta que a abordagem da diversidade de gênero e sexualidade nos cursos médicos é, em sua maioria, limitada a conteúdos explícitos, como diretrizes clínicas e protocolos de atendimento. No entanto, há uma lacuna no ensino da competência cultural, que envolve o reconhecimento de vieses inconscientes e a construção de um atendimento humanizado e equitativo (Keuroghlian; Charlton; Katz-Wise, 2022). Esse aspecto é diretamente influenciado pelo conhecimento tácito, pois a cultura institucional e as experiências clínicas desempenham um papel fundamental na formação das atitudes dos profissionais de saúde (Rosecrance *et al.*, 2023).

Iniciativas internacionais, como a *Sexual and Gender Minority Health Equity Initiative*, da *Harvard Medical School*, demonstram que a integração de conteúdos formais e metodologias ativas pode modificar padrões de conhecimento tácito (Keuroghlian *et al.*, 2022). Programas educacionais que utilizam simulações clínicas, *role-playing* e discussão de casos reais são capazes de promover mudanças na forma como os médicos internalizam e aplicam conhecimentos sobre diversidade sexual e de gênero (Engelhorn, 2019a).

3.8.2 Identificação de Lacunas e Desafios Existentes na Literatura

Embora haja um consenso sobre a importância de ampliar a abordagem sobre diversidade sexual e de gênero na formação médica, diversos desafios persistem. Sekoni *et al.* (2017) demonstraram que, em muitos currículos médicos, menos de cinco horas são dedicadas ao ensino sobre saúde LGBTQIAPN+ ao longo de toda a graduação, o que é insuficiente para abordar as complexidades dessa população. Além disso, a falta de capacitação docente contribui para a inconsistência dos conteúdos abordados, tornando a formação fragmentada e pouco eficaz (Danckers *et al.*, 2024).

Outro desafio é a influência do currículo oculto – um conjunto de valores, normas e comportamentos que são transmitidos de forma implícita durante a formação médica (Moretti-Pires *et al.*, 2020). Esse currículo oculto reforça o conhecimento tácito baseado em práticas excludentes e na invisibilização da população LGBTQIAPN+ no ambiente clínico (Santana; Melo, 2021). Estudantes de medicina frequentemente relatam que aprendem a lidar com pacientes LGBTQIAPN+ observando seus preceptores, o que pode resultar na reprodução de práticas discriminatórias caso esses profissionais não estejam capacitados para o atendimento inclusivo (Costa-Val *et al.*, 2022).

3.8.3 A Importância da Competência Cultural na Prática Médica

A competência cultural refere-se à capacidade dos profissionais de saúde de compreender e responder às necessidades de pacientes de diferentes contextos socioculturais, incluindo a população LGBTQIAPN+. No entanto, essa competência não se desenvolve apenas por meio do ensino explícito – é necessário modificar também o conhecimento tácito dos profissionais, promovendo reflexões sobre seus vieses inconscientes e incentivando práticas de atendimento humanizado (Sekoni *et al.*, 2017).

A ausência sistemática de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero no currículo formal da graduação médica contribui para a perpetuação de um currículo oculto que marginaliza determinadas identidades e corpos dissidentes. Essa exclusão reforça a ideia de que as vivências LGBTQIAPN+ são irrelevantes para a prática clínica, naturalizando estigmas e preconceitos no processo formativo. Como

resultado, futuros profissionais internalizam valores heteronormativos e cisnormativos como normas tácitas de conduta, o que repercute negativamente na qualidade do cuidado prestado e nas desigualdades em saúde. Ao silenciar essas pautas, o currículo oculto atua como um dispositivo de poder que reforça hierarquias sociais e epistemológicas (Bourdieu, 1998; Fernandes *et al.*, 2021; Cunha; Vieira; Oliveira, 2022), negando o princípio da equidade previsto nas diretrizes do Sistema Único de Saúde e nos marcos da educação médica contemporânea.

Essa lógica de silenciamento curricular se articula com o que Louro (1997) denomina de “pedagogia da norma”, mecanismo por meio do qual a escola regula comportamentos, corpos e subjetividades com base em padrões heterocisnormativos. Tal conformação é sustentada por um poder disciplinar que atua de forma difusa nos espaços educacionais (Foucault, 1979), naturalizando exclusões e construindo o que Ferreira (2019) chama de “epistemologias curriculares da ignorância” — estratégias que apagam sistematicamente saberes dissidentes e reforçam uma ideia de neutralidade científica. A análise crítica do currículo oculto, portanto, demanda o reconhecimento de que esse não é apenas um espaço de omissões, mas um campo ativo de disputas simbólicas que produzem desigualdades concretas no exercício da prática médica.

Estudos indicam que treinamentos em competência cultural são eficazes para modificar padrões de atendimento e reduzir barreiras no acesso à saúde para pessoas LGBTQIAPN+ (West-Livingston *et al.*, 2021). Estratégias como debates sobre casos clínicos reais, simulações interativas e discussões reflexivas sobre o impacto do currículo oculto são fundamentais para reformular o conhecimento tácito dos futuros médicos e garantir que a formação contemple não apenas a transmissão de informações, mas também a transformação de atitudes e práticas institucionais (Danckers *et al.*, 2024).

3.9 Produto Educacional

A melhoria do ensino sobre a saúde da população LGBTQIAPN+ exige a implementação de estratégias pedagógicas eficazes, capazes de definir metodologias adequadas e o tempo necessário para o desenvolvimento de competências relacionadas a gênero e sexualidade (Higgins *et al.*, 2019a). A reformulação curricular, o uso de metodologias ativas e a avaliação da percepção discente sobre esses temas são essenciais para um ensino significativo e baseado em evidências (McCann; Brown, 2018).

Para garantir que o aprendizado sobre diversidade sexual e de gênero seja incorporado de maneira efetiva, é necessário não apenas oferecer conteúdos formais, mas também capturar as representações e percepções prévias dos alunos, possibilitando uma abordagem pedagógica mais contextualizada e reflexiva (Freire, 1996, Moretti-Pires, Bittencourt, 2020). Dessa forma, a utilização de instrumentos de avaliação qualitativa e quantitativa torna-se uma estratégia relevante para a mensuração do impacto do produto educacional e para a adaptação das intervenções de ensino (Gomes *et al.*, 2009, Bardin, 2016).

A ausência de conteúdos estruturados sobre diversidade de gênero e sexualidade nos currículos médicos representa uma lacuna significativa na formação de futuros profissionais de saúde. Esse déficit educacional compromete a qualidade da assistência prestada à população LGBTQIAPN+, resultando em barreiras no acesso à saúde, desinformação sobre cuidados específicos e perpetuação de desigualdades (Moretti-Pires *et al.*, 2020).

Atualmente, os conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero, quando presentes nos cursos de Medicina, são abordados de forma pontual e não integrada à formação médica geral. Em muitos casos, são tratados como temas periféricos, limitados a disciplinas de saúde coletiva ou ética médica, sem um aprofundamento necessário para a prática clínica (Obedin-Maliver *et al.*, 2011). Como resultado, profissionais recém-formados enfrentam dificuldades no atendimento de pacientes LGBTQIAPN+, o que contribui para a evasão dessa população dos serviços de saúde e para a piora dos seus indicadores de saúde (Costa-Val *et al.*, 2022).

3.9.1 Instrumentos para Avaliação do Conhecimento e Percepção Discente

Para avaliar as mudanças nas percepções e conhecimentos dos estudantes ao longo do treinamento, cinco instrumentos pedagógicos foram utilizados, baseando-se em métodos qualitativos e participativos de ensino-aprendizagem em saúde (Gomes; Deslandes; Fleury, 2008; Freire, 1996).

1. Questionário aberto com Perguntas Reflexivas

- Objetivo: Coletar percepções subjetivas dos alunos sobre suas experiências prévias e expectativas em relação ao atendimento da população LGBTQIAPN+.

- Exemplo de perguntas:

- "Como você definiria diversidade de gênero?"

- "Você acredita que a formação médica atual prepara bem os profissionais para esse atendimento? Por quê?"

- Uso pedagógico: As respostas podem ser utilizadas para debates e reflexões em grupo, estimulando a análise crítica. (Bardin, 2016).

2. Análise de Situações-Problema (Estudo de Casos):

- Objetivo: Observar como os alunos reagem a cenários clínicos envolvendo pacientes LGBTQIAPN+ e suas tomadas de decisão.

- Procedimento: Apresentar casos clínicos fictícios e pedir aos alunos que descrevam como atenderiam o paciente.

- Uso pedagógico: Possibilita a discussão sobre melhores práticas e desafios do atendimento. (Araújo *et al.*, 2021).

3. Técnica de Cartões Associativos (Mapa Conceitual Coletivo)

- Objetivo: Construir coletivamente um mapa conceitual sobre diversidade de gênero e sexualidade.

- Procedimento: Distribuir cartões com palavras-chave relacionadas ao tema e pedir que os alunos agrupem e justifiquem suas escolhas.

- Uso pedagógico: Permite visualizar como os alunos organizam mentalmente o tema e facilita a estruturação de conceitos. (Novak; Cañas, 2008).

4. Técnica de Cartões Associativos (Mapa Conceitual Coletivo)

- Objetivo: Registrar mudanças nas percepções dos alunos ao longo da oficina.
 - Procedimento: No início e no final da atividade, os alunos escrevem sobre suas visões acerca da diversidade de gênero e sexualidade.
 - Uso pedagógico: Permite reflexão sobre o aprendizado e mudanças de perspectiva. (Bolchini; Kessler, 2016).
5. Diário da Oficina (Antes e Depois).

3.9.2 Construção do Corpus e Análise dos Dados

Os dados coletados serão analisados por meio das seguintes técnicas:

- Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) para categorizar as respostas abertas.
- Análise de Evocações (ABRIC, 2001) para examinar a estrutura das representações sociais.
- Estatística Descritiva para mensuração de mudanças na percepção discente.

3.9.3 Importância do Produto Educacional para a Formação Médica

A implementação desses instrumentos permitirá um ensino médico mais participativo, envolvendo os estudantes em processos de reflexão e aprendizado ativo. (Freire, 1996, Gomes; Deslandes; Fleury, 2008, Polanyi, 1966). Dessa forma, a oficina proposta não apenas transmite conhecimentos sobre diversidade sexual e de gênero, mas também promoverá a desconstrução de estereótipos e a reformulação do conhecimento tácito (Polanyi, 1966, Costa-Val *et al.*, 2022) adquirido ao longo da formação médica.

A abordagem dialógica e interativa favorece a construção de um ensino mais inclusivo (Freire, 1996, Higgins *et al.*, 2019b), ampliando a compreensão dos futuros profissionais de saúde sobre as necessidades da população LGBTQIAPN+ e garantindo um atendimento mais equitativo e humanizado.

3.10 Comparação com Outras Soluções Educacionais

Diversas iniciativas educacionais vêm sendo propostas para ampliar a abordagem da diversidade de gênero e sexualidade na formação médica. No entanto, a maioria ainda apresenta limitações quanto à profundidade do conteúdo, à integração curricular e ao impacto real na prática médica (Obedin-Maliver *et al.*, 2011, Moretti-Pires *et al.*, 2020, Keuroghlian; Charlton; Katz-Wise, 2022).

A Figura 6 apresenta uma comparação entre a Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero proposto nesta dissertação e outras soluções educacionais adotadas em algumas instituições médicas, com base na literatura especializada:

Figura 6 – Comparação entre Modelos Educacionais sobre Saúde LGBTQIAPN+

Modelo Educacional

Palestras e Seminários Isolados	Aulas avulsas sobre temas LGBTQIAPN+, geralmente ministradas por especialistas externos.	Baixo custo e fácil implementação.	Abordagem superficial, sem impacto prático significativo.
Módulo Opcional em Saúde LGBTQIAPN+	Disciplina eletiva sobre saúde da população LGBTQIAPN+.	Maior aprofundamento teórico e flexibilidade para os alunos interessados.	Não obrigatório, atinge poucos alunos, depende da adesão individual.
Inclusão de Conteúdo em Disciplinas Existentes	Inserção de tópicos sobre diversidade dentro das disciplinas de Saúde Coletiva ou Bioética.	Integração ao currículo formal da Medicina.	Abordagem fragmentada e muitas vezes insuficiente.
Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero (Proposto)	Programa estruturado com metodologias ativas, simulação de casos, role-playing e aprendizado baseado em problemas.	Aplicação direta na prática clínica, aprendizado participativo e impacto real na formação médica.	Requer capacitação docente e planejamento institucional para sua implementação.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Obedin-Maliver *et al.* (2011), Keuroghlian; Charlton; Katz-Wise (2022), Engelhorn (2019b) e Brasil (2021).

3.10.1 Diferenciais do Produto Educacional Proposto

Em comparação com abordagens tradicionais, a Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero apresenta os seguintes diferenciais:

- Abordagem prática: A simulação de atendimentos, o role-playing e o estudo de casos clínicos favorecem a internalização e a aplicação do conhecimento adquirido (Keuroghlian *et al.*, 2022, Engelhorn, 2019c).
- Metodologias ativas de ensino: Tornam o processo de aprendizagem mais participativo, favorecendo o desenvolvimento de competências comunicacionais e éticas (Higgins *et al.*, 2019c, McCann; Brown, 2018).
- Formação transversal e interdisciplinar: O conteúdo está articulado com áreas como saúde mental, endocrinologia, ginecologia e saúde coletiva, favorecendo uma visão mais integral do cuidado (Keuroghlian; Charlton; Katz-Wise, 2022, Moretti-Pires *et al.*, 2020).
- Impacto direto na formação médica: A proposta visa promover uma mudança cultural desde a graduação, com potencial para reverberar na prática clínica (Obedin-Maliver *et al.*, 2011, Higgins *et al.*, 2019c).

A falta de formação médica em diversidade de gênero e sexualidade compromete a qualidade do atendimento à população LGBTQIAPN+ e reforça barreiras no acesso à saúde. A implementação de uma Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero surge como uma alternativa inovadora e eficaz para suprir essa lacuna educacional, promovendo uma abordagem ética, humanizada e baseada em evidências (Santana; Melo, 2021, Costa-Val *et al.*, 2022).

Mais do que apenas complementar os conteúdos das Diretrizes Curriculares Nacionais, esta proposta busca promover um deslocamento epistemológico, com base em uma pedagogia crítica, interseccional e afirmativa. Tal abordagem conecta-se às epistemologias do Sul e às práticas de desobediência epistêmica, ao desafiar a hegemonia biomédica e valorizar saberes historicamente marginalizados.

Nesse sentido, autores como Frantz Fanon (1968), Achille Mbembe (2018) e Suely Rolnik (2018) contribuem com perspectivas fundamentais para compreender como estruturas coloniais, necropolíticas e de sofrimento psíquico coletivo impactam os processos formativos e as práticas clínicas. A oficina proposta se inspira nessas

leituras para articular o cuidado em saúde à construção de subjetividades e resistências, promovendo uma escuta sensível, ética e transformadora.

4 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa), combinando análise documental, revisão de literatura e estudo descritivo para examinar a inclusão da diversidade sexual e de gênero no ensino médico. Além disso, realizou-se a validação da Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero, utilizando instrumentos quantitativos para avaliar sua eficácia na formação de estudantes e docentes.

4.1 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, de natureza aplicada, com abordagem metodológica mista (qualitativa e quantitativa), conforme as diretrizes propostas por Creswell e Creswell (2017) para pesquisas nas áreas de ciências sociais e saúde. Essa estratégia mista visa compreender a complexidade da formação médica no que tange à inclusão da diversidade sexual e de gênero, articulando múltiplos métodos de investigação para garantir maior robustez analítica e validade interna dos achados.

A abordagem qualitativa foi aplicada principalmente na análise documental do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), bem como na comparação com PPCs de outras 28 instituições de ensino superior brasileiras, totalizando 29 PPCs analisados. Essas instituições incluem universidades federais, estaduais, municipais e privadas. A comparação seguiu critérios de saturação temática e diversidade regional, com o objetivo de mapear padrões curriculares, identificar ausências significativas e destacar boas práticas. A análise documental foi guiada pelo referencial de Cellard (2008), que oferece um modelo crítico de leitura institucional, e por Flick (2009), no que tange à sistematização de dados qualitativos em contextos educacionais.

Complementarmente, foi realizada uma revisão da literatura sobre o ensino médico inclusivo, incluindo os marcos normativos nacionais (como as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014) e estudos acadêmicos recentes sobre formação em gênero, sexualidade e saúde de populações LGBTQIAPN+.

Já a abordagem quantitativa foi utilizada na validação da Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero, com base na aplicação de questionários estruturados antes e após sua realização com estudantes de Medicina. Os

instrumentos buscaram aferir indicadores de impacto formativo, mudança de percepção e aplicabilidade prática dos conteúdos ministrados.

Por fim, a adoção da triangulação metodológica proposta por Denzin (2010) permitiu uma integração coerente entre três esferas: a análise crítica dos currículos, o suporte teórico-científico da literatura e os dados empíricos produzidos a partir da experiência dos participantes. Tal articulação fortalece a credibilidade dos resultados e oferece subsídios mais consistentes para a proposição de soluções educacionais inovadoras.

4.2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas principais, conforme descrito a seguir.

4.2.1 Análise Documental do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da USCS

A análise documental seguiu as diretrizes propostas por Cellard (2008) para a interpretação de documentos institucionais, com foco na identificação da inserção (ou ausência) de conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero na formação médica. Foram avaliados os seguintes aspectos:

- Presença de disciplinas obrigatórias ou optativas que abordam diversidade sexual e de gênero;
- Inserção de conteúdos sobre saúde da população LGBTQIAPN+ em disciplinas já existentes;
- Alinhamento do PPC com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Medicina (Brasil, 2014);
- Identificação de lacunas curriculares e oportunidades para integração da temática.

4.2.2 Análise Comparativa dos PPC de Outras Universidades

Além da análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da USCS, foi realizada uma análise documental comparativa de PPCs de cursos de Medicina de outras universidades brasileiras, com o objetivo de mapear o grau de inserção da diversidade sexual e de gênero no ensino médico e subsidiar a construção crítica apresentada no

capítulo 3.10 desta dissertação. Essa comparação visou identificar boas práticas, lacunas curriculares e modelos educacionais alternativos adotados nacionalmente.

Para a análise documental, foram selecionados 29 Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de cursos de Medicina de universidades públicas brasileiras. A escolha do número foi delimitada por critérios de representatividade regional, acessibilidade pública dos documentos e atualização recente (até 2022), de modo a refletir um panorama nacional da formação médica. A inclusão restringiu-se às instituições que disponibilizavam os PPCs integralmente nos portais institucionais, o que tornou inviável a análise da totalidade das escolas médicas públicas do país. Embora não exaustiva, essa amostra permitiu identificar padrões curriculares recorrentes, lacunas na abordagem da diversidade sexual e de gênero e diretrizes formativas com potencial de impacto nacional. A metodologia adotada seguiu princípios da análise documental conforme proposto por Cellard (2008), com ênfase na triangulação das informações.

A seleção das instituições seguiu os seguintes critérios:

- Distribuição geográfica, contemplando instituições das cinco macrorregiões brasileiras;
- Diversidade institucional, incluindo universidades públicas e privadas, federais e estaduais;
- Disponibilidade e atualidade dos documentos, considerando PPCs atualizados e acessíveis publicamente;
- Reconhecimento do curso pelo MEC e atuação destacada em saúde coletiva ou em ações afirmativas no ensino superior.

Os PPC foram classificados em três categorias, com base em critérios adaptados da literatura especializada (Obedin-Maliver *et al.*, 2011, Moretti-Pires *et al.*, 2020, Keuroghlian; Charlton; Katz-Wise, 2022):

- Abordagem estruturada: presença de disciplinas obrigatórias e integração transversal da temática LGBTQIAPN+ no currículo médico;
- Abordagem parcial ou optativa: inclusão restrita a disciplinas eletivas ou eixos específicos (como bioética ou saúde coletiva);
- Ausência de abordagem explícita: PPC sem menções diretas à diversidade de gênero ou à saúde da população LGBTQIAPN+.

Os dados foram organizados em tabelas comparativas, permitindo a identificação de padrões, fragilidades e inovações. Essa etapa forneceu base empírica para a proposição da Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero, bem

como para a elaboração da Tabela Comparativa de Soluções Educacionais apresentada no capítulo 3.10, discutida à luz do referencial teórico da área.

4.2.3 Revisão da Literatura

A revisão da literatura foi conduzida com o objetivo de fundamentar teoricamente a proposta de letramento em diversidade sexual e de gênero na formação médica, subsidiando a análise crítica do currículo e o desenvolvimento do produto educacional. A busca por estudos científicos foi realizada nas bases de dados SciELO, PubMed, LILACS e Google Scholar.

Os critérios de inclusão adotados foram: (i) artigos publicados nos últimos dez anos (2014 a 2024); (ii) publicações em português, inglês ou espanhol; (iii) relevância temática, envolvendo diretamente as áreas de ensino médico, diversidade sexual e de gênero, formação em saúde, inclusão curricular e saúde LGBTQIAPN+; (iv) indexação em periódicos científicos reconhecidos.

Os descritores utilizados nas buscas foram combinados em português, inglês e espanhol, segundo a base DeCS/MeSH, com os seguintes termos: “ensino médico”, “formação médica”, “diversidade de gênero”, “diversidade sexual”, “educação médica inclusiva”, “saúde LGBTQIAPN+”, “currículo em saúde”, “competências culturais” e “educação antidiscriminatória”.

O processo de seleção e sistematização dos artigos seguiu a metodologia PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), conforme recomendação de Moher *et al.* (2009) e suas atualizações mais recentes publicadas por Page *et al.* (2021), buscando garantir transparência, reprodutibilidade e rigor metodológico no levantamento do estado da arte sobre o tema.

Além da seleção dos estudos, foram considerados documentos normativos nacionais e internacionais que orientam a formação em saúde, especialmente as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Medicina (Brasil, 2014) e as recomendações da Association of American Medical Colleges (AAMC, 2014) sobre competência cultural e saúde LGBTQI+.

4.2.4 Desenvolvimento e Validação do Produto Educacional

Com base nas lacunas identificadas na análise documental e na revisão de literatura, foi desenvolvido uma Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero, estruturado em três módulos presenciais:

1. Fundamentos sobre diversidade sexual e de gênero;
2. Práticas inclusivas no atendimento à população LGBTQIAPN+;
3. Estratégias pedagógicas para docentes e estudantes.

A oficina foi ofertada no primeiro semestre de 2025 a estudantes de Medicina da USCS, de diferentes fases do curso, com especial ênfase nos períodos clínicos e internato, por meio de convite institucional amplamente divulgado via e-mail acadêmico, plataforma Google Classroom® e grupos de comunicação da universidade. A participação foi voluntária, desvinculada de avaliações formais ou atribuição de créditos. Foram convidados todos os alunos regularmente matriculados na graduação em Medicina, desde que demonstrassem interesse em participar da atividade. A comunicação inicial incluiu informações claras sobre os objetivos do estudo, natureza da oficina, tempo estimado de participação e caráter sigiloso da coleta de dados. Todos os participantes assinaram, de forma digital, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme protocolo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da USCS (parecer nº 7.437.501), atendendo às diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

A validação da oficina seguiu o modelo de avaliação de reação proposto por Kirkpatrick e Kirkpatrick (2016), o qual corresponde ao primeiro nível de um sistema em quatro etapas para avaliar treinamentos, centrado na resposta imediata dos participantes quanto à relevância, clareza e aplicabilidade do conteúdo oferecido. Foi aplicado um questionário estruturado com escala Likert (1 a 5), avaliando os seguintes aspectos:

- Conhecimento prévio sobre diversidade sexual e de gênero;
- Percepção da relevância do tema na formação médica;
- Nível de satisfação com os conteúdos abordados;
- Aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos na prática clínica.

Por se tratar de uma atividade de adesão voluntária, reconhece-se a possibilidade de viés de livre demanda, uma vez que estudantes com maior interesse, engajamento ou afinidade com o tema podem ter se sentido mais motivados a participar. Esse fator pode ter influenciado positivamente as avaliações da oficina,

devendo ser considerado como limitação metodológica nos resultados e conclusões deste estudo.

4.3 Coleta e Análise de Dados

- A coleta e análise dos dados foram organizadas em três estratégias metodológicas distintas, articuladas à abordagem mista da pesquisa:

- Análise documental: O PPC da USCS, bem como os PPC de outras universidades públicas brasileiras, foi examinado segundo um protocolo estruturado, com base nas diretrizes de Cellard (2008) e Flick (2009). As análises visaram categorizar a presença, ausência ou transversalidade de conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero na formação médica.

- Revisão da literatura: A sistematização das evidências científicas identificadas na revisão permitiu mapear boas práticas, lacunas formativas e diretrizes curriculares relacionadas à inclusão da temática LGBTQIAPN+ na educação médica. O processo seguiu os parâmetros da metodologia PRISMA (Moher *et al.*, 2009, Page *et al.*, 2021), garantindo transparência, rigor e reprodutibilidade. A organização e a triagem dos artigos foram realizadas com o auxílio de planilha eletrônica (Microsoft Excel®).

- Análise dos questionários aplicados na Oficina de Letramento: Os dados empíricos gerados pelos instrumentos quantitativos aplicados antes e após a oficina piloto foram submetidos a estatística descritiva (frequência, média e desvio padrão), também utilizando o Microsoft Excel®. Essa etapa permitiu avaliar a eficácia formativa da proposta educacional, identificando variações nas percepções, níveis de conhecimento e relevância atribuída ao tema pelos participantes.

4.4 Considerações Éticas

O estudo seguiu rigorosamente as normas éticas estabelecidas na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo a proteção dos participantes da pesquisa. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), sob o parecer 7.437.501.

Todos os participantes da Oficina de Letramento assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), assegurando a voluntariedade da participação e a confidencialidade das informações fornecidas.

5 RESULTADOS

5.1 Análise do Currículo Médico: Estrutura e Potencialidades

A análise do PPC de Medicina da USCS – Campus São Paulo revelou um modelo curricular robusto, estruturado com base em competências e orientado pelas DCN de 2014. O currículo integra teoria e prática ao longo da formação, com unidades curriculares distribuídas de forma transversal e articuladas aos princípios do SUS.

Entretanto, identificou-se a ausência de conteúdos específicos que abordem diretamente a diversidade de gênero e sexualidade na formação médica. Embora o PPC enfatize a integralidade e a humanização do cuidado, destacando a necessidade de competências relacionadas à promoção e prevenção em saúde, diagnóstico, terapêutica, reabilitação e cuidados paliativos (USCS, 2023, p. 16), não há um direcionamento explícito para a inclusão da saúde da população LGBTQIAPN+. Essa lacuna compromete o alinhamento do currículo às demandas sociais e às necessidades específicas dessa população.

5.2 Propostas de Inclusão no PPC

O PPC de Medicina da USCS apresenta uma estrutura abrangente, baseada no desenvolvimento de competências gerais e específicas. No entanto, a análise demonstrou que os conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero são tratados de forma inexistente ou superficial. Essa lacuna compromete a formação de profissionais de saúde preparados para atender as necessidades específicas da população LGBTQIAPN+.

Diversas disciplinas do PPC, como "Competências Integradas no SUS", "Reflexão de Prática" e "Saúde-Doença e Cuidados", já incluem discussões éticas, sociais e culturais, o que permite a inclusão de conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero de maneira integrada. Além disso, as metodologias ativas adotadas pelo curso, como discussões de casos, *role-playing* e sala de aula invertida, são ferramentas adequadas para tratar a temática de maneira prática e reflexiva.

A proposta da Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero descrita nesta dissertação poderia ser incorporada a essas disciplinas ou até mesmo estruturada como um módulo temático específico dentro do currículo. Essa abordagem fortaleceria a formação médica e promoveria maior equidade no

atendimento em saúde, alinhando-se às diretrizes do SUS e às demandas da sociedade contemporânea.

A Figura 7 apresenta uma análise detalhada das disciplinas do PPC e as propostas de inclusão de conteúdos LGBTQIAPN+.

Figura 7 - Propostas de Inclusão de Conteúdos LGBTQIAPN+ no PPC

Disciplina no PPC	Conexão com a Dissertação	Proposta de Inclusão
Competências Integradas no SUS	Trabalha saúde coletiva e aspectos culturais e sociais.	Inserir módulo sobre saúde LGBTQIAPN+, com ênfase em barreiras de acesso e cuidados afirmativos.
Reflexão de Prática	Fomenta debates e avaliações temáticas, permitindo maior integração de tópicos específicos.	Realizar discussões sobre experiências clínicas de pacientes LGBTQIAPN+ no SUS.
Saúde-Doença e Cuidados	Aborda processos éticos e culturais no cuidado médico.	Adicionar tópicos sobre hormonioterapia e manejo clínico de pessoas transgênero.
Práticas Educacionais Ativas	Inclui role-playing, sala de aula invertida e simulações.	Simulações clínicas focadas em comunicação inclusiva e atendimento a pessoas LGBTQIAPN+.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

5.2.1 Cenários de Prática: Integração com a Rede SUS

Os cenários de prática do curso incluem atenção primária, saúde mental e ambiente hospitalar, criando oportunidades para que os estudantes interajam com a diversidade da população atendida no SUS. Segundo o PPC, a inserção dos estudantes nos diferentes níveis de atenção permite a "experimentação da realidade do SUS" (USCS, 2023, p. 16).

Entretanto, a ausência de diretrizes específicas sobre a população LGBTQIAPN+ nos estágios pode limitar o desenvolvimento de competências essenciais para o atendimento dessa população. A formação em cenários como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde (UBS) e

ambulatórios especializados deve ser orientada para assegurar um atendimento humanizado e livre de discriminação.

A adoção de linhas de cuidado específicas para a população LGBTQIAPN+ nesses cenários de prática pode fortalecer a formação médica e garantir a implementação dos princípios de equidade e integralidade preconizados pelo SUS.

5.2.2 Necessidade de Formação Docente e Materiais Didáticos Inclusivos

Outro desafio identificado na análise do PPC foi a falta de capacitação docente para abordar diversidade sexual e de gênero na formação médica. Embora o PPC mencione a necessidade de formação continuada dos professores, não há referência a treinamentos específicos que preparem os docentes para atuar de forma inclusiva e afirmativa.

O desenvolvimento de materiais didáticos específicos também se mostra fundamental. Atualmente, não há cadernos pedagógicos ou guias clínicos voltados à saúde da população LGBTQIAPN+ no currículo analisado. A elaboração de materiais educativos e diretrizes clínicas atualizadas pode contribuir para a qualificação dos docentes e o aprimoramento do ensino sobre o tema.

5.2.3 Conexão com as Demandas Sociais e o Contexto Locorregional

A parceria da USCS com o SUS locorregional é um ponto forte do curso, proporcionando aos estudantes um ambiente de prática alinhado às necessidades da comunidade. O PPC destaca o compromisso institucional com a "melhoria da assistência à saúde e a experimentação da realidade do SUS" (USCS, 2023, p. 17).

No entanto, para que essa experiência de prática seja realmente eficaz, é fundamental que os futuros médicos sejam capacitados para atender à diversidade da população brasileira. A inclusão de temáticas de diversidade sexual e de gênero no currículo fortaleceria a formação médica e ampliaria a capacidade de resposta dos profissionais às demandas sociais emergentes.

Além disso, essa abordagem estaria alinhada ao objetivo do PPC de "formar médicos humanistas, críticos e reflexivos, com responsabilidade social" (USCS, 2023, p. 16), promovendo equidade no acesso e na qualidade do atendimento.

5.3 Elaboração do Produto

O produto educacional aqui proposto, uma Oficina de Letramento em Diversidade LGBTQIAPN+ na Formação Médica, foi elaborado como resposta direta às lacunas identificadas em PPC, tanto da instituição de ensino em questão quanto de outras universidades. Este cenário revelou uma deficiência na abordagem abrangente e qualificada da temática LGBTQIAPN+ na formação médica.

Com um propósito bem definido, a oficina visou múltiplos objetivos interconectados: promover o letramento dos acadêmicos e docentes em relação à diversidade sexual e de gênero, sensibilizá-los para um acolhimento humanizado e empático da população LGBTQIAPN+, capacitá-los para um atendimento clínico qualificado e, em última instância, promover a equidade no acesso e na qualidade da atenção à saúde. A concepção deste produto educacional alinha-se, portanto, com a necessidade premente de formar profissionais de saúde que não apenas possuam conhecimento técnico, mas que também demonstrem competência cultural e ética para lidar com a complexidade e as especificidades das demandas de saúde dessa população, contribuindo ativamente para a superação de barreiras e a redução de iniquidades.

Os dados apresentados a seguir detalham os resultados dos questionários aplicados antes (pré-capacitação) e após (pós-capacitação) a Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero. Essa análise permite avaliar o impacto da intervenção educacional no conhecimento e nas atitudes dos participantes.

5.3.1 Resultados de Validação da Oficina

Os dados coletados na Oficina de Letramento, realizada em 19 de maio de 2025 com duração de uma hora e trinta minutos, revelam informações demográficas e acadêmicas interessantes sobre os 11 participantes, como apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil dos participantes

Perfil dos Participantes		
Gênero	Quantidade	Porcentagem

Masculino	5	45,5%
Feminino	6	54,5
Não binário	0	0%
Outro	0	0%
Prefiro não dizer	0	0%

Idade

Mínima	18
Máxima	52
Média	24,82
Mediana	22

Período de Formação

Período	Quantidade	Porcentagem
1° Período	1	9,1%
2° Período	2	18,2%
3° Período	1	9,1%
4° Período	1	9,1%
5° Período	1	9,1%
6° Período	2	18,2%
7° Período	3	27,3%
8° Período	0	0%
9° Período	0	0%
10° Período	0	0%
11° Período	0	0%

12° Período	0	0%
-------------	---	----

Você se identifica como LGBTQIAPN+?

Alternativa	Quantidade	Porcentagem
Sim	2	18,2%
Não	8	72,7%
Não sabe	1	9,1%
Prefiro não dizer	0	0%

Religião ou crença

Religiões	Quantidade	Porcentagem
Católico	3	27,3%
Cristão	2	18,2%
Espírita	2	18,2%
Umbanda	1	9,1%
Acredita em Deus, mas se identifico com várias religiões	1	9,1%

Onde você cursou a maior parte do ensino médio?

Tipo de Ensino	Quantidade	Porcentagem
Particular	10	90,9%
Pública	1	9,1%
Domiciliar	0	0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Em relação ao gênero, a maioria dos participantes era do sexo feminino, representando 54,5% (6 pessoas), enquanto 45,5% (5 pessoas) eram do sexo

masculino. Não houve participantes que se identificassem como não binários, outros ou que preferiram não declarar seu gênero.

A idade dos participantes variou de 18 a 52 anos, com uma média de 24,82 anos e uma mediana de 22 anos, indicando um grupo predominantemente jovem.

Quanto ao período de formação, a distribuição foi bastante diversificada. O 7º período teve a maior representação, com 27,3% (3 participantes). O 2º e o 6º períodos também apresentaram participação significativa, ambos com 18,2% (2 participantes cada). Os 1º, 3º, 4º e 5º períodos contaram com 9,1% cada (1 participante por período). É notável que não houve participantes do 8º ao 12º período.

No que tange à identificação LGBTQIAPN+, a maioria dos participantes (72,7% ou 8 pessoas) não se identificou como parte dessa comunidade. Dois participantes (18,2%) se identificaram como LGBTQIAPN+, e um (9,1%) não soube responder. Ninguém preferiu não declarar essa informação.

A religião ou crença dos participantes também apresentou variedade. Católicos foram o grupo mais numeroso, com 27,3% (3 participantes), seguidos por Cristãos e Espíritas, ambos com 18,2% (2 participantes cada). Um participante (9,1%) declarou seguir a Umbanda, e outro (9,1%) afirmou acreditar em Deus, identificando-se com diversas religiões.

Por fim, a origem do ensino médio dos participantes mostrou um dado marcante: 90,9% (10 pessoas) cursaram a maior parte do ensino médio em instituições particulares, enquanto apenas 9,1% (1 pessoa) frequentou uma escola pública. Ninguém estudou em regime domiciliar.

Na Tabela 2 são avaliadas as atitudes dos alunos.

Tabela 2 - Avaliação de Atitudes (Pré-Oficina)

Você já teve experiência prática em atendimento à população LGBTQIAPN+?		
Alternativa	Quantidade	Porcentagem
Sim	9	81,8%
Não	2	18,2%

Você já participou de disciplinas ou cursos sobre diversidade de gênero e sexualidade?		
---	--	--

Sim	8	72,7%
Não	3	37,3%

Você se sente preparado para atender pacientes LGBTQIAPN+?

Sim	7	63,6%
Não	4	36,4%

Na sua opinião, o currículo médico da sua instituição aborda adequadamente a diversidade de gênero?

Sim	5	45,5%
Não	6	54,5%

Você percebe sua instituição de ensino como um ambiente inclusivo para a população LGBTQIAPN+?

Sim	10	90,9%
Não	1	9,1%

Já presenciou ou ouviu relatos de discriminação contra alunos LGBTQIAPN+ na universidade?

Sim	4	36,4%
Não	7	63,6%

Você acredita que há resistência institucional em abordar diversidade de gênero na sua formação?

Sim	6	54,5%
Não	5	45,5%

Você já presenciou resistência ou desconforto de colegas/professores ao discutir o tema?

Sim	6	54,5%
Não	5	45,5%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A análise dos dados coletados revela *insights* importantes sobre a experiência e a percepção dos participantes em relação ao atendimento e à inclusão da população LGBTQIAPN+ no contexto da sua formação.

Em relação à experiência prática em atendimento à população LGBTQIAPN+, a maioria dos participantes, 81,8% (9 indivíduos), afirmou já ter tido essa vivência. Apenas 18,2% (2 pessoas) não possuíam experiência prévia. Este dado sugere um nível considerável de contato direto com essa população.

No que diz respeito à participação em disciplinas ou cursos sobre diversidade de gênero e sexualidade, 72,7% (8 participantes) indicaram ter participado de tais formações, enquanto 27,3% (3 participantes) não o fizeram. Isso demonstra que uma parcela significativa já buscou ou teve acesso a conhecimentos específicos sobre o tema.

Quando questionados sobre a preparação para atender pacientes LGBTQIAPN+, a maioria, 63,6% (7 participantes), sente-se preparada. Contudo, uma parcela considerável de 36,4% (4 participantes) ainda não se sente apta para esse atendimento, indicando uma lacuna na percepção de preparo profissional.

Sobre sua percepção do currículo médico da instituição em abordar adequadamente a diversidade de gênero, as opiniões são divididas: 54,5% (6 participantes) acreditam que o currículo não aborda adequadamente, enquanto 45,5% (5 participantes) acreditam que sim. Esse resultado sugere que a maioria dos participantes percebe uma deficiência na inclusão desse tema na grade curricular.

A percepção da instituição de ensino como um ambiente inclusivo para a população LGBTQIAPN+ é amplamente positiva, com 90,9% (10 participantes) a considerando inclusiva. Apenas 9,1% (1 participante) não a percebe assim, o que aponta para um ambiente acadêmico majoritariamente visto como acolhedor.

No entanto, ao analisar a ocorrência de discriminação contra alunos LGBTQIAPN+ na universidade, 36,4% (4 participantes) já presenciaram ou ouviram relatos de discriminação, contra 63,6% (7 participantes) que não. Este dado, embora minoritário, revela que episódios de discriminação ainda ocorrem dentro do ambiente universitário.

Em relação à resistência institucional em abordar diversidade de gênero na formação, 54,5% (6 participantes) acreditam que há essa resistência, enquanto 45,5% (5 participantes) não percebem. Esta percepção de resistência institucional se alinha

com a opinião da maioria sobre a inadequação do currículo em abordar a diversidade de gênero.

Por fim, a resistência ou desconforto de colegas/professores ao discutir o tema também é percebida por 54,5% (6 participantes), enquanto 45,5% (5 participantes) não presenciaram tal situação. Isso indica que, mesmo que a instituição seja percebida como inclusiva, ainda há barreiras interpessoais na discussão aberta sobre a diversidade de gênero.

Na Tabela 3 apresenta a avaliação de conhecimento dos alunos (Pré-Oficina).

Tabela 3 - Avaliação de Conhecimento (Pré-Oficina)

Questão	Concordo totalmente	Concordo	Nem discordo e nem concordo	Discordo	Discordo totalmente
1 - Sinto-me preparado(a) para atender pessoas LGBTQIAPN+ com acolhimento e respeito.	63,6%	18,2%	9,1%	9,1%	0
2 - Sei a diferença entre identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual	63,6%	27,3%	9,1%	0%	0%
3 - Conheço o significado da sigla LGBTQIAPN+	36,4%	63,6%	0%	0%	0%
4 - Consigo aplicar uma escuta clínica	54,5%	27,3%	18,2%	0%	0%

sensível ao nome social e pronomes corretos.					
5 - Conheço as políticas públicas e protocolos de saúde voltados a pessoas trans.	18,2%	45,5%	36,4%	0%	0%
6 - Considero o letramento em diversidade essencial na formação médica.	81,8%	18,2%	0%	0%	0%
7 - Estou atento(a) a evitar termos inadequados ou patologizantes.	90%	10%	0%	0%	0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os dados da avaliação pré-oficina revelam as percepções e o nível de conhecimento dos participantes em relação ao atendimento e às questões da população LGBTQIAPN+. De modo geral, há uma forte intenção positiva e uma base de conhecimento inicial, mas também áreas que podem ser aprimoradas.

Em relação ao preparo para atender pessoas LGBTQIAPN+ com acolhimento e respeito, a maioria dos participantes demonstra confiança: 63,6% concordam totalmente e 18,2% concordam. Apenas uma pequena parcela (9,1%) discorda, enquanto outros 9,1% permanecem neutros. Isso sugere que os participantes já se sentem, em grande parte, aptos a oferecer um atendimento respeitoso.

No que tange à diferença entre identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual, a maioria dos participantes demonstra conhecer esses conceitos fundamentais. 63,6% concordam totalmente que sabem a diferença, e 27,3%

concordam. Apenas 9,1% estão neutros, indicando que uma parte significativa do grupo já possui clareza sobre essas definições essenciais.

O conhecimento do significado da sigla LGBTQIAPN+ é quase universal entre os participantes: 63,6% concordam que conhecem a sigla, e 36,4% concordam totalmente, totalizando 100% de conhecimento ou forte familiaridade. Isso mostra um alto nível de familiaridade com a terminologia básica.

Sobre a habilidade de aplicar uma escuta clínica sensível ao nome social e pronomes corretos, 54,5% dos participantes concordam totalmente que conseguem fazê-lo, e 27,3% apenas concordam. Uma parcela de 18,2% não concorda nem discorda, sugerindo que, embora a maioria se sinta capaz, há um grupo que pode precisar de mais segurança ou prática neste aspecto essencial do atendimento.

O conhecimento sobre políticas públicas e protocolos de saúde voltados a pessoas trans é a área que apresenta maior oportunidade de aprendizado. Embora 45,5% concordam que conhecem, e 18,2% concordam totalmente, uma parcela significativa de 36,4% está neutra, indicando uma lacuna no conhecimento aprofundado sobre a legislação e as diretrizes específicas para essa população.

A importância do letramento em diversidade na formação médica é um ponto de consenso entre os participantes. Notáveis 81,8% concordam totalmente que é essencial, e os restantes 18,2% simplesmente concordam. Ninguém discorda, o que reforça a percepção unânime sobre a relevância do tema na educação médica.

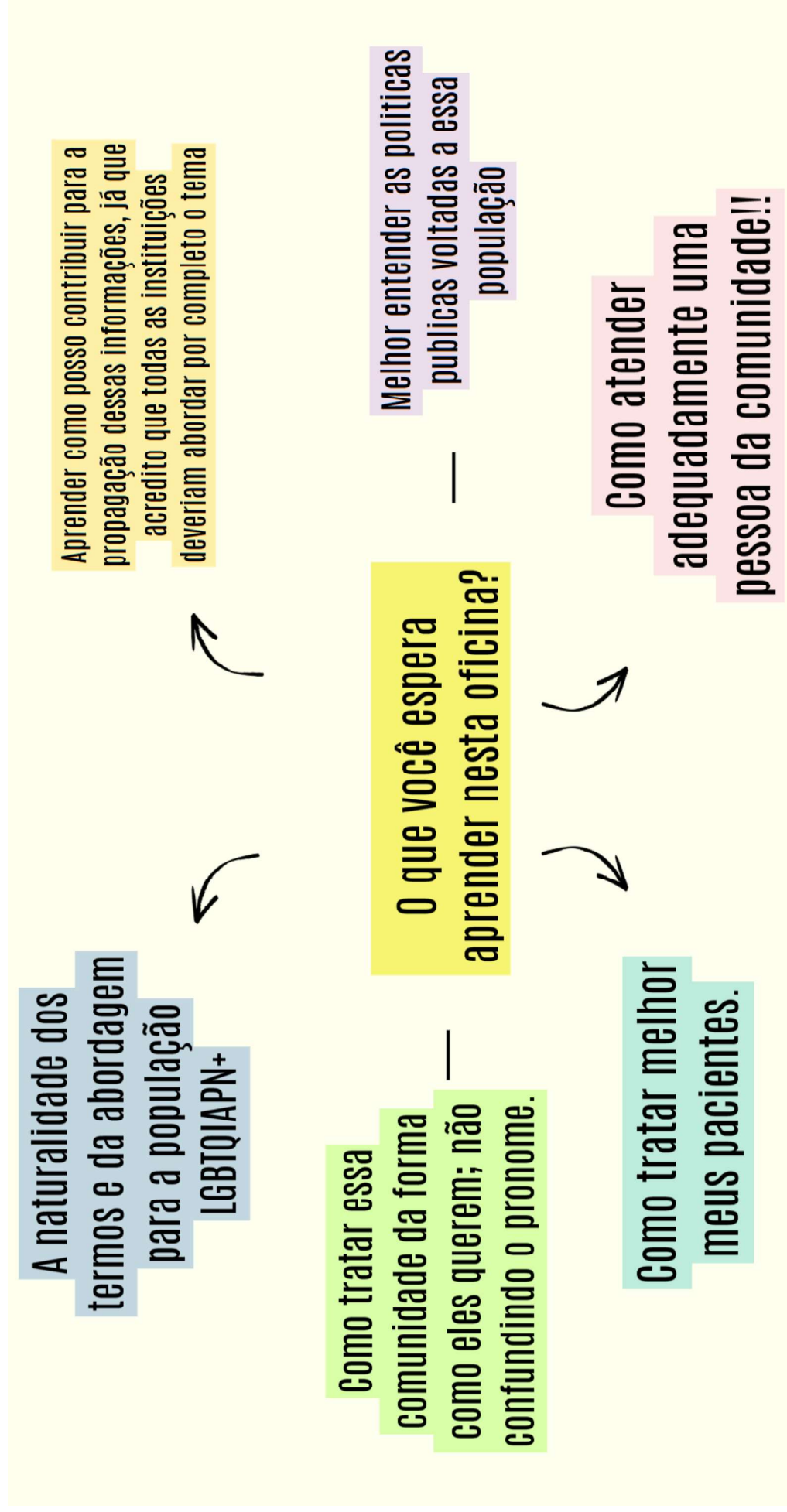
Por fim, a atenção para evitar termos inadequados ou patologizantes demonstra um alto nível de consciência. 90% dos participantes concordam totalmente que estão atentos a essa questão, e os 10% restantes simplesmente concordam. Isso indica uma forte preocupação e compromisso em utilizar uma linguagem respeitosa e não estigmatizante.

Em resumo, os participantes chegam à oficina com uma base de boa intenção, um conhecimento básico das terminologias e uma forte convicção sobre a importância da diversidade na formação médica. As principais áreas para aprimoramento parecem ser o conhecimento aprofundado sobre políticas públicas e protocolos de saúde para pessoas trans, e o desenvolvimento da segurança na escuta clínica sensível para o uso correto do nome social e pronomes.

Na fase pré-oficina, os participantes foram convidados a expressar suas expectativas sobre o aprendizado nesta Oficina de Letramento, uma pergunta essencial para alinhar o conteúdo programático com as necessidades e interesses

dos estudantes. As respostas a essa questão qualitativa forneceram uma visão direta do que os alunos esperam absorver e desenvolver em termos de conhecimento e habilidades relacionadas à diversidade e inclusão, especialmente no contexto da saúde da população LGBTQIAPN+. Na Figura 8 são apresentados os comentários.

Figura 8 – Comentários da expectativa dos alunos quanto a Oficina



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A avaliação pós-oficina revela uma transformação significativa nas percepções e no preparo dos 27 estudantes participantes. De forma geral, os resultados indicam um aumento expressivo na confiança e no conhecimento em todas as áreas abordadas pela oficina.

Em relação à prontidão para atender pessoas LGBTQIAPN+ com acolhimento e respeito, a totalidade dos alunos expressa sentir-se preparada. Isso demonstra a alta eficácia da oficina em fortalecer a percepção de um atendimento respeitoso e acolhedor. O conhecimento sobre a diferença entre identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual é agora unânime, indicando que a oficina conseguiu clarificar estes conceitos fundamentais.

A familiaridade com o significado da sigla LGBTQIAPN+ também se tornou amplamente dominada por todos os participantes. Da mesma forma, a habilidade de aplicar uma escuta clínica sensível ao nome social e pronomes corretos mostra um alto nível de confiança pós-oficina, refletindo uma melhora significativa na percepção de competência para um atendimento inclusivo.

No que diz respeito ao conhecimento das políticas públicas e protocolos de saúde voltados a pessoas trans, observa-se um aumento notável na familiaridade, com a grande maioria dos participantes afirmando conhecer esses aspectos. Embora uma pequena parcela ainda permaneça neutra, o avanço é substancial.

A crença de que o letramento em diversidade é essencial na formação médica continua sendo um ponto de forte consenso, reforçando a percepção quase universal da importância desse tema no currículo. Por fim, a atenção para evitar termos inadequados ou patologizantes é uma área de alta consciência entre os participantes, evidenciando um compromisso consolidado com uma linguagem respeitosa e não estigmatizante no ambiente clínico.

Na Tabela 4 são apresentados os resultados.

Tabela 4 - Avaliação de Conhecimento e Atitudes (Pós-Oficina)

Questão	Concordo totalmente	Concordo	Nem discordo e nem concordo	Discordo	Discordo totalmente
1 - Sinto-me preparado(a) para atender pessoas	55,6%	44,4%	0%	0%	0%

LGBTQIAPN+ com acolhimento e respeito.					
2 - Sei a diferença entre identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual	63%	37%	0%	0%	0%
3 - Conheço o significado da sigla LGBTQIAPN+	74,1%	25,9%	0%	0%	0%
4 - Consigo aplicar uma escuta clínica sensível ao nome social e pronomes corretos.	74,1%	25,9%	0%	0%	0%
5 - Conheço as políticas públicas e protocolos de saúde voltados a pessoas trans.	33,3%	59,3%	7,4%	0%	0%
6 - Considero o letramento em diversidade essencial na formação médica.	65,4%	30,8%	3,8%	0%	0%
7 - Estou atento(a) a evitar termos inadequados ou patologizantes.	74,1%	25,9%	0%	0%	0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A análise dos dados da Avaliação de Conhecimento e Atitudes (Pós-Oficina), realizada com a participação de 27 alunos, reflete as percepções e o nível de preparo dos estudantes após a conclusão da oficina. Os resultados indicam um aumento na confiança e no conhecimento em diversas áreas abordadas.

Em relação à prontidão para atender pessoas LGBTQIAPN+ com acolhimento e respeito, a totalidade dos 27 alunos expressa confiança: 55,6% concordam totalmente e 44,4% concordam. Isso demonstra que a oficina foi altamente eficaz em aumentar a percepção de preparo para um atendimento respeitoso e acolhedor.

Sobre a capacidade de saber a diferença entre identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual, o conhecimento é unânime: 63% concordam totalmente e 37% concordam que entendem essas distinções. Este resultado sugere que a oficina foi bem-sucedida em clarificar estes conceitos fundamentais.

O conhecimento do significado da sigla LGBTQIAPN+ também é amplamente dominado. 74,1% dos participantes concordam totalmente que conhecem a sigla, e os 25,9% restantes simplesmente concordam. A totalidade dos alunos demonstra familiaridade com a terminologia.

A habilidade de aplicar uma escuta clínica sensível ao nome social e pronomes corretos mostra um alto nível de confiança pós-oficina: 74,1% concordam totalmente que conseguem fazê-lo, e 25,9% concordam. Isso indica uma melhoria significativa na percepção de competência para um atendimento inclusivo.

No que diz respeito ao conhecimento das políticas públicas e protocolos de saúde voltados a pessoas trans, observa-se um aumento no nível de familiaridade. 33,3% concordam totalmente e 59,3% concordam, totalizando 92,6% de respostas positivas. Apenas 7,4% permanecem neutros, sugerindo que, embora o conhecimento tenha melhorado substancialmente, ainda há uma pequena margem para aprofundamento nessa área específica.

A crença de que o letramento em diversidade é essencial na formação médica continua sendo um ponto de forte consenso: 65,4% concordam totalmente e 30,8% concordam. Apenas 3,8% dos participantes estão neutros, reforçando a percepção quase universal da importância desse tema no currículo médico.

Por fim, a atenção para evitar termos inadequados ou patologizantes é uma área de alta consciência entre os participantes pós-oficina. 74,1% concordam totalmente que estão atentos a essa questão, e 25,9% concordam. Este resultado

reforça um compromisso consolidado com uma linguagem respeitosa e não estigmatizante no ambiente clínico.

Em suma, a avaliação pós-oficina com 27 alunos demonstra um impacto positivo e generalizado. Houve um aumento substancial na autoconfiança dos participantes em relação ao atendimento acolhedor, no conhecimento de termos essenciais e na aplicação de escuta sensível. O letramento em políticas públicas para pessoas trans e a importância da diversidade na formação médica também foram solidificados, mostrando que a oficina foi eficaz em promover o conhecimento e a mudança de atitude.

Em relação aos comentários sobre o que mudou na compreensão dos participantes a respeito da diversidade LGBTQIAP+ após a oficina revela diversas transformações importantes. Uma temática central é o aprofundamento e a expansão do conhecimento e da diversidade.

Outro ponto recorrente é a melhora na prática clínica e na abordagem ao paciente. Houve também um reconhecimento explícito da relevância das diretrizes e protocolos no atendimento, indicando uma mudança na compreensão sobre a aplicação prática do conhecimento.

A humanização do cuidado e a quebra de estigmas foram temas fortemente mencionados, e a necessidade de cuidar das pessoas independentemente de como se identificam. Alguns participantes destacaram a importância de uma compreensão mais profunda sobre os impactos sociais e de saúde.

Houve também uma maior conscientização sobre a linguagem e a terminologia. Coletivamente, os comentários indicam um sentimento geral de se sentir mais preparado para lidar com a diversidade LGBTQIAP+ no contexto profissional. Na Figura 9 são apresentados os comentários dos participantes.

As respostas à questão sobre como os participantes pretendem aplicar o aprendizado na prática clínica ou pessoal revelam um forte compromisso com a melhora do atendimento e a humanização do cuidado. Uma das intenções mais frequentemente mencionadas é a atenção à linguagem e à identidade do paciente. Demonstrando um foco direto na comunicação sensível e na validação da identidade de cada indivíduo.

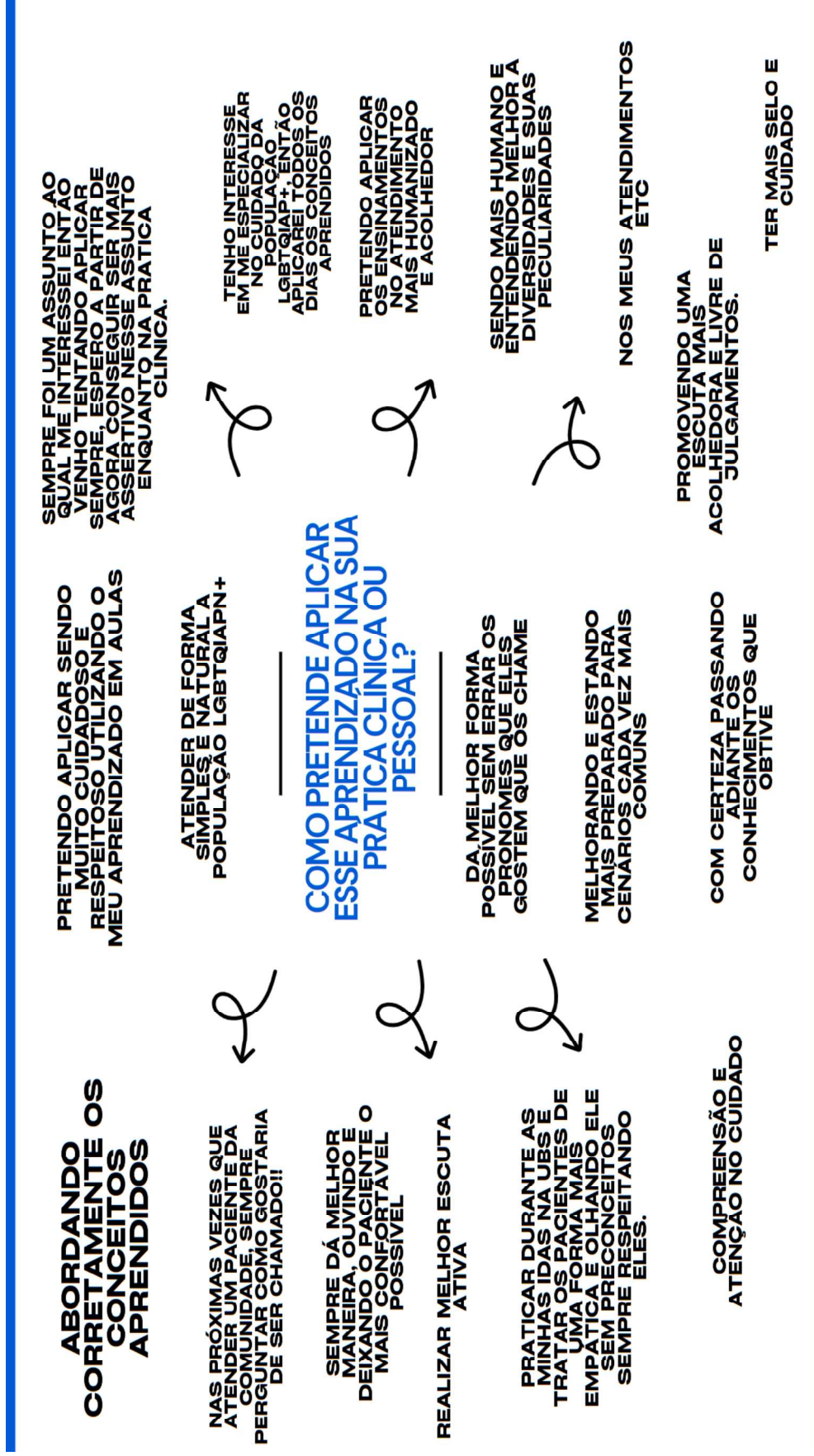
A escuta ativa e acolhedora também se destaca como um ponto importante para a aplicação do conhecimento.

Além disso, a abordagem sem preconceitos e com empatia é uma meta clara. Os participantes pretendem "tratar os pacientes de uma forma mais empática e olhando ele sem preconceitos", buscando uma "compreensão e atenção no cuidado" e sendo "mais humano e entendendo melhor a diversidade e suas peculiaridades". Há uma intenção de "quebrar o estigma" e atender "de forma simples e natural" a população LGBTQIAPN+.

Alguns participantes também expressam o desejo de aprimorar continuamente suas habilidades e conhecimentos. A intenção de se especializar no cuidado da população LGBTQIAP+ também surge como um objetivo, o que indica um compromisso a longo prazo.

Por fim, a disseminação do conhecimento é mencionada como uma forma de aplicação, o que sugere um efeito multiplicador da oficina. Em suma, as intenções dos participantes convergem para um atendimento mais respeitoso, empático, inclusivo e informado, refletindo o impacto positivo da oficina em suas perspectivas de prática profissional e pessoal. Na Figura 10 são apresentados os comentários dos participantes:

Figura 10 - Comentários sobre como os alunos pretendem aplicar seu aprendizado



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Na Tabela 5 são apresentados os resultados em relação à avaliação da Oficina como um produto educacional.

Tabela 5 - Avaliação da Oficina como Produto Educacional

Questão	Concordo totalmente	Concordo	Nem discordo e nem concordo	Discordo	Discordo totalmente
1. A linguagem da oficina foi clara e acessível.	77,8%	22,2%	0%	0%	0%
2. Os exemplos utilizados foram adequados à prática médica.	70,4%	29,6%	0%	0%	0%
3. O conteúdo contribuiu para ampliar minha compreensão sobre diversidade.	70,4%	29,6%	0%	0%	0%
4. A oficina apresenta potencial para ser incorporada na grade curricular.	63%	33,3%	3,7%	0%	0%
5. As estratégias didáticas favoreceram o	66,7%	29,6%	3,7%	0%	0%

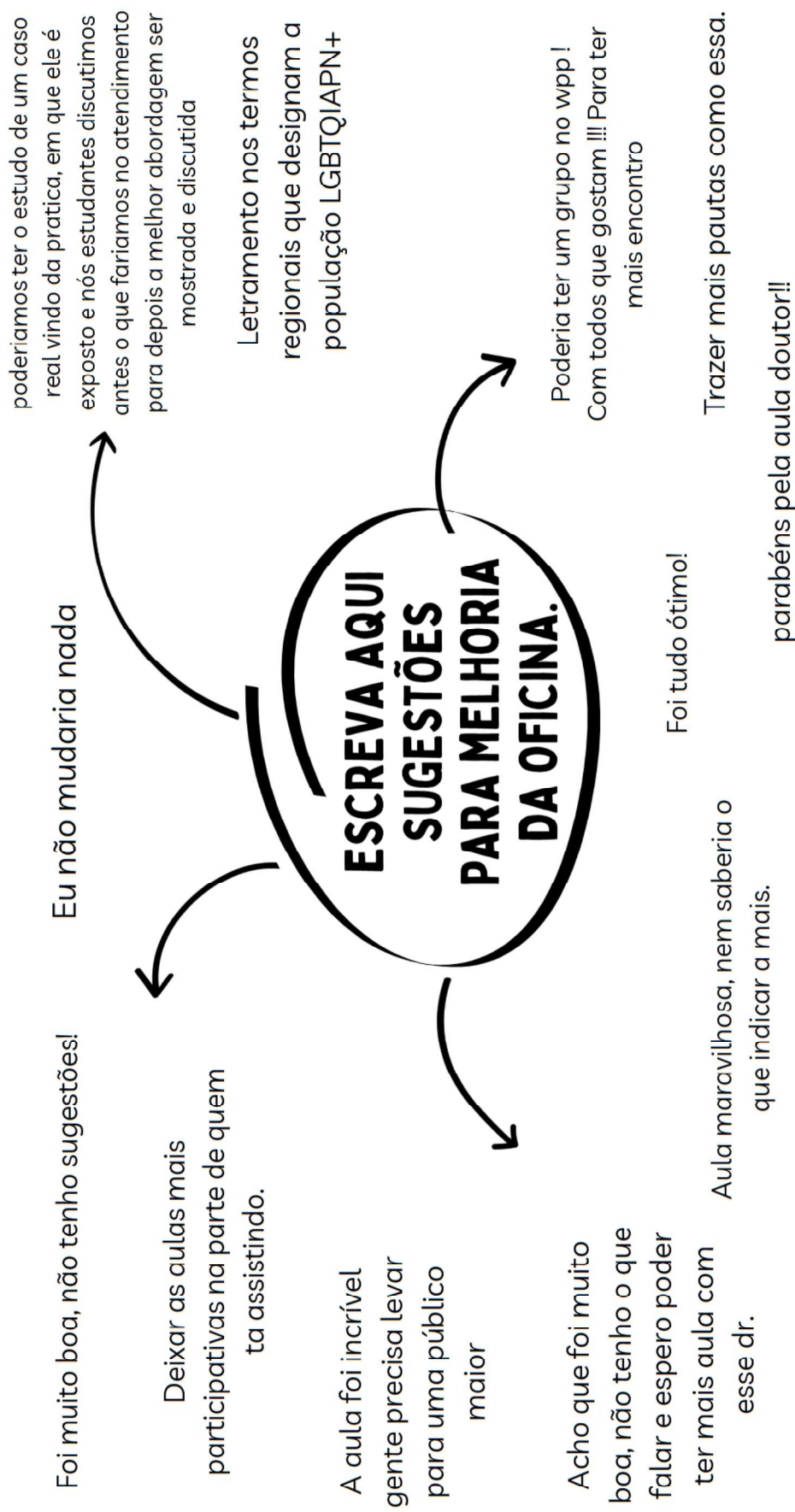
aprendizado.					
6. O tema foi abordado com respeito e sensibilidade.	81,5%	18,5%	0%	0%	0%
7. A oficina contribuiu para minha formação ética e humana.	74,1%	25,9%	0%	0%	0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Em relação aos comentários e sugestões dos participantes sobre a oficina são revelados uma satisfação predominantemente alta, com a maioria elogiando a qualidade do evento e expressando que não teriam sugestões de melhoria.

Na Figura 11, os participantes demonstraram grande satisfação pela oficina, reconhecendo-a como um recurso educacional eficaz. As sugestões apresentadas visam, em sua maioria, potencializar a experiência de aprendizado por meio de maior engajamento prático e expandir o alcance e a abrangência do conteúdo oferecido.

Figura 11 - Comentários sobre sugestões de melhorias da Oficina



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

6 DISCUSSÃO

A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso revelou uma ausência significativa de conteúdos voltados à saúde LGBTQIAPN+, o que evidencia a persistência de barreiras institucionais à inclusão da diversidade no ensino médico. Essas barreiras não se limitam à omissão de conteúdos, mas também refletem uma lógica normativa que regula quais corpos, saberes e vivências são considerados legítimos no espaço acadêmico, como discutido por autores que problematizam os currículos hegemônicos e excludentes (Walsh, 2013, Mignolo, 2017).

Nesse cenário, as resistências institucionais à integração da diversidade sexual e de gênero nos currículos médicos também podem ser lidas à luz da noção de necropolítica, proposta por Achille Mbembe (2018), segundo a qual o poder se exerce pela definição de quais vidas são reconhecidas como dignas de cuidado e quais são descartáveis. A omissão curricular, portanto, pode ser compreendida como uma forma de exclusão ativa de corpos dissidentes do campo da saúde, contribuindo para a reprodução de desigualdades estruturais e o apagamento sistemático de vivências LGBTQIAPN+ na formação médica.

A seguir, a Figura 12 apresenta a categorização das universidades analisadas, dividindo-as em três grupos: (1) universidades com abordagem estruturada sobre diversidade sexual e de gênero, (2) universidades com abordagem parcial ou optativa, e (3) universidades sem abordagem explícita.

Estas universidades apresentam disciplinas obrigatórias ou integração transversal da diversidade sexual e de gênero no currículo médico.

Figura 12 - Comparação da Inclusão da Diversidade Sexual e de Gênero nos PPC dos Cursos de Medicina

Universidade	Inclusão da Diversidade Sexual e de Gênero	Estratégia Pedagógica	Referência
UFSC	Cita diversidade de gênero e orientação sexual como fatores importantes na formação médica	Currículo integrado modular, com forte inserção na comunidade e metodologias ativas	UFSC (2017)

UFPE	Inclusão explícita de temas como identidade de gênero, saúde mental de pessoas trans e hormonioterapia	Disciplinas obrigatórias e metodologias ativas para ensino de diversidade	UFPE (2021)
FMABC	Possui disciplina específica sobre saúde sexual e reprodutiva	Currículo com metodologias ativas e foco em empatia médica	FMABC (2022)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base nos PPC das universidades.

Essas universidades fazem menção à diversidade de gênero e sexualidade em disciplinas optativas, em eixos humanísticos ou de humanização da saúde, sem uma estrutura obrigatória. Na Figura 13 são apresentadas as universidades que realizam uma abordagem parcial ou optativa sobre o tema.

Figura 13 - Universidades com Abordagem Parcial ou Optativa sobre Diversidade Sexual e de Gênero

Universidade	Inclusão da Diversidade Sexual e de Gênero	Estratégia Pedagógica	Referência
UFPB	Diversidade étnica e cultural mencionada no eixo ético-humanístico, incluindo gênero e orientação sexual	Organização curricular por eixos de formação, incluindo humanidades e saúde coletiva	UFPB (2019)
PUC-Campinas	Menção à diversidade de gênero no eixo humanista do currículo, mas sem disciplina exclusiva	Currículo baseado em metodologias ativas e integração ensino-serviço	PUC-Campinas (2018)
UnB	Criação de eixo temático longitudinal sobre humanização e equidade, mas sem menção específica à diversidade LGBTQIAPN+	Forte enfoque na integração ensino-serviço-comunidade e determinação social da saúde	UnB (2015)

UFPA	Aborda diversidade como parte do eixo de saúde coletiva, sem disciplina exclusiva	Ênfase em metodologias ativas e ensino baseado em problemas	UFPA (2024)
UFC	Cita diversidade em disciplinas optativas, mas sem obrigatoriedade	Oferta de disciplinas sobre diversidade e inclusão, mas sem transversalidade no currículo	UFC (2018)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base nos PPC das universidades.

Essas instituições não apresentam menções diretas ao tema da diversidade sexual e de gênero em seus PPC.

Na Figura 14 são apresentadas as universidades que sem abordagem explícita sobre o tema.

Figura 14 - Universidades Sem Abordagem Explícita sobre Diversidade Sexual e de Gênero

Universidade	Inclusão da Diversidade Sexual e de Gênero	Estratégia Pedagógica	Referências
USP	Não menciona diretamente diversidade sexual e de gênero	Destaca humanização e políticas públicas como eixos transversais, mas sem detalhar ensino específico sobre diversidade	USP (2021)
UNICAMP	Sem menção explícita à diversidade de gênero e sexualidade	Enfoque em humanização e bioética, mas sem detalhamento da abordagem LGBTQIAPN+	UNICAMP (2021)
UFRGS	Não há referência explícita a	Ênfase na atenção primária e no SUS, sem detalhar	UFRGS (2021)

	conteúdos LGBTQIAPN+	abordagem de diversidade de gênero	
UEL	Não há menção direta à diversidade sexual e de gênero no currículo principal	Uso de metodologias ativas (ABP - Aprendizagem Baseada em Problemas), mas sem uma abordagem clara para ensino da diversidade	UEL (2019)
UFG	Não há referência direta à diversidade sexual e de gênero	Currículo modular baseado em eixos temáticos e metodologias ativas	UFG (2021)
UFPR	Menção superficial à diversidade de gênero	Eixo de humanização, mas sem conteúdos específicos sobre saúde LGBTQIAPN+	UFPR (2019)
UFMG	Não menciona diretamente diversidade sexual e de gênero	Ênfase em humanização e medicina comunitária, mas sem conteúdos obrigatórios sobre diversidade	UFMG (2020)
UNESP	Não há menção direta à diversidade sexual e de gênero	Utiliza metodologias ativas, mas sem abordar diversidade explicitamente	UNESP (2021)
UFRJ	Não menciona diversidade de gênero ou orientação sexual	Currículo baseado na integralidade e no SUS, mas sem abordagem específica da população LGBTQIAPN+	UFRJ (2019)
USCS	Não há menção direta à diversidade	Currículo estruturado em módulos, com foco em prática clínica desde os primeiros anos, mas sem disciplina	USCS (2023)

	sexual e de gênero no PPC	específica sobre diversidade LGBTQIAPN+	
--	---------------------------	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base nos PPC das universidades.

A análise dos PPC de Medicina evidencia um cenário de fragmentação no que se refere à inclusão da diversidade sexual e de gênero na formação médica. Apenas algumas universidades incorporam essa temática de maneira estruturada e obrigatória, enquanto a maioria ou não a aborda, ou a trata de forma superficial e optativa. Essa falta de transversalidade nos currículos compromete a formação dos futuros médicos, reforçando desinformação, preconceitos institucionais e desigualdade de acesso da população LGBTQIAPN+ aos serviços de saúde (Freitas, 2022, Sekoni *et al.*, 2017).

Universidades que possuem eixos humanísticos e disciplinas optativas sobre o tema representam um avanço, mas ainda insuficiente, pois essa abordagem isolada não garante a construção de competências clínicas adequadas para o atendimento dessa população (Danckers *et al.*, 2024, Sekoni *et al.*, 2017). A OMS (2006) já reconheceu que a integração da diversidade sexual e de gênero na educação médica é um fator essencial para reduzir iniquidades em saúde, recomendando a adoção de currículos mais inclusivos e abordagens pedagógicas inovadoras.

Os achados desta pesquisa indicam a necessidade de políticas institucionais mais robustas, que assegurem que todos os profissionais de saúde sejam capacitados para um atendimento equitativo, ético e livre de discriminação (West-Livingston *et al.*, 2021, Juarez *et al.*, 2023). A adoção de metodologias ativas e a reformulação curricular, integrando temas transversais ao longo dos seis anos da graduação, são medidas essenciais para garantir uma formação médica mais inclusiva e alinhada às demandas sociais contemporâneas (ITSHEC, 2022a).

A implementação de cursos de capacitação, como a Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero proposto neste estudo, surge como uma estratégia viável e necessária. Essa oficina se propõe a suprir a lacuna formativa identificada, promovendo uma mudança estrutural na educação médica e contribuindo para a construção de um sistema de saúde mais acessível, equitativo e humanizado (Pedersen; Corcoran, 2021).

Além de responder a lacunas empíricas identificadas nesta análise, o produto educacional proposto também se alinha a diretrizes nacionais de políticas públicas em saúde e educação. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT), instituída pela Portaria nº 2.836/2011, reconhece a urgência de estratégias formativas para reduzir as desigualdades de acesso e combater a discriminação institucional no SUS. Da mesma forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Medicina (Brasil, 2014) estabelecem que a formação médica deve ocorrer à luz dos princípios da equidade, integralidade e respeito às diversidades. Entretanto, como revelado nesta dissertação, a maior parte dos Projetos Pedagógicos de Curso ainda não traduz tais diretrizes em práticas curriculares concretas. Nesse contexto, a Oficina de Letramento proposta se insere como um mecanismo de efetivação dessas políticas públicas, contribuindo para a conformação de uma formação médica coerente com os marcos normativos que orientam o cuidado em saúde no Brasil.

A inclusão da diversidade sexual e de gênero na formação médica enfrenta múltiplas barreiras institucionais, estruturais e pedagógicas, que impactam diretamente a efetividade das iniciativas educacionais voltadas para esse tema. A análise dos PPC evidenciou que, apesar de avanços pontuais, ainda há resistência na consolidação dessa temática como parte integral dos currículos de Medicina.

A ausência de diretrizes curriculares nacionais específicas que normatizem a inclusão da diversidade sexual e de gênero nos cursos de Medicina constitui um dos principais entraves à sua implementação. A falta de regulamentação contribui para abordagens fragmentadas e desiguais entre as universidades, que variam entre a integração transversal, a oferta optativa ou, em muitos casos, a omissão completa da temática (Obedin-Maliver *et al.*, 2011). Estudos apontam que a falta de capacitação de profissionais de saúde resulta em desfechos clínicos adversos, desconfiança no sistema de saúde e baixa adesão ao tratamento por parte de pacientes LGBTQIAPN+ (Meyer, 2003, Miranda *et al.*, 2020).

Outro fator limitante é a carga horária restrita dedicada a essa temática. Estudos indicam que, na maioria das instituições, são dedicadas menos de cinco horas ao ensino da saúde da população LGBTQIAPN+ ao longo de toda a graduação (Sekoni *et al.*, 2017). Esse tempo é insuficiente para a construção de competências clínicas adequadas ao atendimento dessa população, resultando em lacunas significativas no preparo dos futuros médicos.

A resistência à inclusão da diversidade sexual e de gênero no ensino médico não se restringe apenas à estrutura curricular, mas também envolve questões culturais e institucionais. Professores e gestores de cursos médicos, em muitos casos, demonstram desconhecimento ou relutância em incorporar o tema, seja por preconceitos pessoais, seja por considerá-lo secundário em relação a outras áreas da Medicina (Danckers *et al.*, 2024).

Além disso, o currículo oculto — conjunto de valores, normas e práticas que são transmitidos implicitamente no ambiente acadêmico — pode reforçar padrões cis-heteronormativos e comprometer a aceitação de abordagens mais inclusivas (Moretti-Pires *et al.*, 2020). Esse fator contribui para a perpetuação de estereótipos e pode criar um ambiente hostil para estudantes LGBTQIAPN+ e para a implementação de mudanças na grade curricular.

Mesmo nas universidades que mencionam a diversidade sexual e de gênero nos PPC, a forma como o conteúdo é abordado pode ser um fator limitante. Muitas instituições tratam o tema de maneira superficial, sem integrar discussões aprofundadas sobre o impacto das barreiras de acesso à saúde enfrentadas pela população LGBTQIAPN+ (Keuroghlian; Charlton; Katz-Wise, 2022).

A resistência à reformulação curricular também está relacionada à tradição do ensino biomédico, que prioriza um modelo de ensino baseado na transmissão de conhecimento técnico, deixando de lado abordagens socioculturais e interdisciplinares essenciais para a formação médica (ITSHEC, 2022b).

Um dos principais desafios na implementação de conteúdos sobre diversidade de gênero e sexualidade nos currículos médicos é a falta de capacitação docente. Muitos professores não se sentem preparados para abordar essas temáticas de forma embasada e sensível, o que pode levar à reprodução de estereótipos ou à evasão do tema em sala de aula. Além disso, a escassez de materiais didáticos específicos e atualizados que contemplem a saúde LGBTQIAPN+ de forma integrada e contextualizada também constitui uma limitação importante (West-Livingston *et al.*, 2021, ITSHEC, 2022b).

Outro obstáculo significativo diz respeito à falta de métodos avaliativos eficazes que permitam mensurar o impacto real da aprendizagem sobre diversidade de gênero e sexualidade na prática clínica dos estudantes. Em muitas instituições, os métodos de avaliação ainda se limitam à verificação cognitiva tradicional, sem considerar as competências atitudinais e comunicacionais necessárias ao cuidado de pessoas

LGBTQIAPN+. A adoção de metodologias ativas tem se mostrado uma alternativa promissora nesse sentido, mas sua aplicação no ensino da saúde LGBTQIAPN+ ainda é restrita (Pedersen; Corcoran, 2021).

Para superar essas barreiras, é fundamental que a inclusão da diversidade sexual e de gênero na educação médica seja respaldada por políticas institucionais e diretrizes nacionais que garantam sua obrigatoriedade e transversalidade ao longo do curso (Juarez *et al.*, 2023). A capacitação docente também deve ser priorizada, garantindo que os professores possuam o preparo necessário para abordar essas questões com profundidade e sensibilidade.

Ademais, a adoção de metodologias ativas e a integração de disciplinas interdisciplinares são estratégias promissoras para fortalecer a formação dos futuros médicos, preparando-os para oferecer um atendimento mais equitativo e humanizado à população LGBTQIAPN+ (West-Livingston *et al.*, 2021).

A implementação de uma Oficina de Letramento em Diversidade LGBTQIAPN+ na Formação Médica, proposta desta dissertação, surge como uma resposta a esses desafios, buscando oferecer uma abordagem estruturada e embasada em evidências para a formação de profissionais de saúde mais capacitados para atender a população LGBTQIAPN+.

7 PRODUTO

Diante do panorama evidenciado na análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e das lacunas identificadas quanto à formação em diversidade sexual e de gênero na Medicina, esta pesquisa propôs como Produto Educacional uma Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero, com foco na formação de estudantes de Medicina. A proposta foi concebida com base em metodologias ativas, com estrutura participativa, interdisciplinar e de curta duração, favorecendo a aplicabilidade e replicação por diferentes cursos e instituições de ensino superior (IES).

A oficina fundamenta-se em três eixos estruturantes:

- Preparo para a Prática Clínica: desenvolvimento de competências técnicas e comunicacionais para o cuidado ético, afirmativo e culturalmente sensível de pessoas LGBTQIAPN+, conforme preconizado por Juarez *et al.* (2023);
- Redução de Barreiras de Acesso à Saúde: estímulo à escuta qualificada, à criação de vínculos e à abordagem integral, diminuindo o estresse de minoria e as desigualdades no acesso ao SUS (Jewell; Petty, 2024);
- Fortalecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN): alinhamento com os princípios da integralidade, equidade e respeito à diversidade humana, conforme previsto nas DCN de 2014 e nas políticas públicas de saúde (Pedersen; Corcoran, 2021).

A proposta se diferencia por seu caráter prático e provocativo, buscando não apenas a transmissão de conteúdo, mas também o deslocamento ético-político e afetivo dos participantes. Dialoga com autores como Suely Rolnik (2019), ao compreender o letramento como prática de escuta insurgente e descolonizadora, capaz de desestabilizar formas normativas de cuidado.

Objetivo geral:

Capacitar estudantes e docentes da área da saúde — com ênfase na Medicina — para compreender, acolher e atender as demandas específicas da população LGBTQIAPN+, promovendo práticas clínicas e educativas inclusivas.

Objetivos específicos:

- Compreender os fundamentos conceituais da diversidade sexual e de gênero;

- Sensibilizar para os efeitos da discriminação na saúde da população LGBTQIAPN+;

- Promover reflexões críticas sobre desigualdades e seus atravessamentos interseccionais (raça, classe, deficiência, território);

- Estimular o uso de estratégias afirmativas no contexto clínico e institucional.

Metodologia e estrutura:

A oficina tem duração aproximada de 1h30 e pode ser realizada em formato presencial ou virtual. Seu desenho metodológico integra:

- Estudos de caso reais;
- Discussões em grupo com mediação;
- Debates orientados com base em evidências científicas e políticas públicas;

- Reflexão orientada e escuta ativa;

- Formulário pré e pós-oficina para avaliação de impacto.

Os conteúdos abordados incluem:

- Fundamentos de identidade de gênero, orientação sexual e expressão de gênero;

- Interseccionalidade e barreiras no acesso à saúde;

- Legislação e políticas públicas (PNSILGBT, SUS, protocolos municipais);

- Comunicação inclusiva, uso de nome social e linguagem afirmativa;

- Estresse de minoria e seus impactos sobre saúde física e mental.

Recursos didáticos:

- Apresentação em slides com conteúdo teórico e estudos de caso;

- Roteiro da oficina em PDF;

- Formulários online de avaliação;

- Referências atualizadas (artigos científicos, documentos oficiais e autores do Sul Global).

Público-alvo:

A oficina é direcionada prioritariamente a estudantes de Medicina, especialmente nos ciclos clínico e de internato, mas é plenamente aplicável a outros cursos da saúde, como Enfermagem, Psicologia, Fonoaudiologia, Serviço Social e Odontologia, ampliando seu potencial interprofissional.

Replicabilidade:

O produto foi estruturado de forma a facilitar sua replicação por docentes de outras IES, podendo ser adaptado para atividades de extensão, núcleos de educação permanente, formação docente ou componentes curriculares optativos. A linguagem acessível, os materiais sistematizados e a duração reduzida favorecem sua inserção em diversos contextos educacionais, respeitando particularidades regionais e curriculares.

Avaliação e impacto:

A avaliação incluiu instrumentos aplicados antes e após a oficina, além de observação direta e feedbacks dos participantes. Os resultados indicam:

- Aumento de conhecimento conceitual;
- Maior segurança na abordagem clínica;
- Reflexões críticas sobre postura profissional e estrutura curricular.

O impacto esperado se dá em diferentes níveis:

- No Ensino Médico: formação de estudantes e docentes com maior sensibilidade e competência cultural para atender à população LGBTQIAPN+, incorporando métodos como simulações clínicas e discussões guiadas, conforme evidenciado por Juarez *et al.* (2023), Pedersen e Corcoran (2021) e Jewell e Petty (2024);

- Na Prática Clínica: melhora na qualidade do atendimento por meio da capacitação em cuidados afirmativos e comunicação inclusiva, reduzindo interações negativas e barreiras no acesso à saúde, conforme sugerido por Juarez *et al.* (2023) e Jewell & Petty (2024);

- Na Instituição: consolidação de práticas pedagógicas inovadoras que integram diversidade sexual e de gênero ao currículo, promovendo mudanças estruturais sustentáveis, como recomendado por Pedersen e Corcoran (2021) e Juarez *et al.* (2023);

- Na Sociedade: redução das desigualdades no acesso à saúde e maior inclusão da população LGBTQIAPN+ no sistema de saúde, em consonância com as evidências dos três artigos analisados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou lacunas importantes no ensino médico no que tange à inclusão da diversidade sexual e de gênero como componente estruturante da formação. A análise documental realizada, que incluiu o PPC da USCS e de outras 28 instituições brasileiras de ensino superior, revelou a ausência de diretrizes curriculares específicas e de disciplinas obrigatórias voltadas à população LGBTQIAPN+ em grande parte dos cursos analisados, o que impacta negativamente na formação de profissionais aptos a oferecer cuidado ético, equitativo e baseado em evidências.

A Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero proposta neste estudo constitui uma resposta educacional prática e de fácil replicabilidade, capaz de sensibilizar estudantes e docentes para o atendimento afirmativo da população LGBTQIAPN+. Fundamentada em metodologias ativas, como simulações clínicas e debates guiados, a proposta está alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Medicina e aos princípios do SUS.

A adoção de propostas formativas com base em letramento crítico e práticas inclusivas pode contribuir para a formação de profissionais mais sensíveis às desigualdades sociais, promovendo mudanças estruturais tanto no ensino quanto na prática clínica. As lacunas na formação médica também repercutem diretamente na qualidade da atenção básica, onde profissionais frequentemente relatam insegurança para lidar com demandas específicas da população LGBTQIAPN+.

Para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar a análise de currículos de outras instituições de ensino superior, a fim de identificar padrões de inclusão ou omissão da temática LGBTQIAPN+ na formação médica. Essa comparação ampliada pode contribuir para a construção de diretrizes nacionais e de boas práticas em educação inclusiva.

Também é essencial avaliar a efetividade da oficina proposta por meio de estudos longitudinais, que considerem o impacto na aquisição de competências culturais, na mudança de atitudes e na qualidade do cuidado oferecido à população LGBTQIAPN+. Tais estudos devem contemplar métodos mistos de avaliação, articulando dados quantitativos e qualitativos.

Além disso, é relevante desenvolver materiais didáticos específicos, baseados em evidências, que possam ser utilizados em diferentes contextos de ensino médico.

Esses recursos devem incorporar tecnologias educacionais, linguagens acessíveis e conteúdos interseccionais.

Também é importante considerar o viés de auto seleção entre os participantes da oficina, uma vez que a atividade foi optativa e amplamente divulgada como parte de um estudo sobre diversidade sexual e de gênero. A literatura aponta que, em estudos educacionais de livre demanda, indivíduos com maior interesse prévio na temática tendem a se engajar mais, o que pode enviesar os resultados. Tal viés limita a generalização dos achados e pode superestimar o impacto da intervenção, uma vez que os participantes já poderiam estar mais sensibilizados ou receptivos ao tema. A seletividade amostral compromete a representatividade do público-alvo e demanda precaução na extrapolação dos dados.

Além das análises e proposições desenvolvidas nesta dissertação, os achados aqui reunidos abriram caminho para publicações futuras em revistas científicas voltadas à educação em saúde, com enfoque na formação médica crítica e inclusiva. Pretende-se aprofundar a discussão sobre os fundamentos teórico-metodológicos do letramento em diversidade sexual e de gênero, articulando-os às pedagogias críticas, à desobediência epistêmica e à interseccionalidade como ferramentas de transformação curricular. Esses novos estudos poderão contribuir para consolidar uma epistemologia da educação médica comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a superação de assimetrias estruturais no cuidado em saúde.

Ademais, a oficina aqui desenvolvida apresenta potencial de impacto ampliado, não apenas na formação discente, mas também na sensibilização de docentes, na atualização de práticas pedagógicas em outras instituições de ensino superior (IES) e na promoção de uma cultura institucional mais inclusiva. Ao fortalecer o compromisso com a equidade em saúde, a iniciativa pode repercutir positivamente na qualidade da assistência prestada e na redução de desigualdades historicamente negligenciadas pelo ensino médico tradicional.

Por fim, sugere-se investigar as barreiras institucionais e culturais enfrentadas por docentes e gestores na implementação de conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero, identificando estratégias que favoreçam a superação de resistências e a sustentabilidade das ações formativas.

O estudo apresentou algumas limitações relevantes que devem ser consideradas para a interpretação dos achados. Em primeiro lugar, a análise documental concentrou-se em uma amostra de PPCs obtidos por meio de busca

pública, o que pode limitar a abrangência de representatividade de instituições privadas ou com acesso restrito. Em segundo lugar, a Oficina de Letramento proposta foi aplicada apenas uma vez, com caráter piloto, o que restringe a avaliação de sua efetividade em médio e longo prazo. A ausência de validação longitudinal limita a análise do impacto na prática clínica dos participantes, o que demanda a realização de estudos posteriores.

Além disso, houve limitação de acesso a dados institucionais sobre a implementação transversal da temática nos demais componentes curriculares, o que restringiu uma análise mais ampla das estratégias educacionais da instituição. Também se reconhece que o recorte do estudo priorizou a saúde da população LGBTQIAPN+, o que, embora pertinente, deixou de abarcar outras dimensões da diversidade social, como raça, deficiência e classe social. Estudos futuros poderão ampliar essa abordagem interseccional, considerando os múltiplos marcadores sociais da diferença na formação médica, e seus impactos combinados no cuidado em saúde.

REFERÊNCIAS

AAMC - Association of American Medical Colleges. **Implementing Curricular and Institutional Climate Changes to Improve Health Care for Individuals Who Are LGBT, Gender Nonconforming, or Born with DSD.** Washington, D.C.: Association of American Medical Colleges, 2014. Disponível em: <https://inside.nku.edu/content/dam/inclusive/docs/Implementing%20Curricular%20and%20Institutional%20Climate%20Changes%20to%20Improve%20Health%20Care%20for%20Individuals%20who%20are%20LGBT.pdf>. Acesso em: 20 de Mai.25.

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social.** Goiânia: AB Editora, 2001.

ALTNEU, E.; GRIECO, C. A.; VERBECK, N.; DAVIS, J. A.; CLINCHOT, D. M. LGBTQ+ Health—a novel course for undergraduate students. **Medical science educator**, v.30, p.971-976, 2020.

AMORIM, D. IBGE diz que não consegue incluir questão sobre orientação sexual e ameaça cancelar Censo. **GZH.** Porto Alegre, 9 jun. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2022/06/ibge-diz-que-nao-consegue-incluir-questao-sobre-orientacao-sexual-e-ameaca-censocl47hf7z4009401euhoz44mnp.html>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2025.

ANAMATRA— Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. **Recomendações para promoção da cidadania e direitos da população LGBTQIAPN+ no SUS.** Brasília: ANAMATRA, 2024.

ANTRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2024.** Brasília, 2025. Brasília: ANTRA, 2025. Disponível em: <https://antra.org.br>. Acesso em: 28 maio 2025.

APA - AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people.** Washington, D.C.: APA, 2020.

ARAÚJO, M. A. L.; SARAIVA, M. M. M.; GALVÃO, M. T. G.; ALBUQUERQUE, A. D. The health professional-user relationship: experience of a homosexual woman in a renowned Fortaleza health unit. **Esc Anna Nery Revista de Enfermagem**, 10, 323–327, 2006. Disponível em:10.1590/S1414-81452006000200022. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

BACHIN, V.F.; CARVALHO, B.; MARQUES, S.M.S.; FRANCO, C.R.P.; GARZIN, A.C.A. Perception of undergraduate health field students about approaching LGBTI+ health. **Revista Mundo da Saúde**, v.45, p.175-186, e0052021, 2021.

BANWARI, G.; MISTRY, K.; SONI, A.; PARIH, N.; GANDHI, H. Medical students and interns' knowledge about and attitude towards homosexuality. **Journal of postgraduate medicine**, v.61, n.2, p.95-100, 2015.

BARATA, R.B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BEZERRA, M. V. D. R.; MORENO, C. A.; PRADO, N. M. D. B. L.; SANTOS, A. M. D. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v.43, n.spe8, p.305-323, 2019.

BRASIL. **Relatório Final 12.^a Conferência Nacional de Saúde: Conferência Sergio Arouca**. Brasília: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde; 2004. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/relatorios/relatorio_12.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – **PNSILGBT**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. **Relatório Final da 13^a Conferência Nacional de Saúde: Saúde e Qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde; 2008. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/relatorios/13cns_m.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 3, de 20 de junho de 2014**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral LGBT: princípios, diretrizes e recomendações**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia informativo para profissionais da saúde para o cuidado à população LGBTQIA+**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina**. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). **Pesquisa Nacional sobre o acesso da população trans ao SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: o feminismo e a subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALLANDER, D.; MOONEY-SOMERS, J.; KEEN, P.; GUY, R.; DUCK, T.; BAVINTON, B. R.; PRESTAGE, G. Australian 'gayborhoods' and 'lesborhoods': a new method for estimating the number and prevalence of adult gay men and lesbian

women living in each Australian postcode. **International Journal of Geographical Information Science**, v.34, n.11, p.2160-2176, 2020.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. **Relatório sobre discriminação e saúde LGBTQIA+**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://cut.org.br/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.

CHINAZZO, I.R.; LOBATO, M.I.R.; NARDI, H.C.; KOLLER, S.H.; SAADEH, A.; COSTA, A.B. Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, Supl. 3, p. 5045-5056, 2021

CFM - CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Demografia Médica no Brasil**, 2024. Disponível em: <https://observatorio.cfm.org.br/demografia/#painéis>. Acesso em 31 de Janeiro de 2025.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

COSTA-VAL, L.; GOMES, R.; COELHO, M. T. A formação médica diante das demandas da população LGBTQ+: desafios e possibilidades. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, e210316, 2022.

COSTA-VAL, A.; MANGANELLI, M. D. S.; MORAES, V. M. F. D.; CANO-PRAIS, H. A.; RIBEIRO, G. M. O cuidado da população LGBTQ na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v.32, n.2, p.e320207, 2022.

COSTA, C. M. A.; MATTA, T. F.; SANTOS, E. C.; ARAUJO, L. M.; MARTINS, E. R. C.; SPÍNDOLA, T. Saberes e práticas de alunos de enfermagem na atenção à saúde das minorias sexuais. **Global Academic Nursing Journal**, v.1, n.3, p.e42-e42, 2020.

CNS - CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução Nº 772, de 13 de Fevereiro de 2025**. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2025/resolucao-no-772-de-13-de-fevereiro-de-2025>. Acesso em: 01 de Abril de 2025.

CNS – Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes para a equidade no SUS: saúde da população LGBTQIA+**. Brasília: CNS, 2025.

DANCKERS, M.; NUSYNOWITZ, J.; JAMNSEHAN, L.; SHALMIYEV, R.; DIAZ, R.; RADIX, A. E. The sexual and gender minority (LGBTQ+) medical trainee: The journey through medical education. **BMC Medical Education**, v.24, n.1, p.67, 2024.

DENZIN, Norman K. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods**. 4. ed. New Brunswick: Aldine Transaction, 2010.

ENGELHORN, C. A. O uso do Role-play no ensino da técnica de anamnese e de habilidades de comunicação para estudantes de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, p. 178-183, 2019a.

ENGELHORN, C. R. **Saúde LGBT+ e currículo médico: construindo competências e enfrentando preconceitos**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Família) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019b.

ENGELHORN, R. C. **Educação médica e diversidade: práticas pedagógicas para inclusão**. Curitiba: Appris, 2019c.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Giovanna Carla. **Epistemologias curriculares da ignorância: o silenciamento da diversidade sexual e de gênero na formação médica**. *Revista de Educação Médica e Cultura*, v. 12, n. 1, p. 34-49, 2019.

FERREIRA, L. F.; ROQUE, A. C.; CRUZ, P. L. B.; GONÇALVES, I. R. Necessidades Relacionadas ao Cuidado em Saúde Direcionadas à População Lgbtqiapn+. **Saúde Coletiva** (Barueri), v.14, n.92, p.13672-13685, 2025.

FERREIRA, M. P.; COSTA-VAL, L. Invisibilidades institucionais: desafios na coleta de dados sobre identidade de gênero e orientação sexual nos serviços de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 113–122, 2022.

FMABC - Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina. Santo André: FMABC**. 2022. Disponível em: https://www.fmabc.br/images/documentos/medicina/PPC_Curso_Medicina_FMABC_2022.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

FRANCISCO, L. C. F. D. L.; BARROS, A. C.; PACHECO, M. D. S.; NARDI, A. E.; ALVES, V. D. M. Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v.69, n.1,p.48-56, 2020.

FRANCISCO, M. M. P.; NASCIMENTO, E. F.; COSTA, F. S. Violência institucional e exclusão da população trans no acesso aos serviços de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 73, supl. 1, p. e20200205, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/5pJc9fT3PYKXY9F9d6YwVty/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2025.

FREITAS, M. A invisibilidade da população LGBTQIA+ na atenção primária à saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v.22, n.3, p.551-567, 2022.

- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIOVANELLA, L.; MENDONÇA, M. H. M. D.; BUSS, P. M. Atenção primária à saúde e sistemas universais de saúde: compromisso indissociável e direito humano fundamental. **Cadernos de Saúde Pública**, v.35, e00012219, 2019.
- GOLDBACH, J. T.; GIBBS, J. J. A developmentally informed adaptation of minority stress. **Journal of Adolescence**, v.55, p.36–50, 2017.
- GOMES, S. M.; SOUSA, L. M. P. D.; VASCONCELOS, T. M.; NAGASHIMA, A. M. S. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. **Saúde e Sociedade**, v.27, n.4,p. 1120-1133, 2018.
- GOMES, R.; DESLANDES, S. F.; FLEURY, H. J. Educação em saúde: uma questão de método. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, supl. 2, p. 2153-2164, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MnvS6dykNnMfmsjRQz8TfNt>. Acesso em: 28 maio 2025.
- HIGGINS, A.; DOWNES, C.; SHEAF, G.; BUS, E.; CONNELL, S.; HAFFORD-LETCFIELD, T.; KEOGH, B. Pedagogical principles and methods underpinning education of health and social care practitioners on experiences and needs of older LGBT+ people: Findings from a systematic review. **Nurse Education in Practice**, v.40, p.102625, 2019a.
- HIGGINS, A.; KEATING, D.; MELVIN, D.; LEONARD, W.; SHEAF, G. Challenges of providing culturally competent care to LGBTQI patients and their families in palliative care settings. **International Journal of Palliative Nursing**, v. 25, n. 9, p. 442-451, 2019b.
- HIGGINS, A.; SHAREK, D.; GLACKIN, M.; MC CANN, E.; SHEERIN, F.; EGAN, A. M. Lesbian, gay, bisexual, and transgender patients: an overview for nurses and healthcare professionals. **Nursing Standard**, v. 34, n. 3, p. 41–46, 2019c.
- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE (IEPS). **Desafios no acesso à saúde pela população LGBTQIA+**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://ieps.org.br/>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- ITSHEC - International Taskforce on Sexual Health Education Curricula. **Framework for inclusive medical education**. Geneva: WHO Collaborating Centre, 2022a.
- ITSHEC - International Taskforce on Sexual Health Education Curricula. **Inclusive Teaching Strategies for Health Education Curricula**. **Brussels: Inclusive Education Consortium**, 2022b.
- JEWELL, T. I.; PETTY, E. M. **LGBTQ+ health education for medical students in the United States: a narrative literature review**. **Medical Education Online**, [S.l.], v. 29, n. 1, p. 2312716, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/10872981.2023.2312716>. Acesso em: 20 de Mai.25

JUAREZ, P. D.; RAMESH, A.; REUBEN, J.S.; RADIX, A.E.; HOLDER, C.L.; BROWN, K.Y.; MATTHEWS-JUAREZ, P. Transforming Medical Education to Provide Gender-Affirming Care for Transgender and Gender-Diverse Patients: A Policy Brief. **The Annals of Family Medicine**, v.21, Suppl.2, p.S92-S94, 2023.

KEUROGHLIAN, A. S.; KATZ-WISE, S. L. Collecting sexual orientation and gender identity data in electronic health records: an essential step for equitable care. **JAMA**, v. 319, n. 23, p. 2379–2380, 2018. DOI: 10.1001/jama.2018.3697.

KEUROGHLIAN, A. S.; CHARLTON, B. M.; KATZ-WISE, S. L. 25 years of progress in understanding the health needs of sexual and gender minority populations: Learning from historical and contemporary accounts to create inclusive curriculum. **Academic Medicine**, v. 97, n. 5, p. 624-631, 2022.

KEUROGHLIAN, A. S.; CHARLTON, B. M.; KATZ-WISE, S. L.; WILLIAMS, K.; JARVIE, E. J.; PHILLIPS, R.; POTTER, J. Harvard medical school's sexual and gender minority health equity initiative: curricular and climate innovations in undergraduate medical education. **Academic Medicine**, v.97, n.12, p.1786-1793, 2022.

KEUROGHLIAN, A. S.; CHARLTON, B. M.; KATZ-WISE, S. L. Transgender and gender diverse youth: health and well-being. **Current Opinion in Pediatrics**, v. 34, n. 4, p. 426-433, 2022.

KEUROGHLIAN, A. S.; CHARLTON, B. M.; KATZ-WISE, S. L. Achieving health equity for LGBTQI populations: A framework for education, practice, and policy. **Harvard Medical School**, 2022.

KEUROGHLIAN, A. S.; CHARLTON, B. M.; KATZ-WISE, S. L. Affirming LGBTQ+ health through inclusive medical education. **New England Journal of Medicine**, v. 386, p. 2061–2064, 2022.

KIRKPATRICK, J. D.; KIRKPATRICK, W. K. Kirkpatrick's Four Levels of Training Evaluation. Alexandria: **ATD Press**, 2016.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, P.; FERRAZ, L. Saúde integral para a população LGBTQIAPN+: desafios e possibilidades. **Cadernos de Saúde Pública**, v.39, e0003123, 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCCANN, E.; BROWN, M. The inclusion of LGBT+ health issues within undergraduate healthcare education and professional training programmes: a systematic review. **Nurse Education Today**, v. 64, p. 204–214, 2018.

MCCANN, E.; BROWN, M. Discrimination and resilience and the needs of people who identify as Transgender: A narrative review of quantitative research studies. **Journal of Clinical Nursing**, v. 27, n. 17-18, p. 3414–3433, 2018.

MELO, I. R.; AMORIM, T. H.; GARCIA, R. B.; POLEJACK, L.; SEIDL, E. M. F. O direito à saúde da população LGBT: desafios contemporâneos no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Psicologia e Saúde**, p.63-78, 2020.

MELO, C. M.; ALMEIDA, A. B.; NUNES, M. O. A saúde da população LGBT+: desafios na atenção básica. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 125, p. 104–118, 2020.

MENEZES, A. S.; MOREIRA, M. A. **Amostragem e viés de seleção em pesquisas educacionais**. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, e250055, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NdVyV7GyNj5pDZBkqH99M4c>. Acesso em: ago. 2025.

MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. **Psychological Bulletin**, v.129, n.5, p.674–697, 2003.

MIRANDA, T. S.; CORRÊA, M. I.; SILVA, A. B. V.; SOUZA, A. C. V.; MELLO, L. V.; BAHIA, L. N.S.; MÁXIMO, T. S. Disparidades em saúde da população LGBTQIA+: a atuação médica frente a este cenário. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v.13, p.e4872-e4872, 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução Nº 3, de 20 de Junho de 2014**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pnsp/legislacao/resolucoes/rces003_14.pdf/view. Acesso em: 02 de Fev. de 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria Nº 2.836, de 1º de Dezembro de 2011**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 02 de Fev. de 2025.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J; ALTMAN, D.G. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS Medicine**, [S.l.], v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>. Acesso em: 28 maio 2025.

MORAIS, A. C. D.; TAGNIN, L. H.; ARAÚJO, A. C. D.; SOUSA, M. I. O.; BARRA, B. G. A.; HERCOWITZ, A. Ensino em saúde LGBT na pandemia da covid-19: oportunidades e vulnerabilidades. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, p.e157, 2020.

MOREIRA, G. E. Por trás do monograma do movimento LGBTQIAPN+: vidas, representatividade e esclarecimentos. **Revista Temporis [ação](ISSN 2317-5516)**, v. 22, n. 02, p. 20-20, 2022.

MORETTI-PIRES, R. O.; GUADAGNIN, L. I.; TESSER-JÚNIOR, Z. C.; CAMPOS, D. A. D.; TURATTI, B. O. Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero entre Estudantes de Medicina de 1º ao 8º Semestre de um Curso da Região Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.43, p.557-567, 2020.

MORETTI-PIRES, R. O.; BITTENCOURT, F. Formação crítica em saúde e currículo: desafios e possibilidades. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, e190583, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/YWCCxpt5LCzMmwzjV6NTyWG>. Acesso em: 28 Mai. 2025.

MORETTI-PIRES, R. O.; GUADAGNIN, L. I.; TESSER-JÚNIOR, Z. C.; CAMPOS, D. A. D.; TURATTI, B. O. Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero entre Estudantes de Medicina de 1º ao 8º Semestre de um Curso da Região Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 43, 557-567, 2020.

OBEDIN-MALIVER, J., GOLDSMITH, E. S.; STEWART, L.; WHITE, W.; TRAN, E.; BRENNAN, S.; LUNN, M. R. Lesbian, gay, bisexual, and transgender-related content in undergraduate medical education. **Jama**, v.306, n.9, p.971-977, 2011.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial de Saúde.2002.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Integração da saúde reprodutiva no planejamento educacional das escolas de medicina e enfermagem**: relatório técnico. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2006. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/43285>. Acesso em: 28 Mai. 2025.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Saúde Sexual, Direitos Humanos e a Lei**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

PAGE, M. J.; MCKENZIE, J.; BOSSUYT, P.; BOUTRON, I.; HOFFMANN, T.; MULROW, C.D.; MOHER, D. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, [S.l.], v. 372, n. 71, p. 1–9, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>. Acesso em: 28 maio 2025.

PEDERSEN, C.; CORCORAN, J. Inclusion of sexual and gender minorities in health curricula: A review. **Medical Education**,v. 55, 5, p.495–503, 2021. Disponível em: 10.1111/medu.14479. Acesso em: 01 de Set. de 2024.

PEDERSEN, G.; CORCORAN, M. Inclusive medical education: teaching sexual and gender diversity in clinical settings. **Medical Teacher**, v. 43, n. 7, p. 721–728, 2021.

PEREIRA, F.M.; COQUEIRO, I.B.; ARIAS, A.L.S.M.; GIROTTO, A.N.; MELO, K.R.S.T.; MATOS, B.L.A.; NEVES, D.C.R.; MACIEL, J.P.S.D.; FONSECA, G.N.M.; SANTOS, O.S.; LAIA, B.L.; MARSURA, A.M. A Importância da Abordagem da Diversidade de Gênero de Forma mais Humana e Especializada na Formação Médica. **Revista Brasileira Medicina de Excelência**, v.2, n. 4, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/rbmev2n4-002>. Acesso em: 27 de Mar. de 2025.

PEREIRA, A. C.; LIMA, T. R. S.; NASCIMENTO, V. M. Formação médica e saúde LGBTQIA+: análise da ausência de conteúdos em currículos de Medicina no Brasil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 28, e230050, 2024.

PEREIRA, V. C.; LIMA, A. L. S.; BARROS, M. A. P. Formação médica e práticas inclusivas: desafios no ensino da saúde LGBT no Brasil. **Revista Saúde e Sociedade Crítica**, v. 3, n. 1, p. 23–38, 2025.

PEREIRA, G. A.; COLLEONI, R. A. M. I. R. O.; ALVES, R.; GUEDES, H. T. V., GUEDES, J. C.; HAMAMOTO FILHO, P. T.; FERNANDES, C. E. Reflexões acerca do contexto atual e da avaliação da formação da graduação médica no Brasil. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v.51, p. e20243857, 2025.

PINTO, D. R.; MURILLO, R. S. G.; OLIVEIRA, M. J. Revendo a questão da saúde LGBT no âmbito da atenção primária à saúde. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 13, p. 306-326, 2021.

POLANYI, M. **The tacit dimension**. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

PUC- Campinas. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina**. Campinas: PUC-Campinas, 2018. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/documentos/ppc-medicina.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Protocolo para o cuidado integral à saúde de pessoas trans, travestis ou com vivências de variabilidade de gênero no município de São Paulo**. 2. ed. São Paulo, 2024.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, v. 50, n. 168, p. 533-580, 2000.

ROCHA, G. I. L.; LIMA, D. A. NÃO PERGUNTE, NÃO DIGA:: um olhar sobre a população LGB na estatística oficial brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 47, p. 1-26, 2025.

ROSCOE, W. **The Zuni Man-Woman**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1991.

ROSECRANCE, K.; ARCHIBALD, A.; VICTOR, R.; LASSO, E. T.; NORE, C.; BARRIOS, C. Medical student perspectives on sexual and gender minority acceptance. **Journal of Surgical Research**, v. 289, p.121–128, 2023. Disponível em:10.1016/j.jss.2023.03.027. Acesso em 01 de Agosto de 2024.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

SANTANA, M. C. M.; MELO, E. A. Formação médica e saúde da população LGBT+: percepções de estudantes e docentes. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 45, n. 3, e082, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

- SANTOS, J.S.; SILVA, R.N.; FERREIRA, M.A. Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da Enfermagem. **Anna Nery School Journal of Nursing/Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 23, n. 4, 2019.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal da Saúde. **Protocolo municipal para o cuidado integral à saúde de pessoas trans e travestis**. São Paulo: SMS, 2024.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Diversidade sexual, gênero e homofobia**. Org. PATRÍCIA AMORIM et al. São Paulo: SEE-SP, 2015. 20 slides. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/diversidade-sexual-gnero-e-homofobia/54853743>. Acesso em: 28 Mai. 2025.
- SEKONI, A. O.; GALE, N.K.; MANGA-ATANGANA, B.; BHADHURI, A.; JOLLY, K. The effects of educational curricula and training on LGBT-specific health issues for healthcare students and professionals: A mixed-method systematic review. **Journal of the International AIDS Society**, v.20, n.1, p.21624, 2017.
- SHADISH, W. R.; COOK, T. D.; CAMPBELL, D. T. **Experimental and quasi-experimental designs for generalized causal inference**. Boston: Houghton Mifflin, 2002.
- SILVA, J. F.; COSTA, G. M. C. Assistência à saúde de minorias sexuais e de gênero: revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, p. e20190192, 2020.
- SILVA, A. N.; GOMES, R. Acesso de mulheres lésbicas aos serviços de saúde à luz da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, suppl 3, p. 5351-5360, 2021.
- SPIZZIRRI, G.; EUFRÁSIO, R.A.; ABDO, C.H.N.; LIMA, M.C.P. Proportion of ALGBT adult Brazilians, sociodemographic characteristics, and self-reported violence. **Scientific Reports**, v.12, n.1, p.11176, 2022.
- SOUZA, N. L.O.N. Do Princípio ao fim: Repercussões da Formação Médica no Cuidado à População LGBTQIAP+. In: **Anais Cobem**, p.657, 2025. Disponível em: https://website.abem-educmed.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Anais_Cobem_2024.pdf. Acesso em: 01 de Abril de 2025.
- SOUSA, F. B.; SOUSA, P. M. L. S. Saúde LGBTQIA+: a vulnerabilidade das minorias sexuais. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, p. e273101321241-e273101321241, 2021.
- SOUSA, G. S.; SOUSA, F. J. O acolhimento à população LGBT no SUS: práticas de cuidado e formação profissional. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 17, n. 19, p. 125–140, 2021.
- UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina**. Feira de Santana: UEFS, 2018. Disponível em: <https://www.uefs.br/ppc-medicina>. Acesso em: 29 maio 2025.

UEL - Universidade Estadual de Londrina. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina.** Londrina: UEL, 2019. Disponível em: <https://www.uel.br/ppc-medicina>. Acesso em: 29 maio 2025.

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina.** Rio de Janeiro: UERJ, 2020. Disponível em: <https://www.medicina.uerj.br/ppc>. Acesso em: 29 maio 2025.

UNESP - Universidade Estadual Paulista. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina. São Paulo:** UNESP, 2021. Disponível em: <https://www.medicina.unesp.br/ppc>. Acesso em: 29 maio 2025.

UFAC - Universidade Federal do Acre. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina. Rio Branco:** UFAC, 2022. Disponível em: <https://www.ufac.br/site/cursos/medicina/docs/projeto-pedagogico-do-curso.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

UFAM - Universidade Federal do Amazonas. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina.** Manaus: UFAM, 2020. Disponível em: <https://www.medicina.ufam.edu.br/ppc>. Acesso em: 29 maio 2025.

UFBA - Universidade Federal da Bahia. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina. Salvador:** UFBA, 2021. Disponível em: https://fmb.ufba.br/sites/fmb.ufba.br/files/documentos/Colegiado%20-%20Medicina/Portarias-Resolu%C3%A7%C3%B5es-Outros%20Documentos/ppc_2021.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

UFC - Universidade Federal do Ceará. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina. Fortaleza:** UFC, 2018. Disponível em: <https://www.medicina.ufc.br/ppc>. Acesso em: 29 maio 2025.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina.** Vitória: UFES, 2019. Disponível em: https://prograd.ufes.br/sites/prograd.ufes.br/files/field/anexo/ppc_medicina_2019.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

UFG - Universidade Federal de Goiás. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina. Goiânia:** UFG, 2021. Disponível em: <https://www.medicina.ufg.br/ppc>. Acesso em: 29 maio 2025.

UFMA - Universidade Federal do Maranhão. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina – São Luís.** São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: <https://www.portalmedicina.ufma.br/arquivoscurso/PPCMedicinaSaoLuis.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina.** Belo Horizonte: UFMG, 2020. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/ppc>. Acesso em: 29 maio 2025.

UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina**. Campo Grande: UFMS, 2022. Disponível em: <https://famed.ufms.br/projeto-pedagogico-do-curso-de-medicina-ufms/>. Acesso em: 29 maio 2025.

UFPA - Universidade Federal do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina**. Belém: UFPA, 2024. Disponível em: https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2024/5806%20A%20prova%20o%20Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20do%20Curso%20de%20Medicina.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

UFPB - Universidade Federal da Paraíba. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina**. João Pessoa: UFPB, 2019. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ccm/contents/documentos/coordenacao-1/projetopedagogicomedicina202001112022.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina**. 2021.

UFPEl - Universidade Federal de Pelotas. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina**. Pelotas: UFPEl, 2019. Disponível em: <https://www.medicina.ufpel.edu.br/ppc>. Acesso em: 29 maio 2025.

UFPI - Universidade Federal do Piauí. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina, Teresina**: UFPI, 2020. Disponível em: <https://www.ufpi.br/ppc-medicina>. Acesso em: 29 maio 2025.

UFPR - Universidade Federal do Paraná. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina, Curitiba**: UFPR, 2019. Disponível em: <https://www.saude.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2021/11/ppc-medicina-2019.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019. Disponível em: <https://medicina.ufrj.br/ppc>. Acesso em: 29 maio 2025.

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina**. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: https://www.ufrgs.br/famed/wp-content/uploads/2022/02/Novo_Projeto_Pedagogico_do_Curso_de_Medicina_2018_Final_2019-8.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <https://www.medicina.ufsc.br/ppc>. Acesso em: 29 maio 2025.

UNB - Universidade de Brasília. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina**. Brasília: UnB, 2015. Disponível em: <https://fm.unb.br/graduacao/projeto-pedagogico-do-curso>. Acesso em: 29 maio 2025.

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina**. Campinas: UNICAMP, 2020. Disponível em: https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/plano_de_desenvolvimento_e_estrutura_curricular_2020.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Medicina**. São Paulo: UNIFESP, 2023. Disponível em: <https://cursos.siu.unifesp.br/graduacao/curso/2207/projeto-pedagogico>. Acesso em: 29 maio 2025.

USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. **Projeto Pedagógico de Curso (PPC): Medicina Campus São Paulo**. São Paulo, 2023.

USP - Universidade de São Paulo. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina. São Paulo**: USP, 2021. Disponível em: https://www.fm.usp.br/fmusp/conteudo/MenuEsquerdo/graduacao/medicina/ppc_2021_medicina.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

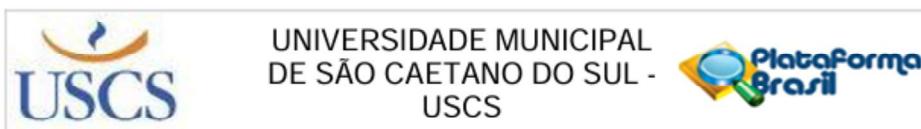
ZHOU, J. N.; HOFMAN, M. A.; GOOREN, L. J.; SWAAB, D. F. A sex difference in the human brain and its relation to transsexuality. *Nature*, v.378, n.6552, p.68–70, 1995.

WALSH, Catherine (ed.). **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WEST-LIVINGSTON, L. N.; DITTMAN, J. M.; PARK, J. A.; PARCARELLA, L. Sexual orientation, gender identity, and gender expression: From current state to solutions. *Journal of Vascular Surgery*, v.74, n.2, p.64S–75S, 2021.

WPATH – World Professional Association for Transgender Health. Standards of care for the health of transgender and gender diverse people, Version 8. **International Journal of Transgender Health**, v. 23, supl. 1, 2022. Disponível em: <https://www.wpath.org/soc8>. Acesso em: 28 Mai. 2025.

ANEXO A - PARECER DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Ensino de Gênero e Diversidade no Currículo Médico

Pesquisador: VINICIUS BENICIO DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 86481925.3.0000.5510

Instituição Proponente: Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

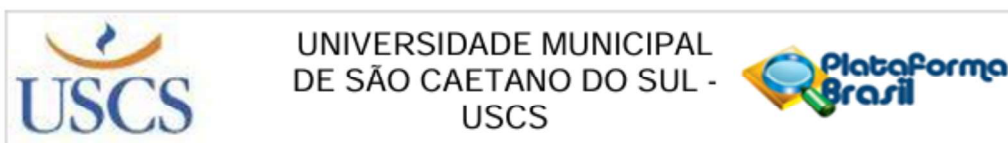
Número do Parecer: 7.437.501

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos *Apresentação do projeto*, *Objetivo da pesquisa* e *Avaliação dos riscos e benefícios* foram retiradas do arquivo *Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2498659.pdf)* de 18/02/2025 e/ou Projeto Detalhado (PREPROJETO_VINICIUS_BENICIO.pdf) de 17/02/2025.

INTRODUÇÃO: A formação médica desempenha um papel essencial na preparação de profissionais que não apenas compreendam as nuances clínicas, mas também demonstram sensibilidade e competência em relação à diversidade de gênero e orientação sexual de seus pacientes. Essa sensibilidade transcende a competência técnica e está intimamente ligada à qualidade do cuidado prestado, promovendo relações terapêuticas eficazes. Nesse sentido, o presente projeto de mestrado busca compreender as abordagens atuais, os desafios e as possibilidades de aprimoramento no ensino de gênero e diversidade sexual no currículo médico. Em um cenário onde persistem disparidades de saúde entre diferentes grupos populacionais, investigar como a formação médica aborda essas questões torna-se uma área crítica de estudo (Juarez et al., 2023). Há uma crescente demanda por profissionais de saúde, especialmente no sistema público, que possuam conhecimento sobre promoção, prevenção e cuidado integral da saúde da população. Por isso, é fundamental integrar ações formativas aos currículos, como seminários sobre diversidade, produção de manuais e orientação específica.

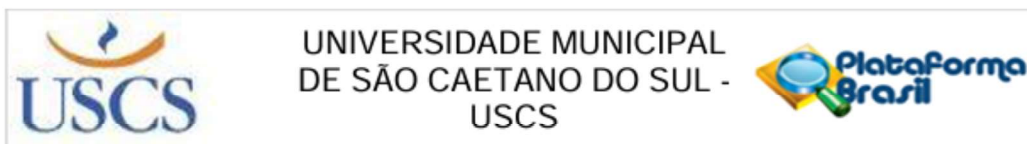
Endereço: Rua Santo Antonio, 50, 2º andar.
Bairro: Centro **CEP:** 09.521-160
UF: SP **Município:** SAO CAETANO DO SUL
Telefone: (11)4239-3282 **Fax:** (11)4221-9888 **E-mail:** cep@online.uscs.edu.br



Continuação do Parecer: 7.437.501

Essas iniciativas devem ir além do estágio de saúde mental, abrangendo outras áreas, como ginecologia, pediatria, endocrinologia, urologia, proctologia, enfermagem, psicologia, serviço social, cirurgia geral e plástica. A comunicação médico-paciente, por sua vez, precisa ser afirmativa e centrada no indivíduo, evitando pressupostos heteronormativos que possam comprometer o atendimento (Pedersen; Corcoran, 2021). A população LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais, não binários e outras orientações e identidades não representadas) apresenta maior suscetibilidade a adoecimentos em saúde mental e menor acesso aos serviços de saúde pública (Araújo et al., 2006; Melo et al., 2011). A ausência de letramento adequado, psicoeducação e a presença de preconceitos (como transfobia e homofobia) criam barreiras significativas ao acesso e à promoção de saúde (Juarez et al., 2023). Consequentemente, essa população procura menos os serviços de saúde, reduz o autocuidado e tem menor alcance às medidas preventivas. Assim, é indispensável que o egresso de cursos médicos seja capaz de considerar os contextos social, cultural e de saúde ao avaliar o bem-estar de seus pacientes. Além disso, estudos apontam que, embora enfrentem maiores taxas de tentativas de suicídio e pior saúde mental, o acolhimento por profissionais e pela comunidade em geral pode promover melhorias significativas na qualidade de vida (Meyer, 2003). A inclusão do ensino sobre diversidade de gênero no currículo é essencial, considerando o impacto da disforia de gênero em todas as fases da vida – infância, adolescência e idade adulta. Sentimentos de inadequação, incômodo com o corpo, infelicidade e prejuízo na funcionalidade para a vida profissional e afetiva são frequentemente relatados por pessoas com disforia de gênero (Melo et al., 2011). Estigmas externos (preconceito devido à identidade de gênero, orientação sexual ou status sorológico) e internos (homofobia e transfobia internalizados) também são fatores que agravam o sofrimento dessa população (Meyer, 2003). Esta pesquisa é guiada pela convicção de que a compreensão aprofundada da diversidade de gênero e orientação sexual não apenas enriquece a prática médica, mas também fundamenta relações de confiança e respeito mútuo entre profissionais de saúde e pacientes. Nesse contexto, este estudo visa analisar o estado atual do ensino médico, identificar lacunas e propor formas de promover uma formação alinhada aos princípios de equidade, dignidade e respeito aos direitos fundamentais de cada indivíduo. Durante a residência médica em psiquiatria na Santa Casa de São Paulo (2015-2018), o pesquisador já demonstrava interesse por estudos em diversidade sexual. A ausência de conteúdos específicos no currículo o levou a buscar o curso de atualização em sexualidade do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Endereço: Rua Santo Antonio, 50, 2º andar.
Bairro: Centro **CEP:** 09.521-160
UF: SP **Município:** SAO CAETANO DO SUL
Telefone: (11)4239-3282 **Fax:** (11)4221-9888 **E-mail:** cep@online.uscs.edu.br

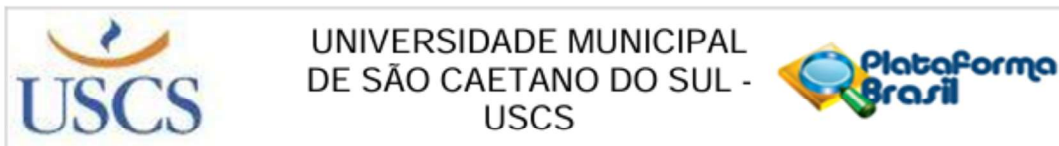


Continuação do Parecer: 7.437.501

(IPq/HCFMUSP) e, posteriormente, a especialização em sexualidade humana e terapia sexual pela Centro Universitário Salesiano (UNISAL). Essa formação complementou sua atuação como plantonista em emergências psiquiátricas, preceptor em especialização e médico em consultório privado, proporcionando maior habilidade na escuta, no acolhimento e na integração em equipes multiprofissionais voltadas a ações afirmativas de gênero. Atualmente, o pesquisador segue como professor de estágio em saúde mental no quinto ano de medicina, psiquiatra voluntário em uma instituição que acolhe transexuais em situação de vulnerabilidade e médico em consultório privado. Foi observado no projeto político-pedagógico do curso de medicina, que não há conteúdos formativos sobre a linha de cuidado para a população LGBTQIAPN+, tampouco nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Durante sua prática docente, observou a desinformação e dificuldades tanto entre alunos quanto na comunidade acadêmica em geral. Para enfrentar essas lacunas, realizou discussões de casos e ofereceu orientações aos internos sobre identidade de gênero, transição na rede pública, termos relacionados à vivência trans e os desafios da despatologização. Esse cenário corrobora com os autores West-Livingston et al. (2021), que cita que entre os membros da comunidade acadêmica, incluindo professores, funcionários, alunos e pacientes, muitos sofrem opressão, marginalização e invisibilidade, evidenciando a necessidade de intervenções educativas. O presente estudo é, portanto, relevante para a construção de materiais e ferramentas capazes de combater a desinformação, o preconceito e a intolerância, promovendo um ambiente mais inclusivo e equitativo. Diante do cenário observado pelo pesquisador, a pergunta de pesquisa do presente estudo é: Como elaborar um curso de capacitação sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade para acadêmicos do curso de Medicina?

Hipótese: A implementação de um curso de capacitação sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade no currículo médico possibilita a redução de lacunas na formação acadêmica sobre a saúde da população LGBTQIAPN+. Essa intervenção contribuirá para o desenvolvimento de competências culturais e técnicas nos acadêmicos de Medicina, promovendo um atendimento mais equitativo, inclusivo e alinhado às demandas específicas dessa população. A formação médica enfrenta desafios críticos na inclusão de conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero, refletindo-se em barreiras no acesso e na qualidade do cuidado à saúde da população LGBTQIAPN+. Estudos apontam que muitos currículos médicos dedicam atenção insuficiente a esses temas, limitando a formação dos profissionais para lidar com as demandas específicas dessa população. Essa lacuna é agravada pela falta de capacitação docente e pela

Endereço: Rua Santo Antonio, 50, 2º andar.
Bairro: Centro **CEP:** 09.521-160
UF: SP **Município:** SAO CAETANO DO SUL
Telefone: (11)4239-3282 **Fax:** (11)4221-9888 **E-mail:** cep@online.uscs.edu.br



Continuação do Parecer: 7.437.501

ausência de materiais didáticos adequados, perpetuando práticas excludentes e ineficazes no ambiente acadêmico e profissional (Sekoni et al., 2017; Rosecrance et al., 2023). O conceito de competência cultural, amplamente reconhecido na literatura, destaca a importância de capacitar profissionais para atender às necessidades de saúde de populações diversas, reduzindo barreiras e promovendo um cuidado humanizado. No contexto da saúde LGBTQIAPN+, essa competência inclui desde o uso correto de pronomes até a compreensão das disparidades de saúde e a oferta de cuidados sensíveis e afirmativos (Medina-Martínez et al., 2021). Além disso, o estresse de minorias, decorrente de preconceitos e discriminações vivenciados por indivíduos LGBTQIAPN+, é um fator determinante para as disparidades em saúde mental e física dessa população (Meyer, 2003). A formação de médicos capacitados para compreender e mitigar esses impactos é, portanto, uma estratégia crucial para promover equidade no cuidado em saúde. Diante desse cenário, a proposta de um curso de capacitação sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade é fundamental para preencher lacunas curriculares, sensibilizar futuros profissionais e aprimorar o atendimento às populações LGBTQIAPN+. Além de atender às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que preveem a formação de profissionais humanistas e comprometidos com a integralidade do cuidado, a iniciativa contribui para o alinhamento da prática médica às demandas sociais e aos princípios de equidade e justiça do Sistema Único de Saúde (SUS).

Critério de Inclusão: Serão incluídos estudantes do Curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, matriculados no 9º e 10º período. A função dos estudantes será validar o produto educacional, garantindo clareza, aplicabilidade, relevância, objetividade e adequação aos padrões estabelecidos na área.

Critério de Exclusão: Serão excluídos do estudo, estudantes que não estejam matriculados no período (9º e 10º), que não responderem ao contato do pesquisador e aqueles que se recusarem a assinar o TCLE.

Metodologia Proposta: Este estudo foi proposto conforme a Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos. Trata-se de estudo metodológico, de desenvolvimento e validação de produto educacional, a saber, de uma Capacitação sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade para acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Inicialmente será

Endereço: Rua Santo Antonio, 50, 2º andar.

Bairro: Centro

CEP: 09.521-160

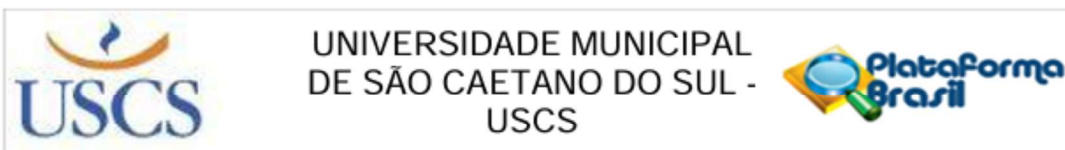
UF: SP

Município: SAO CAETANO DO SUL

Telefone: (11)4239-3282

Fax: (11)4221-9888

E-mail: cep@online.uscs.edu.br



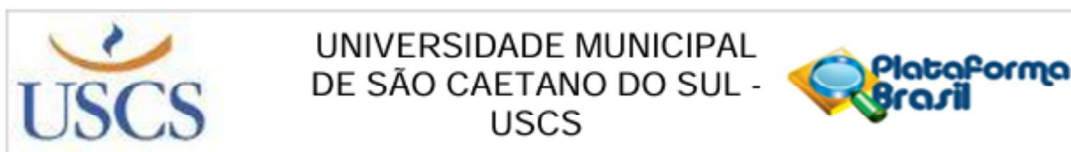
Continuação do Parecer: 7.437.501

realizada a análise do PPC do curso de Medicina da USCS e das DCN. Após essa etapa, para a elaboração do produto, será realizado um levantamento bibliográfico em bases de dados nacionais e internacionais, incluindo PubMed, SciELO, LILACS, e Web of Science. O objetivo é identificar as melhores evidências científicas e práticas educacionais relacionadas ao tema. Serão utilizadas as seguintes palavras-chave, em português e inglês: *Letramento em diversidade sexual* (Sexual diversity literacy), *Saúde LGBTQIAPN+* (LGBTQIAPN+ health), *Educação médica inclusiva* (Inclusive medical education), e *Ensino em saúde e diversidade* (Health education and diversity). O período de busca será restrito aos últimos dez anos, garantindo que o conteúdo seja atualizado e relevante às demandas contemporâneas do ensino médico. Este levantamento fundamentará o desenvolvimento do curso e a construção de materiais didáticos, contribuindo para a abordagem integrada da diversidade de gênero e sexualidade na formação médica. Esse produto será idealizado para capacitar estudantes do curso de Medicina da USCS sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade com o objetivo de construir materiais e ferramentas capazes de combater a desinformação, o preconceito e a intolerância, promovendo um ambiente mais inclusivo e equitativo. Após a construção da capacitação, o pesquisador realizará a capacitação dos alunos, matriculados nos 9º e 10º períodos, que farão a validação da mesma. A amostra será selecionada de forma intencional e por conveniência, sendo composta por 50 estudantes do Curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, do campus Bela Vista. As atividades de validação serão realizadas no próprio campus durante as atividades acadêmicas dos alunos. Não haverá a necessidade do aluno se deslocar para fazer a pesquisa. A validação será realizada de modo presencial, ao longo das atividades acadêmicas dos estudantes. O instrumento de validação, a serem preenchidos pelos estudantes, é conhecido como Instrumento de Validação de Conteúdo Educativo em Saúde (IVCES) dos autores Leite et al. (2018) que possui 3 domínios com dezoito itens, sendo eles, objetivos; estrutura e apresentação e relevância. Esse instrumento é considerado uma alternativa confiável e válida para a avaliação de conteúdos educativos da área da saúde (Rocha et al., 2023). O instrumento de validação estará disponível pelo Google Forms (<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSepMpiuYa5MjtM77IAQdaD6jjxqKpVeEv9exIVH-cqys2SHQ/viewform?usp=header>).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Elaborar uma Capacitação sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade para acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)

Endereço: Rua Santo Antonio, 50, 2º andar.
Bairro: Centro **CEP:** 09.521-160
UF: SP **Município:** SAO CAETANO DO SUL
Telefone: (11)4239-3282 **Fax:** (11)4221-9888 **E-mail:** cep@online.uscs.edu.br



Continuação do Parecer: 7.437.501

para preencher lacunas curriculares, com o intuito de sensibilizar futuros profissionais e aprimorar o atendimento às populações LGBTQIAPN+.

Objetivo Secundário:- Levantar informações a partir da análise do projeto pedagógico do curso de Medicina da USCS e dos planos de ensino das unidades curriculares; Ampliar e humanizar a formação dos estudantes de medicina com as minorias sexuais;- Promover a capacitação de acadêmicos do curso de Medicina da USCS por meio de formações direcionadas, visando desenvolver competências técnicas, práticas e teóricas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

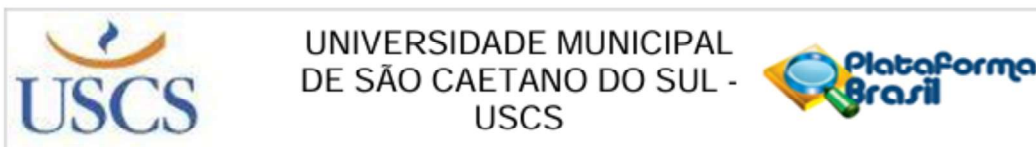
Riscos: Como se trata de um estudo de abordagem metodológica, com validação por estudantes, em que a única atividade a ser desenvolvida é a análise do produto educacional e preenchimento de questionário, o risco ao participante é mínimo, podendo estar relacionado ao desconforto de responder às perguntas do questionário ou pela sensação de perda de tempo. Caso o participante se sinta incomodado ou desconfortável, poderá desistir de participar da pesquisa ou retirar seu consentimento, a qualquer momento, sem nenhum ônus, que o prejudique.

Benefícios: Como benefícios, pode-se apontar a construção de uma capacitação para preencher lacunas curriculares, com o intuito de sensibilizar futuros profissionais e aprimorar o atendimento às populações LGBTQIAPN+. De maneira indireta, os benefícios se ampliam para toda a comunidade ao promover um atendimento mais eficiente e inclusivo à população LGBTQIAPN+. A implementação de práticas mais adequadas ao cuidado e ao acolhimento dessa comunidade não só atende às suas necessidades específicas, mas também contribui para a construção de um ambiente social mais justo e igualitário. Ao aprimorar a capacitação dos profissionais e o acesso a serviços de saúde, educação e assistência, toda a sociedade se beneficia, pois fortalece-se a compreensão e o respeito pela diversidade, resultando em uma convivência mais harmônica e no fortalecimento de direitos fundamentais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Inovação no Ensino Superior em Saúde da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, visando elaborar uma Capacitação sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade para acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) para preencher lacunas curriculares, com o intuito de sensibilizar futuros profissionais e

Endereço: Rua Santo Antonio, 50, 2º andar.
Bairro: Centro **CEP:** 09.521-160
UF: SP **Município:** SAO CAETANO DO SUL
Telefone: (11)4239-3282 **Fax:** (11)4221-9888 **E-mail:** cep@online.uscs.edu.br



Continuação do Parecer: 7.437.501

aprimorar o atendimento às populações LGBTQIAPN+, a amostra será constituída por 50 estudantes de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, matriculados no nono e décimo períodos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide item "Conclusões ou pendências e lista de inadequações".

Recomendações:

Vide item "Conclusões ou pendências e lista de inadequações."

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de resposta ao parecer consubstanciado CEP n.º 7.430.562 datado em 10/03/2025.

1. Quanto ao PROCEDIMENTO METODOLÓGICO (INSTRUMENTO - Curso/Capacitação), a equipe de pesquisa indica como Objetivo Primário: Elaborar uma Capacitação sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade para acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) para preencher lacunas curriculares, com o intuito de sensibilizar futuros profissionais e aprimorar o atendimento às populações LGBTQIAPN+, no documento PREPROJETO_VINICIUS_BENICIO.pdf de 17/02/2025 21:37:20 a equipe de pesquisa indica que após a realização de etapas de estudo PPC do curso de Medicina e levantamento bibliográfico será desenvolvido curso e a construção de materiais didáticos, contribuindo para a abordagem integrada da diversidade de gênero e sexualidade na formação médica. Esse produto será idealizado para capacitar estudantes do curso de Medicina da USCS sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade com o objetivo de construir materiais e ferramentas capazes de combater a desinformação, o preconceito e a intolerância, promovendo um ambiente mais inclusivo e equitativo e em seguida os participantes da capacitação farão a validação do instrumental/capacitação da qual foram submetidos. Dessa maneira, resta elucidar qual será a Capacitação/Curso ao qual os participantes serão submetidos, sendo necessário apresentar itens que permitam entender a situação a qual os participantes serão submetidos. Será necessário apresentar TCLE específico para esta etapa da pesquisa.

RESPOSTA: A capacitação online denominada "Curso de Letramento em Diversidade Sexual" será dividida

em 3 aulas expositivas:

Aula 1: Fundamentos de Diversidade Sexual - tem como objetivo introduzir conceitos fundamentais de diversidade sexual. Serão abordados os temas:

-Conceitos Fundamentais "Diferença entre sexo biológico, identidade de gênero, expressão de

Endereço: Rua Santo Antonio, 50, 2º andar.

Bairro: Centro

CEP: 09.521-160

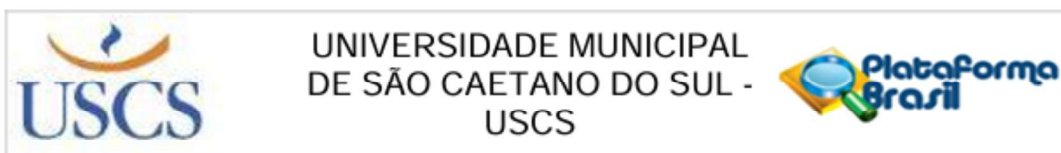
UF: SP

Município: SAO CAETANO DO SUL

Telefone: (11)4239-3282

Fax: (11)4221-9888

E-mail: cep@online.uscs.edu.br



Continuação do Parecer: 7.437.501

gênero e orientação sexual.

Terminologias

¿ Definição de termos como LGBTQIA+, cisgênero, transgênero, intersexo, entre outros.

Histórico e Direitos ¿ Evolução dos direitos LGBTQIA+ e a trajetória da diversidade sexual na sociedade.

-Inclusão na Medicina ¿ A importância de um atendimento médico que respeite e compreenda a diversidade de gênero e sexualidade.

Preconceito e Impacto na Saúde

¿ Como o estigma afeta a qualidade do atendimento e o bem-estar da população LGBTQIA+.

Aula 2: Saúde da População LGBTQIA+ - tem como objetivo explorar as particularidades e desafios de saúde enfrentados pela população LGBTQIA+. Serão abordados os temas:

-Saúde Mental ¿ Impacto da discriminação e do estresse de minorias no bem-estar psicológico.

Cuidados para Pessoas Transgênero

¿ Hormonoterapia, cirurgias de afirmação de gênero e acompanhamento médico adequado.

Saúde Sexual e Reprodutiva

¿ Prevenção de ISTs, acesso a contraceptivos e serviços especializados.

Barreiras no Acesso à Saúde

¿ Dificuldades enfrentadas por pessoas LGBTQIA+ no sistema de saúde.

- Casos Clínicos ¿ Análise de situações reais para abordar desafios e boas práticas no atendimento.

Aula 3: Práticas Inclusivas e Atendimento Humanizado - tem como objetivo capacitar os estudantes para oferecer um atendimento médico inclusivo e humanizado. Serão abordados os temas:

Boas Práticas no Atendimento

¿ Diretrizes para um cuidado médico acolhedor e inclusivo.

Comunicação Respeitosa

¿ Uso correto de pronomes e linguagem adequada no atendimento.

Anamnese e Exame Físico

¿ Inclusão de questões sobre diversidade sexual e identidade de gênero.

Protocolos Clínicos Inclusivos

¿ Revisão de diretrizes para garantir segurança e equidade no atendimento.

Papel do Médico como aliado.

¿ A importância do profissional de saúde na promoção do bem-estar da população LGBTQIA+.

Endereço: Rua Santo Antonio, 50, 2º andar.

Bairro: Centro

CEP: 09.521-160

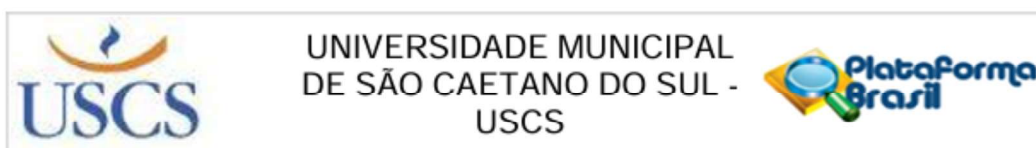
UF: SP

Município: SAO CAETANO DO SUL

Telefone: (11)4239-3282

Fax: (11)4221-9888

E-mail: cep@online.uscs.edu.br



Continuação do Parecer: 7.437.501

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa do CEP-USCS, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.º 510, de 2016, na Resolução CNS n.º 466, de 2012, e na Norma Operacional n.º 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

Este CEP ressalta a importância do envio dos relatórios parciais e final, sendo uma responsabilidade assumida pelo pesquisador ao submeter o seu projeto para apreciação. De acordo com a Resolução CNS No 510 de 2016, consta no capítulo VI, Art. 28, incisos I a V, que: A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais cabendo-lhe:

- I - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- II - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;
- III - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- IV - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo deverão ser apresentadas ao CEP-USCS de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Modelos e orientações para a elaboração do relatório estão disponíveis na página do CEP-USCS <https://sites.google.com/online.uscs.edu.br/cep>

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2498659.pdf	11/03/2025 14:05:33		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PREPROJETOVINIUSBENICIO.pdf	11/03/2025 14:05:04	VINICIUS BENICIO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Respostasaspendencias_VINICIUS.pdf	11/03/2025 14:03:58	VINICIUS BENICIO DE OLIVEIRA	Aceito

Endereço: Rua Santo Antonio, 50, 2º andar.

Bairro: Centro

CEP: 09.521-160

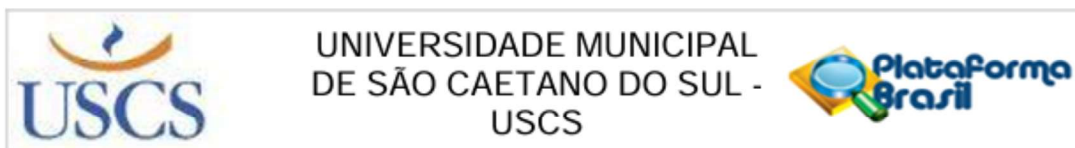
UF: SP

Município: SAO CAETANO DO SUL

Telefone: (11)4239-3282

Fax: (11)4221-9888

E-mail: cep@online.uscs.edu.br



Continuação do Parecer: 7.437.501

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEpesquisaRemota_VINICIUS_.pdf	11/03/2025 14:02:01	VINICIUS BENICIO DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAROSTOVINICIUS_.pdf	17/02/2025 21:39:46	VINICIUS BENICIO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Declarao_anuencia_atualizada_466_12_VINICIUS_BENICIO__assinado_.pdf	17/02/2025 21:39:39	VINICIUS BENICIO DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CAETANO DO SUL, 12 de Março de 2025

Assinado por:
Brigitte Rieckmann Martins dos Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Santo Antonio, 50, 2º andar.

Bairro: Centro

CEP: 09.521-160

UF: SP

Município: SAO CAETANO DO SUL

Telefone: (11)4239-3282

Fax: (11)4221-9888

E-mail: cep@online.uscs.edu.br

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a)

Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade São Caetano do Sul (USCS), de acordo com as exigências da Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Antes de você responder às perguntas relacionadas ao estudo, apresentaremos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para sua leitura e anuência.

Seja bem-vindo(a)!



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa "Ensino de Gênero e Diversidade no Currículo Médico". O objetivo do estudo é elaborar uma Capacitação sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade para acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), após a análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, identificando lacunas curriculares e avaliando a integração de conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero. O pesquisador responsável por esta pesquisa é Vinicius Benicio de Oliveira.

Convidamos você para responder a este questionário de validação, após a capacitação online denominada "Curso de Letramento em Diversidade Sexual", dividida em 3 aulas. A duração do preenchimento é de aproximadamente 10 minutos. O questionário contém perguntas sobre a objetividade, relevância, clareza, pertinência, aplicabilidade e aparência da capacitação. O acesso ao questionário somente ocorrerá depois de você ter dado o seu consentimento para participar neste estudo. Você poderá contribuir para esta pesquisa ao responder às questões. Contudo, você não deve participar contra a sua vontade.

Seu e-mail será coletado exclusivamente para enviar suas respostas, uma cópia do presente termo e, em caso de desistência da participação da presente pesquisa, para localizar suas respostas.

Os dados serão arquivados por 5 anos no computador pessoal do(a) pesquisador(a) responsável.

A pesquisa envolve risco mínimo de possível desconforto ao responder a alguma(s) pergunta(s) do questionário proposto. Caso isso ocorra, você tem a liberdade para não responder,

interromper a pesquisa, fazer pausas, ou cancelar a sua participação a qualquer momento. Em todos esses casos, você não será prejudicado(a), penalizado(a) ou responsabilizado(a) de nenhuma forma. Como benefício, a partir da colaboração nesta pesquisa, e considerando os objetivos da mesma, o resultado trará uma grade curricular mais atualizada para os estudantes de medicina, integrando conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero e uma capacitação sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade com materiais e ferramentas capazes de combater a desinformação, o preconceito e a intolerância, promovendo um atendimento às populações LGBTQIAPN+ mais inclusivo e equitativo.

De maneira indireta, os benefícios se ampliam para toda a comunidade ao promover um atendimento mais eficiente e inclusivo à população LGBTQIAPN+. A implementação de práticas mais adequadas ao cuidado e ao acolhimento dessa comunidade não só atende às suas necessidades específicas, mas também contribui para a construção de um ambiente social mais justo e igualitário.

Ao aprimorar a capacitação dos profissionais e o acesso a serviços de saúde, educação e assistência, toda a sociedade se beneficia, pois fortalece-se a compreensão e o respeito pela diversidade, resultando em uma convivência mais harmônica e no fortalecimento de direitos fundamentais.

Os resultados do estudo poderão ser apresentados ou publicados em eventos, congressos e revistas científicas. Garantimos que a sua privacidade será respeitada, assim como o anonimato e o sigilo de suas informações pessoais.

Você não receberá pagamento por ter respondido ao questionário. Os custos diretos e indiretos da pesquisa serão arcados pelo(a) pesquisador(a) responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do(a) pesquisador(a) responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo(a) participante.

Em caso de qualquer dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelo estudo, Vinicius Benicio de Oliveira, que poderá ser encontrado(a) pelo e-mail: vinicius.oliveira@online.uscs.edu.br, ou pelo telefone:(11) 98204-7263.

Este estudo foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de São Caetano do Sul (USCS). O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, ou se estiver insatisfeito(a) com a

maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em

Pesquisa (CEP) da Universidade de São Caetano do Sul (USCS), situado na Rua Santo Antonio, 50 - 2º. andar, Bairro Centro, São Caetano do Sul (SP), telefone (11) 4239-3282, e-mail: cep@online.uscs.edu.br. O atendimento ao público ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h. Todavia, durante a pandemia de COVID-19, este atendimento é exclusivo por e-mail.

Caso clique no ícone sobre "aceitar participar da pesquisa", você responderá ao questionário do estudo em questão e permitirá que estes dados sejam divulgados para fins científicos ou acadêmicos, sendo mantida em sigilo a sua identidade. Também declara que está ciente dos propósitos e procedimentos do estudo e que teve oportunidade de avaliar as condições informadas sobre a pesquisa para chegar à sua decisão em participar deste estudo.

Você tem o direito a ter acesso aos resultados da pesquisa. Caso queira, basta solicitar através do e-mail: vinicius.oliveira@online.uscs.edu.br

Você poderá baixar cópia deste Termo de Consentimento ou solicitá-lo em caso de interesse pelo e-mail vinicius.oliveira@online.uscs.edu.br. Recomendamos que você guarde em seus arquivos uma cópia deste documento.

Desde já, agradecemos!

Aceita participar desta pesquisa?

Sim, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aceito participar da pesquisa.

Caso não concorde em participar, apenas feche esta página no seu navegador.

<https://forms.gle/viLujDftzNL6BMA5A>

APÊNDICE B - Instrumento de Pré-Avaliação

INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO - CAPACITAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE

* Indica uma pergunta obrigatória

Enviar por e-mail *

Registrar deinha.gherini@gmail.com como o e-mail a ser incluído na minha resposta

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) *

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa "Ensino de Gênero e Diversidade no Currículo Médico". O objetivo do estudo é elaborar uma Capacitação sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade para acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), após a análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, identificando lacunas curriculares e avaliando a integração de conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero. O pesquisador responsável por esta pesquisa é Vinicius Benicio de Oliveira.

Convidamos você a responder este questionário de avaliação antes da **oficina online intitulada "Letramento em Diversidade LGBTQIAPN+ na Formação Médica"**, com duração aproximada de 1 hora e 30 minutos. O tempo estimado para preenchimento é de 10 minutos.

Seu preenchimento será acessado apenas após você manifestar seu **consentimento livre e esclarecido para participação na pesquisa** vinculada a um projeto de dissertação de mestrado.

Sua contribuição será fundamental para a validação deste material como produto educacional. No entanto, sua participação é totalmente voluntária e você **não deve prosseguir caso não se sinta à vontade.**

Seu e-mail será coletado exclusivamente para enviar suas respostas, uma cópia do presente termo e, em caso de desistência da participação da presente pesquisa, para localizar suas respostas.

Os dados serão arquivados por 5 anos no computador pessoal do(a) pesquisador(a) responsável.

A pesquisa envolve risco mínimo de possível desconforto ao responder a alguma(s) pergunta(s) do questionário proposto. Caso isso ocorra, você tem a liberdade para não responder, interromper a pesquisa, fazer pausas, ou cancelar a sua participação a qualquer momento. Em todos esses casos, você não será prejudicado(a), penalizado(a) ou responsabilizado(a) de nenhuma forma. Como benefício, a partir da colaboração nesta pesquisa, e considerando os objetivos da mesma, o resultado trará uma grade curricular mais atualizada para os estudantes de medicina, integrando conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero e uma capacitação sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade com materiais e ferramentas capazes de combater a desinformação, o preconceito e a intolerância, promovendo um atendimento às populações LGBTQIAPN+ mais inclusivo e equitativo.

De maneira indireta, os benefícios se ampliam para toda a comunidade ao promover um atendimento mais eficiente e inclusivo à população LGBTQIAPN+. A implementação de práticas mais adequadas ao cuidado e ao acolhimento dessa comunidade não só atende às suas necessidades específicas, mas também contribui para a construção de um ambiente social mais justo e igualitário.

Ao aprimorar a capacitação dos profissionais e o acesso a serviços de saúde, educação e assistência, toda a sociedade se beneficia, pois fortalece-se a compreensão e o respeito pela diversidade, resultando em uma convivência mais harmônica e no fortalecimento de direitos fundamentais.

Os resultados do estudo poderão ser apresentados ou publicados em eventos, congressos e revistas científicas. Garantimos que a sua privacidade será respeitada, assim como o anonimato e o sigilo de suas informações pessoais.

Você não receberá pagamento por ter respondido ao questionário. Os custos diretos e indiretos da pesquisa serão arcados pelo(a) pesquisador(a) responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do(a) pesquisador(a) responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo(a) participante.

Em caso de qualquer dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelo estudo, Vinicius Benicio de Oliveira, que poderá ser encontrado(a) pelo e-mail: vinicius.oliveira@online.uscs.edu.br ou pelo telefone: (11) 98204-7263.

Este estudo foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de São Caetano do Sul (USCS). O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, ou se estiver insatisfeito(a) com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de São Caetano do Sul (USCS), situado na Rua Santo Antônio, 50 – 2º andar, Bairro Centro, São Caetano do Sul (SP), telefone (11) 4239-3282, e-mail: cep@online.uscs.edu.br. O atendimento ao público ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h. Todavia, durante a pandemia de COVID-19, este atendimento é exclusivo por e-mail.

Caso clique no ícone sobre "aceitar participar da pesquisa", você responderá ao questionário do estudo em questão e permitirá que estes dados sejam divulgados para fins científicos ou acadêmicos, sendo mantida em sigilo a sua identidade. Também declara que está ciente dos propósitos e procedimentos do estudo e que teve oportunidade de avaliar as condições informadas sobre a pesquisa para chegar à sua decisão em participar deste estudo.

Você tem o direito a ter acesso aos resultados da pesquisa. Caso queira, basta solicitar através do e-mail: vinicius.oliveira@online.uscs.edu.br

Você poderá baixar cópia deste Termo de Consentimento ou solicitá-lo em caso de interesse pelo e-mail vinicius.oliveira@online.uscs.edu.br. Recomendamos que você guarde em seus arquivos uma cópia deste documento.

Desde já, agradecemos!

Aceita participar desta pesquisa?

- Sim, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aceito participar da pesquisa.
- Discordo em participar

Próxima

Limpar formulário

INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO - CAPACITAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Seu e-mail será registrado quando você enviar este formulário.

* Indica uma pergunta obrigatória

Perfil do Participante

Gênero: *

- Masculino
- Feminino
- Não binário
- Outro
- Prefiro não dizer

Idade: *

Sua resposta _____

Período de Formação *

- 1º período
- 2º período
- 3º período
- 4º período
- 5º período
- 6º período
- 7º período
- 8º período
- 9º período
- 10º período
- 11º período
- 12º período

Você se identifica como LGBTQIAPN+?

- Sim
- Não
- Não sabe
- Prefiro não dizer

Religião ou crença:

Sua resposta _____

Onde você cursou a maior parte do ensino médio?

- Escola Pública
- Escola Privada
- Ensino Domiciliar

Você já teve experiência prática em atendimento à população LGBTQIAPN+?

- Sim
- Não

Você já participou de disciplinas ou cursos sobre diversidade de gênero e sexualidade?

- Sim
- Não

Você se sente preparado para atender pacientes LGBTQIAPN+?

Sim

Não

Na sua opinião, o currículo médico da sua instituição aborda adequadamente a diversidade de gênero?

Sim

Não

Você percebe sua instituição de ensino como um ambiente inclusivo para a população LGBTQIAPN+?

Sim

Não

Já presenciou ou ouviu relatos de discriminação contra alunos LGBTQIAPN+ na universidade?

Sim

Não

Você acredita que há resistência institucional em abordar diversidade de gênero na sua formação?

Sim

Não

Você já presenciou resistência ou desconforto de colegas/professores ao discutir o tema?

Sim

Não

[Voltar](#)

[Próxima](#)

[Limpar formulário](#)

INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO - CAPACITAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Seu e-mail será registrado quando você enviar este formulário.

* Indica uma pergunta obrigatória

Avaliação de Conhecimento e Atitudes (Pré-Oficina)

1 - Sinto-me preparado(a) para atender pessoas LGBTQIAPN+ com acolhimento e *
respeito.

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo Totalmente

2 - Sei a diferença entre identidade de gênero, expressão de gênero e orientação *
sexual

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo Totalmente

3 - Conheço o significado da sigla LGBTQIAPN+ *

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem condordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo Totalmente

4 - Consigo aplicar uma escuta clínica sensível ao nome social e pronomes corretos. *

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo Totalmente

5 - Conheço as políticas públicas e protocolos de saúde voltados a pessoas trans. *

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo totalmente.

6 - Considero o letramento em diversidade essencial na formação médica.

- 1 - Concordo totalmente.
- 2 - Concordo.
- 3 - Nem discordo e nem concordo.
- 4 - Discordo.
- 5 - Discordo totalmente.

7 - Estou atento(a) a evitar termos inadequados ou patologizantes.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Nem discordo e nem concordo
- Discordo
- Discordo totalmente.

O que você espera aprender nesta oficina?

Sua resposta _____

APÊNDICE C - Instrumento de Pós-Avaliação

INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO - CAPACITAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE

* Indica uma pergunta obrigatória

Enviar por e-mail *

Registrar deinha.gherini@gmail.com como o e-mail a ser incluído na minha resposta

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) *

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa "Ensino de Gênero e Diversidade no Currículo Médico". O objetivo do estudo é elaborar uma Capacitação sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade para acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), após a análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, identificando lacunas curriculares e avaliando a integração de conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero. O pesquisador responsável por esta pesquisa é Vinicius Benicio de Oliveira.

Convidamos você a responder este questionário de avaliação antes da **oficina online intitulada "Letramento em Diversidade LGBTQIAPN+ na Formação Médica"**, com duração aproximada de 1 hora e 30 minutos. O tempo estimado para preenchimento é de 10 minutos.

Seu preenchimento será acessado apenas após você manifestar seu **consentimento livre e esclarecido para participação na pesquisa** vinculada a um projeto de dissertação de mestrado.

Sua contribuição será fundamental para a validação deste material como produto educacional. No entanto, sua participação é totalmente voluntária e você **não deve prosseguir caso não se sinta à vontade**.

Seu e-mail será coletado exclusivamente para enviar suas respostas, uma cópia do presente termo e, em caso de desistência da participação da presente pesquisa, para localizar suas respostas.

Os dados serão arquivados por 5 anos no computador pessoal do(a) pesquisador(a) responsável.

A pesquisa envolve risco mínimo de possível desconforto ao responder a alguma(s) pergunta(s) do questionário proposto. Caso isso ocorra, você tem a liberdade para não responder, interromper a pesquisa, fazer pausas, ou cancelar a sua participação a qualquer momento. Em todos esses casos, você não será prejudicado(a), penalizado(a) ou responsabilizado(a) de nenhuma forma. Como benefício, a partir da colaboração nesta pesquisa, e considerando os objetivos da mesma, o resultado trará uma grade curricular mais atualizada para os estudantes de medicina, integrando conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero e uma capacitação sobre Diversidade de Gênero e Sexualidade com materiais e ferramentas capazes de combater a desinformação, o preconceito e a intolerância, promovendo um atendimento às populações LGBTQIAPN+ mais inclusivo e equitativo.

De maneira indireta, os benefícios se ampliam para toda a comunidade ao promover um atendimento mais eficiente e inclusivo à população LGBTQIAPN+. A implementação de práticas mais adequadas ao cuidado e ao acolhimento dessa comunidade não só atende às suas necessidades específicas, mas também contribui para a construção de um ambiente social mais justo e igualitário.

Ao aprimorar a capacitação dos profissionais e o acesso a serviços de saúde, educação e assistência, toda a sociedade se beneficia, pois fortalece-se a compreensão e o respeito pela diversidade, resultando em uma convivência mais harmônica e no fortalecimento de direitos fundamentais.

Os resultados do estudo poderão ser apresentados ou publicados em eventos, congressos e revistas científicas. Garantimos que a sua privacidade será respeitada, assim como o anonimato e o sigilo de suas informações pessoais.

Os resultados do estudo poderão ser apresentados ou publicados em eventos, congressos e revistas científicas. Garantimos que a sua privacidade será respeitada, assim como o anonimato e o sigilo de suas informações pessoais.

Você não receberá pagamento por ter respondido ao questionário. Os custos diretos e indiretos da pesquisa serão arcados pelo(a) pesquisador(a) responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do(a) pesquisador(a) responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo(a) participante.

Em caso de qualquer dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelo estudo, Vinicius Benicio de Oliveira, que poderá ser encontrado(a) pelo e-mail: vinicius.oliveira@online.uscs.edu.br, ou pelo telefone:(11) 98204-7263.

Este estudo foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de São Caetano do Sul (USCS). O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, ou se estiver insatisfeito(a) com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de São Caetano do Sul (USCS), situado na Rua Santo Antônio, 50 – 2º. andar, Bairro Centro, São Caetano do Sul (SP), telefone (11) 4239-3282, e-mail: cep@online.uscs.edu.br. O atendimento ao público ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h. Todavia, durante a pandemia de COVID-19, este atendimento é exclusivo por e-mail.

Caso clique no ícone sobre “aceitar participar da pesquisa”, você responderá ao questionário do estudo em questão e permitirá que estes dados sejam divulgados para fins científicos ou acadêmicos, sendo mantida em sigilo a sua identidade. Também declara que está ciente dos propósitos e procedimentos do estudo e que teve oportunidade de avaliar as condições informadas sobre a pesquisa para chegar à sua decisão em participar deste estudo.

Você tem o direito a ter acesso aos resultados da pesquisa. Caso queira, basta solicitar através do e-mail: vinicius.oliveira@online.uscs.edu.br

Você poderá baixar cópia deste Termo de Consentimento ou solicitá-lo em caso de interesse pelo e-mail vinicius.oliveira@online.uscs.edu.br. Recomendamos que você guarde em seus arquivos uma cópia deste documento.

Desde já, agradecemos!

Aceita participar desta pesquisa?

- Sim, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aceito participar da pesquisa.
- Discordo em participar

Próxima

Limpar formulário

INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO - CAPACITAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Seu e-mail será registrado quando você enviar este formulário.

* Indica uma pergunta obrigatória

Avaliação de Conhecimento e Atitudes (Pós-Oficina)

1 - Sinto-me preparado(a) para atender pessoas LGBTQIAP+ com acolhimento e respeito *

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem Discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo totalmente

2 - Sei a diferença entre identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual. *

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo totalmente

3 - Conheço o significado da sigla LGBTQIAP+ *

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo totalmente

4. Consigo aplicar uma escuta clínica sensível ao nome social e pronomes corretos. *

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo totalmente

5. Conheço as políticas públicas e protocolos de saúde voltados a pessoas trans. *

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo totalmente

6. Considero o letramento em diversidade essencial na formação médica.

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo totalmente

7 - Estou atento(a) a evitar termos inadequados ou patologizantes. *

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem Discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo totalmente

8 - O que mudou na sua compreensão sobre diversidade LGBTQIAP+ após esta oficina?

Sua resposta _____

9 - Como pretende aplicar esse aprendizado na sua prática clínica ou pessoal?

Sua resposta _____

[Voltar](#)

[Próxima](#)

[Limpar formulário](#)

INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO - CAPACITAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Seu e-mail será registrado quando você enviar este formulário.

* Indica uma pergunta obrigatória

Avaliação da Oficina como Produto Educacional

1. A linguagem da oficina foi clara e acessível. *

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo totalmente

2. Os exemplos utilizados foram adequados à prática médica.

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo totalmente

3. O conteúdo contribuiu para ampliar minha compreensão sobre diversidade. *

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo totalmente

4. A oficina apresenta potencial para ser incorporada na grade curricular. *

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo totalmente

5. As estratégias didáticas favoreceram o aprendizado. *

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo totalmente

6. O tema foi abordado com respeito e sensibilidade. *

- 1 - Concordo totalmente
- 2 - Concordo
- 3 - Nem discordo e nem concordo
- 4 - Discordo
- 5 - Discordo totalmente

8. Escreva aqui sugestões para melhoria da oficina.

Sua resposta

Uma cópia das suas respostas será enviada por e-mail para deinha.gherini@gmail.com.

Voltar

Enviar

Limpar formulário

APÊNDICE D - Produto Educacional

Oficina: Letramento em Diversidade LGBTQIAPN+ na Formação Médica

Professor VINICIUS BENICIO

vincius.oliveira@online.uscs.edu.br

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Mota Ortiz



FICHA CATALOGRÁFICA

OLIVEIRA, Vinícius Benício.
Capacitação em Diversidade de Gênero e Sexualidade para uma
Saúde Inclusiva / Vinícius Benício de Oliveira. – São Caetano do Sul:
USCS, 2025.

32 f. : il.

ISBN 978-65-01-73505-4

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Mota Ortiz.
Produto de Dissertação de Mestrado – USCS, Universidade
Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-graduação
Mestrado Profissional Inovação no Ensino Superior em Saúde, 2025.

1. currículo. 2. letramento em diversidade sexual. 3. saúde
LGBTQIAPN+. 4. ensino superior. 5. inovação em saúde.

I. Título. II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

FICHA TÉCNICA

Trata-se de produto educacional, oriundo da dissertação de mestrado **Ensino de Gênero e Diversidade no Currículo Médico**. Foi elaborado sob demanda espontânea, em consonância com a modalidade do Programa de Mestrado Profissional Inovação no Ensino Superior em Saúde, da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), que tem como premissa a construção de produtos técnico tecnológicos inovadores, motivados por problemática identificada no cenário de prática profissional das autoras e, portanto, propõe encaminhamentos para a solução de um problema identificado previamente e abordado cientificamente. A aderência do produto ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da USCS se dá a partir da articulação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a saber, Saúde e Bem-estar; Educação de Qualidade, bem como ao desenvolvimento regional. Articula-se à área de concentração Inovação no Ensino Superior em Saúde e à linha de pesquisa Ensino em Saúde nos Contextos de Práticas do SUS, ao propor uma ferramenta de ensino para profissionais de serviços hospitalares, fomentando o desenvolvimento de práticas de Educação Permanente em Saúde e/ou Educação Continuada em Saúde.

FICHA TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Título: Oficina de Letramento em Diversidade Sexual e de Gênero na Formação Médica - Registro ISBN: 978-65-01-73505-4

Autor: Vinícius Benício de Oliveira

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Mota Ortiz

Instituição: Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)

Programa: Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Inovação no Ensino Superior em Saúde

Ano: 2025

Objetivo da Dissertação: Elaborar curso de capacitação sobre diversidade de gênero e sexualidade para acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Objetivo do Produto Educacional: Capacitar estudantes e docentes de Medicina para compreender, acolher e atender às demandas específicas da população LGBTQIAPN+, promovendo práticas inclusivas e equitativas no cuidado à saúde.

Público-alvo: Discentes do curso de Medicina da USCS.

Complexidade: O produto educacional possui média complexidade, pois surgiu da experiência profissional do pesquisador e do diagnóstico situacional do cenário de pesquisa, sendo derivado diretamente da dissertação de mestrado.

Tipo de Impacto: O produto educacional tem impacto potencial, considerando sua aplicabilidade direta nos discentes do curso de Medicina da USCS.

Área de Impacto: Saúde e Ensino.

Qual o Impacto: O produto educacional ainda possui baixo impacto, pois foi criado no âmbito do Programa de Mestrado Profissional e será transferido à sociedade por meio da aplicação em contextos de ensino.

Replicabilidade: O produto educacional pode ser adaptado e amplamente replicado em universidades e serviços de saúde, considerando o livre acesso ao conteúdo e seu formato digital.

Abrangência: Inicialmente, o produto tem perspectiva de alcance regional, especialmente no Estado de São Paulo. Após sua divulgação online, poderá alcançar território nacional.

Teor Inovativo: O produto educacional possui médio teor inovativo, por ter sido elaborado a partir de combinação e compilação de conhecimentos pré-estabelecidos e experiências profissionais, transformados em estratégia formativa inédita.

Estágio da Tecnologia: O produto está finalizado e foi aplicado para o público-alvo.

Transferência de Conhecimento: O produto educacional foi transferido para a sociedade, com previsão de continuidade e disseminação nas próximas edições e para outros contextos de formação profissional.



VINÍCIUS BENÍCIO DE OLIVEIRA

Graduado em Medicina pela Universidade Estadual de Londrina (2014), com Residência Médica em Psiquiatria pela Santa Casa de São Paulo (2018).

É mestrando no Programa de Pós-Graduação Profissional em Inovação do Ensino Superior em Saúde, sob a orientação da Profa. Dra. Sandra Regina Mota Ortiz.

Sua linha de pesquisa concentra-se na integração de métodos pedagógicos inovadores e tecnologias de ensino, com o objetivo de desenvolver soluções educacionais que atendam às demandas contemporâneas do ensino superior em saúde, alinhando as necessidades dos alunos às exigências do mercado de trabalho e aos avanços científicos. Possui experiência clínica em psiquiatria geral, com ênfase nas temáticas relacionadas ao universo LGBTQIAPN+, psicofarmacologia, chemmsex e psicoterapia geral. Atua como Docente de Psiquiatria na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

SANDRA REGINA MOTA ORTIZ



Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1998) e Doutorado em Fisiologia Humana, pelo Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (2001).

Possui Pós Doutorado pelo Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo, onde atuou no Departamento de Fisiologia e Biofísica de 2002 a 2004 e no Departamento de Anatomia de 2004 a 2009; tendo trabalhado com o estudo morfológico e funcional da matéria cinzenta periaquedutal na modulação de comportamentos motivados, em particular, comportamentos de defesa, predatório e maternal.

Trabalhou como professora dos cursos de Graduação em Medicina, Odontologia, Biomedicina, Enfermagem e Ciências Biológicas, na Universidade Cidade de São Paulo de 2009 a 2016, coordenando também o Laboratório Bases Neurais do Comportamento no Núcleo de Pesquisa em Neurociência (NUPEN).

Atua como professora titular do Curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) desde 2014, onde também, está como professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Inovação do Ensino Superior em Saúde, desde 2018.

Capacita professores universitários em cursos de Medicina em Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem em Especial na Aprendizagem Baseada em Problemas o PBL, na Aprendizagem em Baseada em Equipes - TBL e na Problematização.

Atua na Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade São Judas Tadeu, como professora permanente do Mestrado em Ciências do Envelhecimento, desde 2019 e, como professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, desde 2021, além de participar do Comitê de Iniciação Científica desde 2018 e do Comitê de Experimentação e Uso de Animais (CEUA), desde 2022.

SUMÁRIO

OBJETIVO DA OFICINA.....	7
ENQUETE INICIAL.....	8
O QUE É LETRAMENTO EM SAÚDE.....	9
CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	10
INTERSECCIONALIDADE.....	14
BARREIRAS DE ACESSO.....	15
RETROSPECTIVA HISTÓRICA.....	16
POLÍTICAS E NORMATIVAS.....	17
ABORDAGEM ACOLHEDORA.....	18
TERAPIAS AFIRMATIVAS DE GÊNERO.....	19
EXEMPLOS CLÍCOS DE DISCRIMINAÇÃO.....	21
IMPACTO DO ESTRESSE DE MINORIA.....	22
PRÁTICAS AFIRMATIVAS NA CLÍNICA.....	23
TERMINOLOGIA E LINGUAGEM INCLUSIVA.....	24
ÉTICA E DIREITOS HUMANOS.....	25
NECESSIDADE ESPECÍFICAS DE SAÚDE.....	26
DIREITOS E RECOMENDAÇÕES.....	27
ESTUDO DE CASO.....	28
CONSTRUINDO ALIANÇAS NA PRÁTICA MÉDICA.....	29
PRÓXIMOS PASSOS NA FORMAÇÃO.....	30
ENCERRAMENTO E ESCUTA FINAL.....	31
REFERÊNCIAS.....	32

Objetivos da Oficina



Promover Letramento

Desenvolver conhecimentos fundamentais sobre diversidade LGBTQIAPN+ no contexto da saúde



Sensibilizar para o Acolhimento

Estimular práticas médicas inclusivas e respeitosas



Capacitar para Atendimento

Fornecer ferramentas práticas para atendimento adequado à população LGBTQIAP+

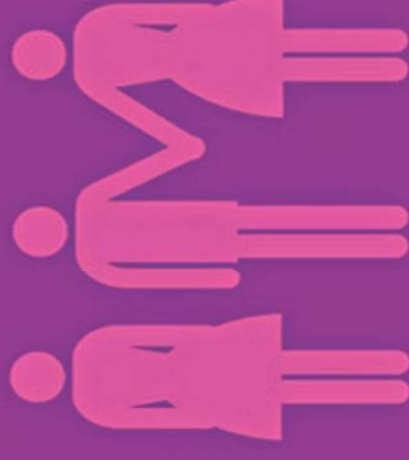


Promover Equidade

Contribuir para a redução de desigualdades no acesso à saúde

Observação: O uso correto de nome social e pronomes é fundamental para um atendimento respeitoso e digno.

7





Enquete Inicial

Qual seu nível de conhecimento sobre diversidade LGBTQIAPN+?

- Nenhum conhecimento
- Conhecimento básico
- Conhecimento intermediário
- Conhecimento avançado

Você já atendeu pacientes LGBTQIAPN+?

- Sim, com frequência
- Sim, ocasionalmente
- Não, nunca
- Não sei/não tenho certeza

Quais temas você gostaria de aprofundar?

- Terminologias e conceitos
- Necessidades específicas de saúde
- Abordagem clínica
- Políticas públicas

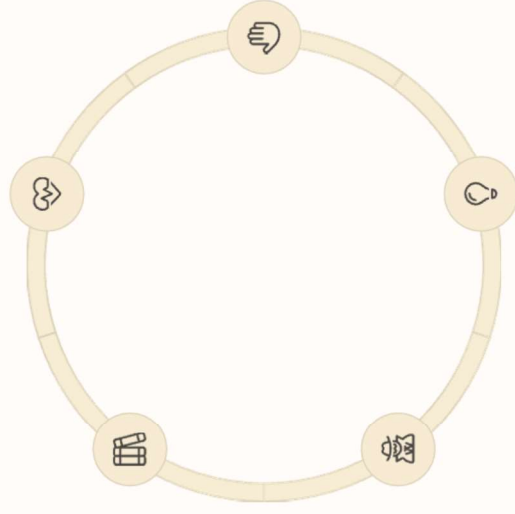
FAVOR RESPONDER FORMS

8

O que é Letramento em Saúde?

Conhecimento

Compreensão de conceitos, terminologias e necessidades específicas



Atitudes

Respeito, empatia e abertura para a diversidade

Habilidades

Capacidade de comunicação inclusiva e atendimento adequado

Consciência Crítica

Reconhecimento de preconceitos e estereótipos na prática médica

Prática Social

Aplicação do conhecimento para transformar realidades

O letramento em saúde LGBTQIAP+ vai além do conhecimento teórico, envolvendo a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática clínica de forma ética e respeitosa.

9

Conceitos Fundamentais

Identidade de Gênero

Como a pessoa se identifica e se percebe em relação ao seu gênero, independentemente do sexo designado ao nascer.

- Cisgênero
- Transgênero
- Não-binário
- Gênero fluido

Orientação Sexual

Atração afetiva, romântica e/ou sexual que **uma pessoa sente por outras**.

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- Pansexual
- Assexual

Nota: Sempre respeite o nome social e os pronomes escolhidos pela pessoa.

10

Conceitos Fundamentais (Parte 2)

Transgeneridade

Pessoas cuja identidade de gênero difere do sexo designado ao nascer



Não-binariedade

Identidades de gênero que não se limitam ao binário homem/mulher



Diversidade Sexual

Espectro de orientações sexuais além da heterossexualidade



Intersexualidade

Variações naturais nas características sexuais que não se encaixam nas definições típicas de corpos masculinos ou femininos



É fundamental compreender estes conceitos para oferecer um atendimento médico respeitoso e adequado.

Secretaria Municipal de Saúde de
São Paulo (2025)

Conceitos Fundamentais

Expressão de Gênero/papel de gênero

Como a pessoa manifesta seu gênero através de roupas, comportamentos, aparência, etc.

Feminina – uso de maquiagem, acessórios, roupas com silhueta marcada

Masculina – postura rígida, cortes de cabelo curtos, roupas associadas ao masculino

Andrógina – mistura ou neutralidade entre traços considerados femininos e masculinos

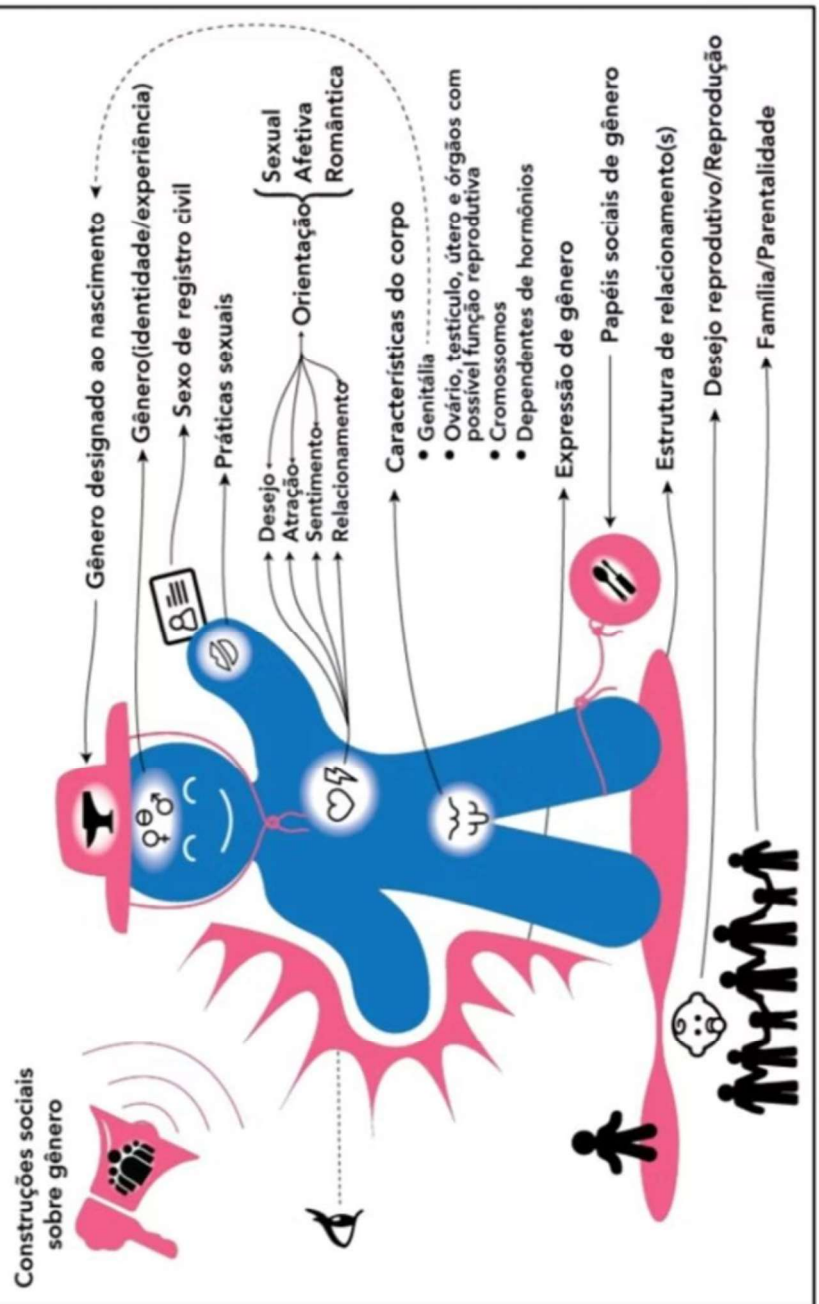
Fluida – variação da expressão conforme contexto, tempo ou emoção

Queer – expressão **dissidente** e **não normativa**, que desafia padrões fixos de gênero (ex: drag, exagero estético, mistura intencional de estilos)

Nota: Sempre respeite o nome social e os pronomes escolhidos pela pessoa.

12

ASPECTOS ATRIBUÍDOS À SEXUALIDADE



Interseccionalidade



A interseccionalidade reconhece que pessoas LGBTQIAPN+ também podem enfrentar outras formas de discriminação que se somam e criam experiências únicas de opressão, afetando diretamente o acesso à saúde e a qualidade do atendimento recebido.

Butler (2003, 2004).

14

Barreiras de Acesso à Saúde



Discriminação Institucional

Políticas e práticas excludentes nos serviços de saúde



Despreparo Profissional

Falta de conhecimento sobre necessidades específicas



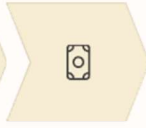
Comunicação Inadequada

Uso incorreto de pronomes e termos, desrespeito ao nome social



Experiências Prévias Negativas

Trauma e evitação de serviços de saúde devido a maus-tratos anteriores



Barreiras Socioeconômicas

Dificuldades financeiras e de acesso a serviços especializados

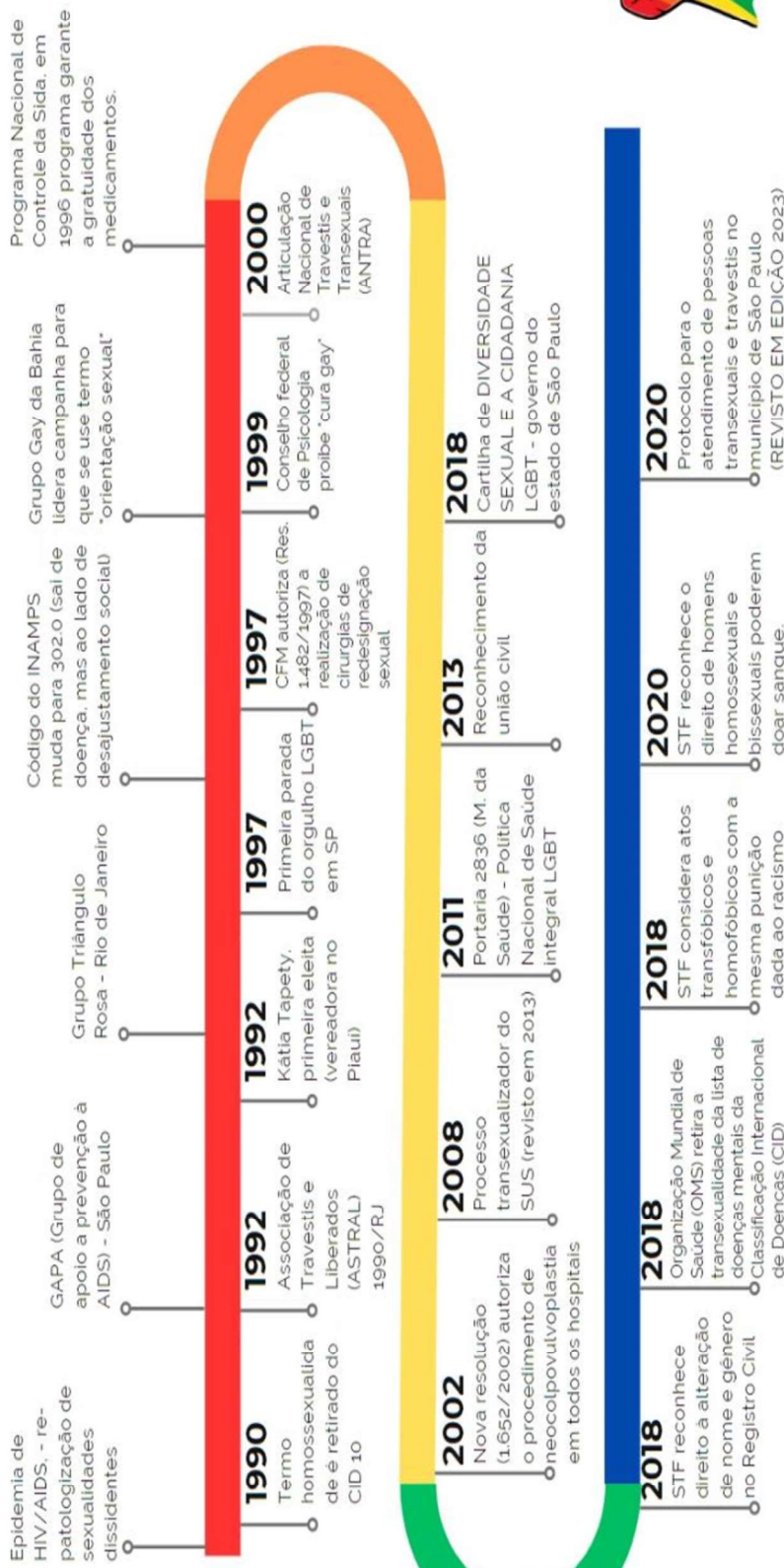
Estas barreiras resultam em disparidades significativas nos indicadores de saúde da população LGBTQIAPN+.

Preciado (2000, 2009)

15

RETROSPECTIVA HISTÓRICA NO BRASIL

DÉCADA DE 1980



16



Políticas e Normativas



Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2013)

Reconhece as especificidades da população LGBTQIAP+ e orienta o SUS para o atendimento adequado



Resolução CFM n° 2.265/2019

Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero



Portaria n° 1.820/2009 (MS)

Garante o direito ao uso do nome social nos serviços de saúde



Decisão STF - ADO 26 (2019)

Criminalização da LGBTfobia, equiparando-a ao crime de racismo

Espaço para QR code com acesso às normativas completas

Ministério da Saúde (2009)
Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (2025)

17

Abordagem Acolhedora



Anamnese Inclusiva

Perguntas abertas e não-heteronormativas sobre relacionamentos e práticas sexuais



Linguagem Respeitosa

Uso correto de pronomes e nome social, evitando pressuposições



Confidencialidade

Garantia de sigilo e privacidade em todas as etapas do atendimento



Ambiente Inclusivo

Sinalização visual que demonstre acolhimento à diversidade



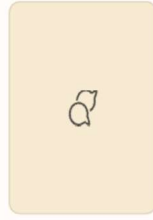
Rede de Apoio

Conhecimento sobre serviços especializados para encaminhamento quando necessário

Lembre-se: O uso correto do nome social e pronomes é um direito da pessoa e deve ser respeitado em todos os momentos do atendimento.

18

Terapias Afirmativas de Gênero



Acompanhamento Psicossocial

Suporte psicológico e social durante o processo de transição



Hormonização

Terapia hormonal para afirmação das características sexuais secundárias conforme a necessidade e desejo



Procedimentos Cirúrgicos

Cirurgias de afirmação de gênero conforme necessidade e desejo



Acompanhamento Contínuo

Monitoramento de saúde integral ao longo de todo o processo

As terapias afirmativas de gênero são reconhecidas como procedimentos médicos necessários e não cosméticos ou eletivos. O acesso a esses cuidados é garantido pelo SUS através do Processo Transsexualizador.

19

Secretaria Municipal de Saúde de
São Paulo (2025)



Centro Janaína Lima



Serviço Especializado

Centro de referência em saúde LGBTQIAP+ no SUS



Equipe Multidisciplinar

Profissionais capacitados em diversidade



Atendimento Integral

Desde prevenção até tratamentos específicos



Formação Continuada

Campo de estágio e capacitação profissional

O Centro Janaína Lima é um exemplo de serviço especializado que oferece atendimento humanizado e integral à população LGBTQIAPN+, sendo também um espaço de formação para profissionais de saúde.

Espaço para QR code com localização e contatos do Centro

Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (2025)

20

Exemplo Clínico de Discriminação

Situação Inicial

Homem trans de 28 anos procura atendimento ginecológico para exame preventivo. Na recepção, é chamado pelo nome de registro, causando constrangimento.

Desenvolvimento

Durante a consulta, o médico se recusa a usar o nome social e pronomes masculinos. Faz comentários inadequados sobre sua aparência e questiona sua identidade de gênero.

Consequências

O paciente se sente humilhado, abandona a consulta sem realizar o exame e desenvolve aversão a buscar serviços de saúde, comprometendo sua saúde preventiva.

Alternativa Adequada

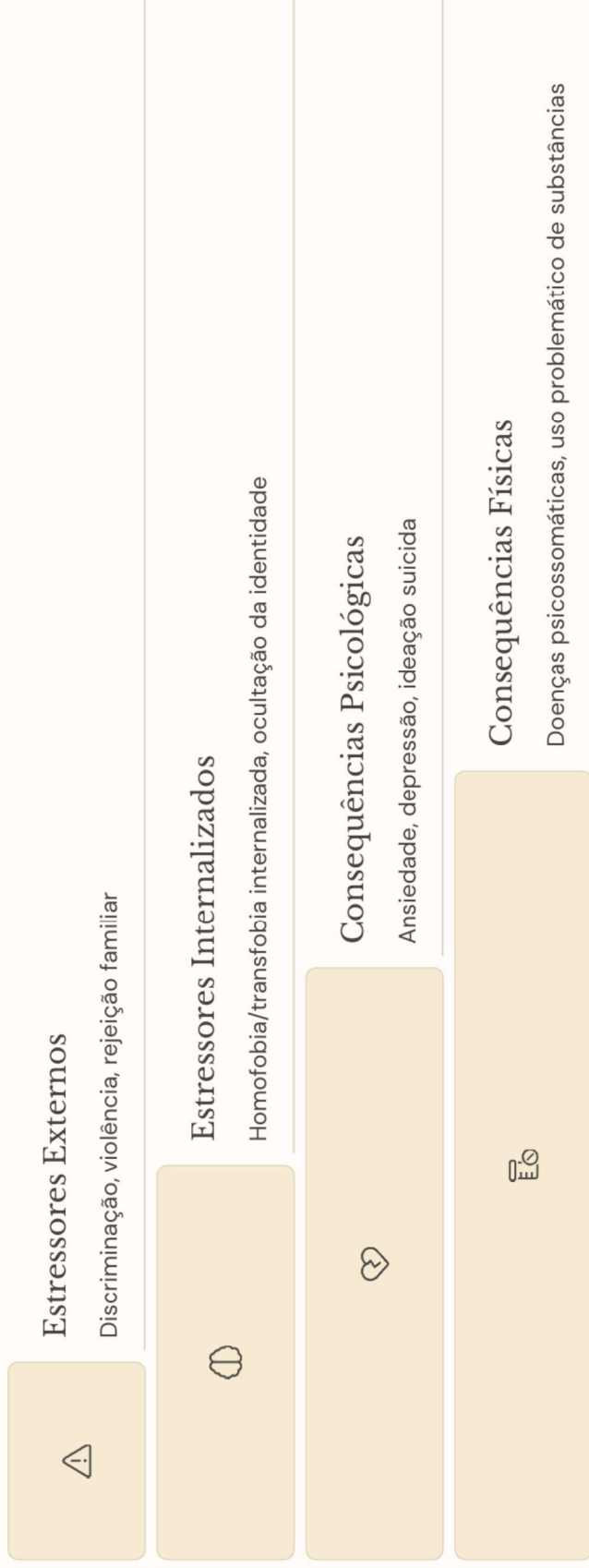
Uso correto do nome social e pronomes, abordagem respeitosa, foco nas necessidades de saúde, garantia de privacidade e dignidade durante o exame.

Este exemplo ilustra como práticas discriminatórias podem afastar pessoas LGBTQIAPN+ dos serviços de saúde, comprometendo sua saúde e bem-estar.

21

Elaborado pelo autor (2025)

Impacto do Estresse de Minoria



O estresse de minoria é um conceito que explica como a experiência crônica de estigma, preconceito e discriminação afeta negativamente a saúde mental e física de grupos minoritários, incluindo pessoas LGBTQIAPN+. Reconhecer este fenômeno é essencial para uma abordagem integral em saúde.

Secretaria Municipal de Saúde de
São Paulo (2025)

22

Práticas Afirmativas na Clínica

Formulários Inclusivos

- Campo para nome social
- Opções diversas para gênero
- Espaço para pronomes preferidos
- Perguntas não-heteronormativas

Comunicação Respeitosa

- Uso correto de pronomes
- Linguagem neutra quando apropriado
- Perguntas abertas e não-julgadoras
- Escuta ativa e empática

Ambiente Físico

- Sinalização inclusiva
- Banheiros não-binários
- Materiais educativos diversos
- Símbolos de acolhimento visíveis

Capacitação da Equipe

- Treinamento para todos os funcionários
- Protocolos específicos
- Educação continuada
- Política de não-discriminação

Observação: O uso correto do nome social e pronomes deve ser garantido em todos os níveis do atendimento, desde a recepção até a consulta médica.

23



Terminologias e Linguagem Inclusiva

Termos Recomendados	Termos Inadequados	Dicas de Comunicação
<ul style="list-style-type: none">• Pessoa transgênero/trans• Pessoa não-binária• Homem gay / Mulher lésbica• Pessoa intersexo• Orientação sexual• Identidade de gênero• Nome social	<ul style="list-style-type: none">• "Transexualismo" (patologizante)• "Homossexualismo" (patologizante)• "Opção sexual" (implica escolha)• "Hermafrodita" (obsoleto)• "Travesti" como termo genérico• Expressões pejorativas/racistas	<ul style="list-style-type: none">• Pergunte os pronomes preferidos• Use linguagem neutra quando não souber• Evite pressuposições sobre relacionamentos• Reconheça e corrija erros• Priorize a autodefinição da pessoa

Observação: A linguagem está em constante evolução. Em caso de dúvida, pergunte respeitosamente como a pessoa prefere ser tratada.

Ética e Direitos Humanos



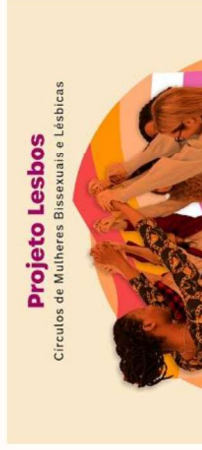
A ética médica e os direitos humanos são indissociáveis no atendimento à população LGBTQIAP+. O Código de Ética Médica estabelece que é vedado ao médico discriminar o ser humano de qualquer forma ou sob qualquer pretexto (Art. 1º), o que inclui orientação sexual e identidade de gênero.

O respeito à dignidade e aos direitos fundamentais das pessoas LGBTQIAPN+ não é apenas uma questão de boa prática médica, mas um imperativo ético e legal.

25

Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (2025)

Necessidades Específicas de Saúde



A população LGBTQIAP+ apresenta demandas de saúde específicas que exigem abordagem especializada:

Mulheres lésbicas e bissexuais

Rastreamento de câncer de mama e colo uterino, mesmo sem relações com homens cis; maior risco de síndrome metabólica e uso problemático de álcool; adaptação de barreiras para práticas sexuais seguras.

Pessoas trans e não-binárias

Hormonização segura (estrogênios, antiandrogênios, testosterona); acompanhamento endocrinológico regular; cuidados pré e pós-operatórios em cirurgias afirmativas; adaptação dos protocolos de rastreamento considerando anatomia presente.

É essencial que a formação médica inclua estas particularidades para oferecer cuidado integral, culturalmente competente e baseado em evidências, reduzindo disparidades em saúde que afetam esta população.

Homens gays e bissexuais

Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e Pós-Exposição (PEP) ao HIV; rastreamento regular de ISTs em múltiplos sítios anatômicos; maior incidência de HPV anal e câncer relacionado; saúde mental frente à discriminação.

Pessoas intersexo

Respeito à autonomia corporal; apoio psicológico não-patologizante; avaliação de impactos de intervenções precoces; acompanhamento endocrinológico personalizado.

26

Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (2025)



Diretrizes e Recomendações

1

Protocolos Clínicos

Seguir diretrizes específicas para população LGBTQIAP+

2

Educação Continuada

Buscar atualização constante sobre o tema

3

Comunicação Inclusiva

Adotar linguagem respeitosa e acolhedora

4

Trabalho em Rede

Conhecer e acionar serviços especializados

As principais associações médicas nacionais e internacionais possuem recomendações específicas para o atendimento à população LGBTQIAPN+, reconhecendo suas necessidades particulares de saúde e a importância de uma abordagem culturalmente competente.

Espaço para QR code com acesso às diretrizes completas

Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (2025)

27

Estudos de Caso

Caso 1: Mulher Lésbica

Paciente de 35 anos busca orientação sobre prevenção de ISTs. Relata constrangimento em consultas anteriores, onde médicos insistiam em prescrever contraceptivos hormonais mesmo após ela informar que mantém relacionamentos exclusivamente com mulheres.

Abordagem adequada: Fornecer informações específicas sobre prevenção de ISTs entre mulheres, sem pressuposições heteronormativas, e realizar exames preventivos apropriados.

Caso 2: Pessoa Não-Binária

Paciente de 22 anos, designado feminino ao nascer, identifica-se como não-binário e utiliza pronomes neutros. Busca atendimento para dores abdominais e é encaminhado para ginecologia, onde se sente extremamente desconfortável com a linguagem genericizada utilizada.

Abordagem adequada: Usar linguagem neutra, respeitar pronomes, explicar procedimentos com sensibilidade e oferecer opções que minimizem o desconforto durante o exame.

Caso 3: Homem Trans

Paciente de 40 anos em terapia hormonal há 5 anos, com mastectomia realizada, busca atendimento para sintomas urinários. Na triagem, é questionado sobre gravidez e menstruação de forma inadequada e insensível.

Abordagem adequada: Considerar as especificidades anatômicas e hormonais, realizar anamnese respeitosa e focada nos sintomas apresentados, sem enfatizar desnecessariamente questões relacionadas ao sexo designado ao nascer.

Estes casos ilustram situações comuns e como uma abordagem adequada pode fazer diferença significativa na experiência de atendimento.

Construindo Alianças na Prática Médica



Escuta Ativa

Ouvir sem julgamentos as experiências e necessidades



Educação Contínua

Buscar conhecimento atualizado sobre diversidade



Defesa de Direitos

Defender políticas inclusivas nos espaços de saúde



Mentoria

Apoiar colegas e estudantes LGBTQIAPN+



Intervenção

Confrontar ativamente situações de discriminação

Ser um(a) aliado(a) na prática médica significa assumir um compromisso ativo com a equidade e o respeito à diversidade, contribuindo para transformar os espaços de saúde em ambientes verdadeiramente inclusivos.

29

Secretaria Municipal de Saúde de
São Paulo (2025)

Próximos Passos na Formação

Aprofundamento Teórico

Leituras complementares e grupos de estudo

Multiplicação do Conhecimento

Compartilhamento com colegas e equipes



Contato com a Comunidade

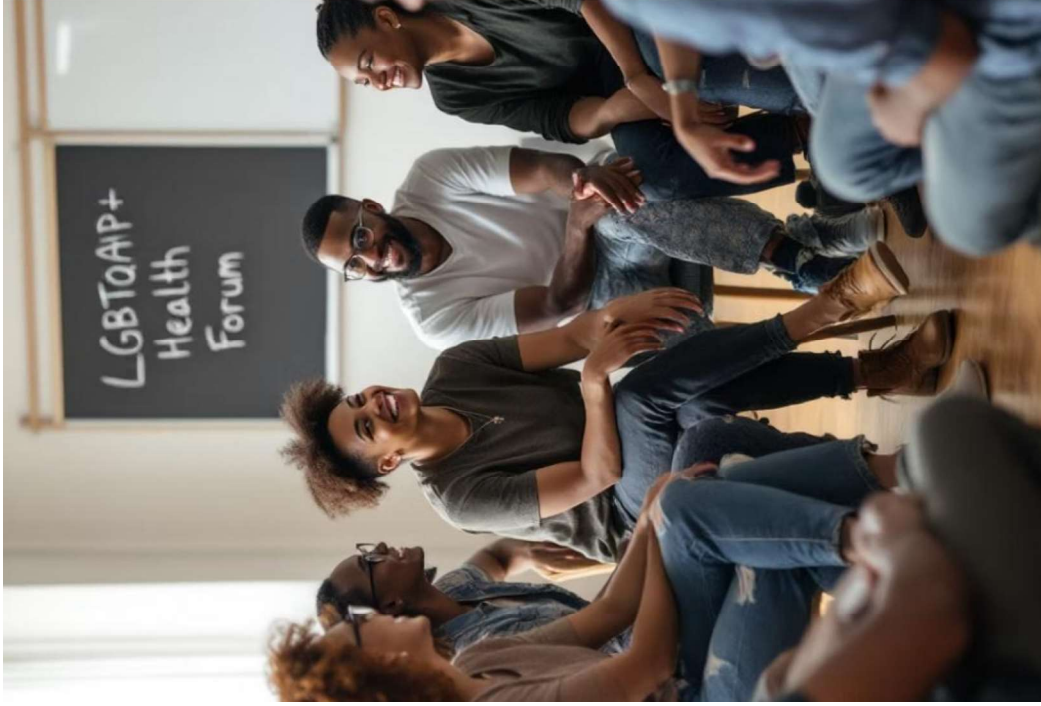
Participação em eventos e coletivos LGBTQIAP+

Estágios Especializados

Experiência prática em serviços de referência

O letramento em diversidade LGBTQIAPN+ é um processo contínuo que não se encerra nesta oficina. Convidamos você a seguir aprofundando seus conhecimentos e transformando sua prática médica para contribuir com um sistema de saúde mais inclusivo e equitativo.

Agradecemos sua participação e compromisso com uma medicina mais humana e respeitosa.
30



Encerramento e Escuta Final

3

Principais Aprendizados

Identifique três conceitos que você levará para sua prática

2

Dúvidas Persistentes

Compartilhe duas questões que ainda precisam ser esclarecidas

1

Compromisso

Estabeleça uma ação concreta para implementar em sua formação

Este é um espaço para reflexão e compartilhamento das experiências e aprendizados da oficina. Sua participação e feedback são fundamentais para o aprimoramento contínuo deste processo formativo.

Forms para responder pós oficina

31

Referências

Referências essenciais:

- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Teoria da performatividade de gênero**, 22ª Edição, Editora Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Desfazendo o Gênero**. Reconhecimento, crítica à normatividade, Editora Unesp, 2004.
- HELENA, R.M.; ROSA, M. V. Uma história possível do movimento LGBTQI+. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 32, n.1: e958122024.
- PRECIADO, P. B. **Um Apartamento em Urano: Crônicas sobre transição e política do corpo**, 2019.
- PRECIADO, P. B. **Manifesto Contrassexual**. Crítica radical ao sistema sexo-gênero, 2000.
- SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO. **Protocolo para o Cuidado Integral à Saúde de Pessoas Trans, Travestis ou com Vivências de Variabilidade de Gênero** – 3ª ed. 2025.
- Valencia, Sayak. **Capitalismo Gore: Análise crítica do gênero e da necropolítica no Sul Global**, 2010.

Complementares:

- A Invenção das Identidades LGBTQI+, 2020**
Louro, Guacira (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. 9ª edição, Editora Vozes, 2013
- Ministério da Saúde. **Cartilha PNSILGBT**, 2009.
- Fiocruz. **Guia prático para profissionais da saúde**, 2021.
- OPAS / OMS. **Diretrizes da OPAS/OMS sobre diversidade sexual e de gênero**, S/D.

